

2º CICLO  
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

Contributos para o estudo do urbanismo  
e dos equipamentos da Póvoa balnear  
(1871-1930)  
Gustavo Duarte Vasconcelos

**M**

2017



**Gustavo Duarte Vasconcelos**

**Contributos para o estudo do urbanismo e dos equipamentos da  
Póvoa balnear (1871-1930)**

Volume Principal

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa, orientada pelo  
Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2017



# Contributos para o estudo do urbanismo e dos equipamentos da Póvoa balnear (1871-1930)

Gustavo Duarte Vasconcelos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa, orientada pelo  
Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

## Membros do Júri

Professora Doutora Ana Cristina Correia de Sousa  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Hugo Daniel da Silva Barreira  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores





## Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract .....	9
Índice de ilustrações.....	10
Índice de tabelas .....	16
Lista de abreviaturas .....	17
Introdução .....	18
Capítulo 1 – O desenvolvimento urbano da área litoral da Póvoa de Varzim.....	26
1.1. Os antecedentes da Póvoa de Varzim como importante estância de veraneio .....	26
1.1.1. A estância – dos primórdios à fulgurante vida balnear de oitocentos .....	26
1.1.2. A estrutura urbana da vila entre o século XVIII e o início do século XIX .....	30
1.2. O segundo quartel do século XIX – uma nova urbanidade .....	38
1.3. As décadas de 1850 e de 1860 – a afirmação da vila no mapa nacional .....	43
1.4. A década de 1870 – a urbanização de áreas até então inexploradas .....	53
1.5. A década de 1880 – a requalificação da malha urbana pré-existente.....	66
1.6. A década de 1890 – um novo olhar sobre o bairro balnear .....	82
1.7. Entre as décadas de 1900 e de 1930 – o aprimorar da vila.....	102
Capítulo 2 – Espaços urbanos de lazer e fruição social na orla costeira da Póvoa de Varzim..	112
2.1. O Paredão .....	113
2.2. O Largo do Passeio Alegre.....	116
2.3. A Rua dos Banhos .....	122
2.4. O Largo do Cego do Maio.....	126
Capítulo 3 – Os equipamentos de apoio aos veraneantes.....	129
3.1. Os hotéis.....	133
3.2. As casas de aluguer .....	138
3.3. Os cafés e as confeitarias .....	140
3.4. Os teatros.....	142
3.5. Os estabelecimentos de banhos quentes.....	149
Conclusão.....	158
Referências bibliográficas .....	160

## **Agradecimentos**

O meu sincero agradecimento aos meus pais, família e amigos, bem como aos responsáveis e funcionários do Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim (Dir. Dr.<sup>a</sup> Teresa Araújo), da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto (Dir. Dr. Manuel Costa) e do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim (Dir. Dr.<sup>a</sup> Deolinda Carneiro). Agradeço também ao Professor Alberto Oliveira, à Dr.<sup>a</sup> Conceição Nogueira, à Dr.<sup>a</sup> Cristina Giesteira (Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas), à Professora Ilídia Ferreira, ao Dr. Miguel Nogueira (Serviço de Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e ao Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha que me acompanhou neste longo, mas proveitoso percurso.

## Resumo

Banhada pelo Oceano Atlântico, a Póvoa de Varzim soube, desde o século XVIII, retirar os melhores frutos que esta barreira natural lhe poderia proporcionar. Não podendo expandir-se para poente, para o mar, a então vila balnear procurou adaptar-se às contingências. Foi assim que a Póvoa explorou este filão, atraindo forasteiros das mais diversas proveniências. Os banhos de mar eram na época prescritos pelos médicos que aconselhavam os enfermos a estanciarem em lugares balneares, nomeadamente na Póvoa de Varzim. Estas recomendações não visavam somente o contacto com as terapêuticas águas salinas, mas também com o bulício que caracterizava a vila durante a quadra estival.

A partir de meados de oitocentos, a Câmara Municipal desenvolveu um programa de abertura de novas ruas, arranjo de praças e jardins, que favoreceram a articulação urbana da Póvoa com o mar, ao mesmo tempo que a orla costeira recebia equipamentos para responder a procura de forasteiros que a escolhiam como estância de «banhos».

Diversos estabelecimentos comerciais foram pontoando o mapa da vila, como por exemplo hotéis, onde a população sazonal podia acomodar-se; cafés e confeitarias, que proporcionavam aos veraneantes momentos agradáveis, tanto pelos concertos musicais, muito apreciados pelas senhoras, como pelo jogo de azar, um dos entretenimentos de eleição dos cavalheiros; teatros, onde as melhores companhias se apresentavam durante a estação de banhos; e ainda estabelecimentos de banhos quentes, que conjugavam as vertentes terapêutica e recreativa, proporcionando aos banhistas um contato mais agradável com a fria e irrequieta água do mar.

Este trabalho pretende, assim, recuperar as idiossincráticas vivências da Póvoa, enquanto estância de veraneio, mas também estudar o desenvolvimento da malha urbana litoral, bem como os equipamentos aí edificados, constituindo-se estes dois pontos como os fundamentais do trabalho de investigação, que se baliza entre 1871 e 1930.

**Palavras-chave:** Póvoa de Varzim; Vilegiatura; Urbanismo; Arquitetura; Vivências.

## **Abstract**

Bordering the Atlantic sea, Póvoa de Varzim has known back since the 18th century how to take great advantage of everything that this natural barrier could provide. Not being capable of expanding towards west, to the sea, this former beach village soon tried to adapt itself to the contingencies. Therefore, this was the way Póvoa has explored this lode, attracting foreigners from the most varied provenances. Sea bathing was, by then, prescribed by doctors who advised their sick patients to stay in small villages by the sea, namely in Póvoa de Varzim. These recommendations not only aimed at advising the contact with salt water therapies, but also with the hustle and bustle which defined this village during the summer season.

From mid-1800s on, the town council has developed a municipal programme comprising the opening of new streets, the revitalization of parks and gardens which allowed the urban articulation of Póvoa with the sea whilst the coastline was provided with equipment in order to be able to meet the demands of the foreigners who chose it as a «bathing» resort.

In the meanwhile, several shops started dotting the map of the town, like hotels where this seasonal population could stay; cafes and sweet shops that provided the summer visitors with pleasant moments, not only due to the musical concerts widely cherished by ladies, but also thanks to gambling, one of the gentlemen's most appreciated leisure activities; theatres where the best companies performed during the beach season; and also houses where sea hot baths were offered, combining therapy with entertainment, enabling the bathers to have a more enjoyable contact with the cold and restless sea water.

This work aims at bringing back all the idiosyncratic living experiences of Póvoa as a summer resort, studying the development of this coastal urban fabric as well as the built equipments, being these last two points the fundamental core of this study, which focuses on the period from 1871 to 1930.

**Keywords:** Póvoa de Varzim; Summertime Resort; Urbanism; Architecture; Living Experiences.

## Índice de ilustrações

Ilustração 1 – Proposta esquemática da zona urbana analisada.

Ilustração 2 – Proposta esquemática da estrutura urbana da Póvoa de Varzim entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Ilustração 3 – projeto de prolongamento da Rua Formosa, AMPV, [1859].

Ilustração 4 – projeto de alinhamento da Rua do Pelourinho, AMPV, [1864].

Ilustração 5 – projeto da Rua do Almada, AMPV, 1866.

Ilustração 6 – projeto do mercado da Praça do Almada, AMPV, [1868].

Ilustração 7 – alçado do chafariz do mercado da Praça do Almada, AMPV, [1868].

Ilustração 8 – projeto do mercado da Praça do Almada, AMPV, [1868].

Ilustração 9 – Praça do Almada, *O Minho Pittoresco*, 1887.

Ilustração 10 – projeto da Rua de Bento de Freitas, AMPV, [1875].

Ilustração 11 – proposta do Padre Francisco Leite de Moraes para a construção de uma praça à face da estrada da Póvoa a Esposende, AMPV, 1876.

Ilustração 12 – projeto de ampliação da Rua da Silveira, AMPV, 1879.

Ilustração 13 – proposta de cidadãos poveiros para a ampliação da Travessa da Rua do Carvalhido, AMPV, 1876.

Ilustração 14 – projeto de ampliação da Travessa da Rua do Carvalhido, AMPV, 1878.

Ilustração 15 – projeto de prolongamento da Rua do Carvalhido, AMPV, [1876].

Ilustração 16 – projeto de rua entre a estrada da Póvoa a Esposende e a Travessa da Rua do Carvalhido, AMPV, 1876.

Ilustração 17 – projeto da Rua de Serpa Pinto, AMPV, [1876].

Ilustração 18 – projeto de ampliação da Rua de S. José, AMPV, [1877].

Ilustração 19 – proposta de cidadãos poveiros para o prolongamento da Rua da Alegria, AMPV, [1877].

Ilustração 20 – projeto de ampliação da Rua do Norte, AMPV, [1878].

Ilustração 21 – projeto de requalificação do lado poente da Praça do Almada, AMPV, 1879.

Ilustração 22 – projeto de prolongamento do arruamento norte da Praça do Almada, AMPV, 1882.

Ilustração 23 – planta do Largo dos Banhos, AMPV, 1881.

Ilustração 24 – planta da marginal atlântica da Póvoa de Varzim, AMPV, [1882].

Ilustração 25 – planta do Largo de S. José (Passeio Alegre), AMPV, [1883].

Ilustração 26 – projeto de um mercado no Passeio Alegre, AMPV, [1883].

Ilustração 27 – planta do Largo dos Banhos e do Passeio Alegre, AMPV, 1881.

Ilustração 28 – projeto de um mercado no Passeio Alegre, AMPV, [1883].

Ilustração 29 – projeto de um mercado no Passeio Alegre, AMPV, [1883].

Ilustração 30 – planta do Largo de S. José (Passeio Alegre), AMPV, [1883].

Ilustração 31 – projeto de ampliação da Rua da Junqueira, AMPV, 1882.

Ilustração 32 – projeto da Rua de Frei Sebastião, AMPV, [1882].

Ilustração 33 – projeto de ampliação da Rua da Senra, AMPV, [1883].

Ilustração 34 – planta da Rua da Senra, AMPV, [1882].

Ilustração 35 – projeto de ampliação da Travessa dos Enjeitados, AMPV, [1884].

Ilustração 36 – projeto de regularização da Praça do Almada e de ampliação da travessa a jusante do mercado, AMPV, [1887].

Ilustração 37 – pormenor da «Planta da Póvoa de Varzim», MMEHPV, 1901.

Ilustração 38 – Praça do Almada, BMRP, final do séc. XIX ou início do séc. XX.

Ilustração 39 – Jardim da Praça do Almada, BMRP, início do século XX.

Ilustração 40 – Jardim da Praça do Almada, BMRP, início do século XX.

Ilustração 41 – planta da Rua do Esteiro, AMPV, anterior a 1888.

Ilustração 42 – projeto de ampliação da Rua do Esteiro, AMPV, [1888].

Ilustração 43 – projeto do pontão entre a Rua do Esteiro e o Paredão, AMPV, [1889].

Ilustração 44 – planta da ponte entre a Rua do Esteiro e a Praia da Ribeira e das rampas de acesso à mesma, AMPV, [1889].

Ilustração 45 – alçado da ponte e das rampas de acesso à Praia da Ribeira, AMPV, [1889].

Ilustração 46 – projeto de prolongamento da Rua do Esteiro, AMPV, [1889].

Ilustração 47 – projeto de prolongamento da Rua do Esteiro, AMPV, [1892].

Ilustração 48 – projeto de prolongamento da Rua do Tenente Valadim, AMPV, 1896.

Ilustração 49 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 50 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 51 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 52 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 53 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 54 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 55 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 56 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 57 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 58 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 59 – alçado avulso, AMPV, sem data.



Ilustração 60 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 61 – alçado avulso, AMPV, sem data.

Ilustração 62 – projeto de ampliação da Rua dos Banhos, AMPV, [1891].

Ilustração 63 – projeto de ampliação da Rua dos Banhos, AMPV, [1891].

Ilustração 64 – projeto de requalificação do «bairro do Castelo», AMPV, [1893].

Ilustração 65 – pormenor da «Planta da Povia de Varzim», MMEHPV, 1901.

Ilustração 66 – projeto de ampliação da Travessa do Ramalhão, AMPV, [1893].

Ilustração 67 – projeto de ampliação da Rua dos Banhos, AMPV, [1893].

Ilustração 68 – projeto de ampliação da Rua dos Banhos, AMPV, [1893].

Ilustração 69 – Rua dos Banhos, MMEHPV, início do século XX.

Ilustração 70 – Rua dos Banhos, «*Povia de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal*», [1907].

Ilustração 71 – projeto de ampliação da Rua dos Banhos, AMPV, 1894.

Ilustração 72 – projeto de ampliação da Rua da Junqueira, AMPV, 1894.

Ilustração 73 – projeto de ampliação da Rua da Alegria ou do Norte, AMPV, [1894].

Ilustração 74 – projeto de ampliação da Rua da Senra, AMPV, 1894.

Ilustração 75 – projeto de ampliação da Rua do Visconde e de requalificação da Praça do Almada, AMPV, 1895.

Ilustração 76 – projeto de requalificação da Praça do Almada, AMPV, [1893].

Ilustração 77 – projeto da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, AMPV, [1896].

Ilustração 78 – projeto de prolongamento da Rua dos Banhos, AMPV, 1896.

Ilustração 79 – projeto de ampliação da Rua da Junqueira e do Largo do Café Chinês, AMPV, 1896.

Ilustração 80 – projeto de ampliação da Praça do Marquês de Pombal, AMPV, [1896].

Ilustração 81 – projeto do mercado da Praça do Marquês de Pombal, AMPV, [1900].

Ilustração 82 – antigo Mercado David Alves, BMRP, início do século XX.

Ilustração 83 – Praça do Marquês de Pombal, col. João Fontes, início do século XX.

Ilustração 84 – «Planta da Povia de Varzim», MMEHPV, 1901.

Ilustração 85 – projeto de regularização da Rua da Ribeira, AMPV, 1907.

Ilustração 86 – planta da Rua do Almirante Reis, AMPV, 1915.

Ilustração 87 – planta das Ruas da Junqueira e do Pelourinho, AMPV, 1915.

Ilustração 88 – planta da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, AMPV, 1915.

Ilustração 89 – planta da Rua dos Banhos, AMPV, 1915.

Ilustração 90 – planta do Passeio Alegre, AMPV, 1915.

Ilustração 91 – planta do Passeio Alegre, AMPV, 1916.

Ilustração 92 – projeto de requalificação da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, AMPV, 1927.

Ilustração 93 – pormenor da «Planta da Povia de Varzim», MMEHPV, 1901.

Ilustração 94 – Paredão e Largo de S. José, *Archivo Pittoresco*, vol. XI, 1868.

Ilustração 95 – Passeio Alegre, MMEHPV, posterior a 1886.

Ilustração 96 – Passeio Alegre, BMRP, finais do século XIX.

Ilustração 97 – Passeio Alegre, BMRP, inícios do século XX.

Ilustração 98 – planta da Rua dos Banhos e do Passeio Alegre, AMPV, [1882].

Ilustração 99 – Rua dos Banhos, col. João C. Fontes, final do século XIX ou início do século XX.

Ilustração 100 – Rua dos Banhos, col. João C. Fontes, início do século XX.

Ilustração 101 – pormenor da «Planta da Povia de Varzim», MMEHPV, 1901.

Ilustração 102 – planta do Largo do Cego do Maio, AMPV, 1915.

Ilustração 103 – Representação gráfica da evolução arquitetónica da Póvoa no tempo e no espaço estudados.

Ilustração 104 – Representação gráfica dos diferentes autores responsáveis pela evolução arquitetónica da Póvoa entre 1871 e 1930.

Ilustração 105 – Representação gráfica dos projetos de obras particulares georreferenciáveis na malha urbana da Póvoa.

Ilustração 106 – edifício do Café Chinês, MMEHPV, início do século XX.

Ilustração 107 – interior do Café Chinês, MMEHPV, final do século XIX ou início do século XX.

Ilustração 108 – edifício dos Paços do Concelho, fotografia do autor, 2016.

Ilustração 109 – local onde se encontrava edificado o Teatro Sá da Bandeira, fotografia do autor, 2016.

Ilustração 110 – projeto do Teatro Povoense, AMPV, 1876.

Ilustração 111 – projeto do Teatro Garrett, AMPV, 1890.

Ilustração 112 – edifício do Teatro Garrett, fotografia do autor, 2016.

Ilustração 113 – edifício do Teatro Garrett, fotografia do autor, 2016.

Ilustração 114 – pormenor da «Planta da Póvoa de Varzim», MMEHPV, 1901.

Ilustração 115 – projeto do Salão-Teatro, AMPV, 1910.

Ilustração 116 – edifício do antigo Salão-Teatro, fotografia do autor, 2016.

Ilustração 117 – planta da plateia do Salão-Teatro, AMPV, 1910.

Ilustração 118 – planta do balcão do Salão-Teatro, AMPV, 1910.

## **Índice de tabelas**

Tabela 1 – Relação das unidades hoteleiras inscritas nos livros de registos das licenças expedidas pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

## **Lista de abreviaturas**

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AMPV – Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim

BMRP – Biblioteca Municipal Rocha Peixoto

CMPV – Câmara Municipal da Póvoa de Varzim

MMEHPV – Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim

## Introdução

Em finais do século XVIII a Póvoa de Varzim tonou-se num local de referência para se usufruir dos benefícios terapêuticos propiciados pela água salgada do mar e pelo sol estival. Na altura a vila estava acantonada à volta da igreja matriz. Na orla marítima, ao lado da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, existia um bairro de pescadores, que ainda é acusado na «Planta da Póvoa de Varzim» datada de 1901.

A partir do século XIX o desenvolvimento da malha urbana da Póvoa orienta-se para o Oceano Atlântico, primeiro com a criação da Praça do Almada, a que se seguiu a construção de arruamentos na zona litoral.

A presente investigação pretende demonstrar o desenvolvimento urbano da zona litoral da Póvoa, bem como os equipamentos, as arquiteturas e os espaços urbanos aí construídos para usufruto dos veraneantes que procuravam a vila para fins medicinais.

Balizamos a nossa pesquisa sistemática nas fontes documentais entre 1871 e 1930. Neste período, incidimos o nosso estudo na urbanização da faixa litoral da Póvoa e nos edifícios que foram construídos para dar resposta à sua função balnear. São exemplo dessas edificações os hotéis, as casas de aluguer, os cafés, os teatros e os estabelecimentos de banhos, espaços que, certamente, remeteram o forasteiro para um distante universo, possibilitando vivências relacionadas com o bem-estar associado à saúde e ao lazer.

De acordo com o anteriormente mencionado, o estudo pretende analisar a evolução urbana da zona litoral onde, desde o último quartel de setecentos, ocorriam as práticas balneares, e entender se estas foram determinantes para o desenvolvimento da Póvoa de Varzim. Assim, houve a necessidade de circunscrever uma área geográfica da povoação, demarcando-se os limites da zona de estudo do seguinte modo: a norte estabelecemos como marco o antigo limite do concelho da Póvoa; a sul finda a nossa área de investigação na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição<sup>1</sup>, a partir da qual se desenvolveu o bairro

---

<sup>1</sup> Apesar de excluirmos do estudo a área urbana a sul da Fortaleza, a atual Rua do Almirante Reis (antiga Rua do Príncipe) foi contabilizada por três motivos: o primeiro prende-se com o facto de o topo norte se encontrar em linha com a fortificação; a segunda diz respeito à importância do arruamento, uma vez que fazia parte da antiga estrada do Porto à Póvoa; e a terceira relaciona-se com a localização do terminal do caminho-de-ferro naquela artéria, sendo na antiga Rua do Príncipe que os frequentadores da praia da Póvoa desembarcavam quando elegiam o comboio para se fazer chegar à vila.

onde grande parte da comunidade piscatória se concentrou; a este determinamos como limite toda a área correspondente ao primitivo núcleo habitacional da vila, localizado a montante da atual Estrada Nacional nº 13 (parte da antiga Estrada Real nº 30 e da Estrada da Póvoa a Esposende); e a oeste ficou a fronteira delimitada pela Praia dos Banhos<sup>2</sup>.

Conforme foi também referido, o estudo encontra-se cronologicamente balizado entre 1871 e as primeiras décadas do século passado, sendo a data mais remota definida pelos processos de obras particulares presentes no Arquivo Municipal da Póvoa. Esta documentação surgiu em 1871, quando a vereação de então elaborou o novo Código de Posturas Municipais onde foi instituída a obrigatoriedade de todo e qualquer indivíduo apresentar à Câmara um projeto que refletisse o modelo da edificação ou reedificação que requeria<sup>3</sup>. Coeva à fonte citada é a imprensa periódica local, que na Póvoa de Varzim surgiu precisamente em 1870<sup>4</sup>. A partir dessa data, também alguns dos mais importantes guias de viagem, bem como almanaques, foram sendo publicados, nos quais a estância foi frequentemente referenciada. Assim, estes testemunhos foram imprescindíveis para a análise da pequena vila balnear, permitindo a reconstituição das vivências estivais, entre outros importantes informes. O estudo finda em 1930, dado que, a partir desse ano, empreenderam-se na Póvoa edificações com características «monumentais» e aliadas à corrente modernista, sendo o Casino um dos exemplos mais paradigmático.

---

<sup>2</sup> A área selecionada compreende cerca de 42 arruamentos, os quais identificamos em seguida, ressaltando-se, contudo, o facto de os topónimos corresponderem à atualidade: Rua da Alegria, Praça do Almada, Rua do Almirante Reis, Rua de António Graça, Avenida dos Banhos, Travessa dos Banhos, Rua do Boído, Rua dos Cafés, Travessa do Cais Novo, Rua de Cândido Landolt, Rua da Cidade do Porto, Rua do Dr. Caetano de Oliveira, Largo do Dr. David Alves, Rua do Dr. Sousa Campos, Largo do Dr. Vasques Calafate, Rua de Elias Garcia, Travessa de Elias Garcia, Rua do Frei Sebastião de S. Luís, Rua de Gomes de Amorim, Rua das Hortas, Travessa das Hortas, Rua de João Dias, Rua de Joaquim Martins da Costa, Rua de José Malgueira, Rua da Junqueira, Rua de Latino Coelho, Rua das Lavadeiras, Rua de Manuel Silva, Praça do Marquês de Pombal, Avenida de Mouzinho de Albuquerque, Rua do Paredão, Largo do Passeio Alegre, Rua do Patrão Lagoa, Rua do Patrão Sérgio, Rua de Paulo Barreto, Rua da Ponte, Praça da República, Rua da Ribeira, Rua de Santos Minho, Travessa da Senra, Rua de Serpa Pinto e Rua do Tenente Valadim.

<sup>3</sup> Na ata camarária de 9 de agosto de 1871 ficou registado o novo Código de Posturas, onde se encontram descritos, no trigésimo quarto capítulo – «Obras ou edificações» –, os deveres de todos aqueles que intencionavam «edificar, ou reedificar em todo ou em parte, predio, muro, ou parede, bem como abrir portas, ou janellas para a rua ou caminho publico». Estas obras somente poderiam ser realizadas com «previa licença da camara», sendo o requerente obrigado a apresentar uma «planta do edificio, que se pretende levantar». Cf. AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0030. Sessão de 9 de agosto de 1870, f. 98 v. e f. 99.

<sup>4</sup> O primeiro periódico da Póvoa de Varzim, a *Gazeta da Povia de Varzim*, foi publicado em 1 de janeiro de 1870, produzindo-se duas edições semanais, uma às quartas-feiras e outra aos sábados.





Ilustração 1 – Proposta esquemática da zona de estudo realizada sobre a «Planta da Póvoa de Varzim» (1901). A imagem apresenta todos os arruamentos analisados (demarcados a traço vermelho), onde sobre os seus percursos estão os números correspondentes à legenda situada no lado esquerdo da planificação.



Indispensáveis para o seguimento da investigação foram também algumas obras. A Toponímia da Póvoa de Varzim, o Póvoa de Varzim Boletim Cultural, atualmente no quadragésimo nono volume, as Dissertações de Mestrado de Sandra Araújo de Amorim<sup>5</sup> e a de Doutoramento de Mário Gonçalves Fernandes<sup>6</sup> orientaram o nosso estudo, concedendo informações sobre a evolução urbana da vila, bem como do seu panorama social. Embora os trabalhos elencados apresentem dados valiosos sobre a história da Póvoa, ficaram, naturalmente, por esclarecer algumas questões relacionadas com o «apoteótico» desenvolvimento da referida área litoral no período em análise, o que nos fez avançar nessa direção, sendo este um dos vetores da investigação.

Para o estudo do tema da vilegiatura balnear marítima recorremos, sobretudo, aos trabalhos de investigação de Maria Filomena Barros de Carvalho<sup>7</sup> e de Maria da Graça Gonzalez Briz<sup>8</sup>. Embora existam outros estudos sobre a temática, e realizados igualmente em contexto académico, por questões relacionadas com o tempo disponível para a concretização deste trabalho, não foi possível estudá-los convenientemente, de modo a aplicá-los na nossa investigação. Contudo, ao tomarmos conhecimento dessas obras, verificamos que a maioria das estâncias balneares marítimas de Portugal já haviam sido estudadas, constatando-se a inexistência de um trabalho aprofundado sobre a estância da Póvoa de Varzim, o que nos encorajou a seguir adiante com o projeto.

Sendo uma significativa parte do trabalho dedicada ao estudo do urbanismo da Póvoa de Varzim, se bem que circunscrito a uma área específica, foi necessário recorrer à documentação municipal presente no Arquivo da Póvoa. Assim, para a análise do desenvolvimento urbano selecionamos duas categorias documentais: os livros das atas

---

<sup>5</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra: construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2004. Referenciamos a publicação editada pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, pois, por questões práticas, optamos por esta versão.

<sup>6</sup> FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852-1926*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2002.

<sup>7</sup> CARVALHO, Maria Filomena Barros de – *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1997.

<sup>8</sup> BRIZ, Maria da Graça – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970: Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2003.

camarárias e os processos de obras municipais. Ambos os fundos documentais complementam-se, pois no primeiro exemplo encontramos vertidos os objetivos da municipalidade e no segundo verificamos como é que as intenções foram desenhadas, refletindo aquilo que se pretendia materializar na malha urbana da vila. Através da bibliografia selecionada procuramos também obter outras informações relativamente à construção do tecido urbano, concedendo-nos esses testemunhos o estado das obras, o pensamento da opinião pública relativamente às mesmas, entre outros esclarecimentos.

Para o estudo das arquiteturas da Póvoa, foi privilegiado o método de análise dos processos de obras particulares. Para tal, tornou-se necessário conhecer o histórico dos topónimos dos arruamentos selecionados, fazendo-se em seguida a pesquisa através das diferentes e sucessivas denominações dos locais.

Depois de selecionados todos os documentos relacionados com a área urbana analisada verificamos a ausência de alguns projetos análogos a edificações ainda existentes ou identificadas em elementos iconográficos, sendo para nós o exemplo mais evidente o do Teatro Garrett, que sabíamos ter sido construído posteriormente a 1871, data em que a municipalidade instituiu a obrigatoriedade de todos os particulares dirigirem à Câmara um projeto que refletisse a futura obra a edificar ou a reedificar.

Assim, impôs-se um novo desafio – investigar outras tipologias documentais onde pudessem existir projetos de obras particulares. Após a análise do Catálogo do Arquivo Municipal, despertaram-nos a atenção os Autos de Alinhamento e os Autos de Vistoria, onde suspeitávamos existirem mais projetos de obras particulares. De facto, confirmou-se a incerteza, encontrando-se um significativo número de documentos anexados aos mencionados Autos.

Todavia, deparando-nos com um elevado volume de processos (superior a 700 documentos), verificamos que poucos haviam sido originados por forasteiros, facto surpreendente para nós, pois acreditávamos encontrar um maior número de requerimentos assinados por indivíduos não residentes na Póvoa. Perante a situação, houve a necessidade de delinear uma nova estratégia, optando-se, somente, por analisar os processos de obras particulares cujo fundamento se relacionasse intimamente com a dinâmica da estância.

Deste modo, avançamos apenas com a análise formal das arquiteturas de apoio aos forasteiros, como por exemplo as unidades hoteleiras, os estabelecimentos de restauração

e de banhos quentes, bem como os equipamentos culturais. No entanto, face ao elevado investimento de tempo em torno dos processos de obras particulares, decidimos, então, adaptar os dados obtidos e, assim, proceder à análise da arquitetura do ponto de vista estatístico, traçando-se o panorama do tecido edificado da vila para o período selecionado. Assim, em colaboração com o Serviço de Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto foram produzidos diversos mapas temáticos, onde revelamos uma parte dos dados adquiridos. Este ponto do trabalho relaciona-se com o Volume de Anexos que é constituído por setecentas e sessenta e cinco fichas, nas quais foram organizadas as informações mais relevantes retiradas da citada documentação. Paralelamente, algumas fichas do Volume de Anexos foram, sempre que se revelou oportuno, referenciadas nas notas de rodapé ao longo do texto que de seguida desenvolvemos.

Como complemento ao estudo dos equipamentos da Póvoa balnear foram também consultados os livros das licenças expedidas pela Câmara Municipal. A documentação permitiu-nos conhecer alguns dos estabelecimentos que pontuaram a malha urbana investigada, sendo recorrentemente mencionados os hotéis e cafés poveiros.

Estruturalmente, o trabalho de investigação procurou refletir uma lógica simples e de fácil perceção, sucedendo-se os diferentes capítulos onde as abordagens procuraram clarificar os objetivos traçados.

No Capítulo 1 – *O desenvolvimento urbano da área litoral da Póvoa de Varzim* – foram tratadas algumas das questões mais pertinentes relativamente à área urbana analisada, dividindo-se o mesmo em sete pontos. Justifica-se esta orgânica pelo extenso arco temporal, circunscrevendo o final do século XVIII até à década de 1930. Deste modo, procuramos tecer o panorama urbano da Póvoa de Varzim desde o despontar como estância de vilegiatura balnear marítima até ao momento de afirmação enquanto tal, sendo a construção do Casino a demonstração disso mesmo. Assim, o ponto 1.1. – *Os antecedentes da Póvoa de Varzim como importante estância de veraneio* – aborda as origens e a evolução das práticas balneares na vila, integrando-se esta temática no subponto 1.1.1. – *A estância – dos primórdios à fulgurante vida balnear de oitocentos* –, bem como a fisionomia da pequena povoação na transição do século XVIII para o século XIX, correspondente ao subponto 1.1.2. – *A estrutura urbana da vila entre o século XVIII e o início do século XIX*. Aqui, procuramos, acima de tudo, delimitar e situar a área onde

se movimentavam os forasteiros, fazendo-se também uma breve referência às restantes zonas urbanas da vila. O ponto 1.2. – *O segundo quartel do século XIX – uma nova urbanidade* – reflete a mesma dinâmica que o ponto anterior, uma vez que ambos foram estruturados com base na bibliografia selecionada, focando-se este, particularmente, nos avanços operados dentro da malha urbana analisada entre 1825 e os meados de oitocentos. Seguem-se mais cinco pontos onde foi sendo narrada a evolução da área litoral analisada. O conteúdo dos mesmos foi concebido, principalmente, com recurso aos projetos de obras municipais, através dos quais pudemos fazer um detalhado estudo do desenvolvimento urbano de uma parte da Póvoa entre os meados do século XIX e o ano de 1930. O ponto 1.3. – *As décadas de 1850 e de 1860 – a afirmação da vila no mapa nacional* – por questões metodológicas, compreende dois decénios, pois foi durante este período que se operaram grandes alterações no que diz respeito às vias de comunicação entre a vila e outras povoações nortenhas. Seguem-se os demais pontos: o 1.4. – *A década de 1870 – a urbanização de áreas até então inexploradas* –, o 1.5. – *A década de 1880 – a requalificação da malha urbana pré-existente* –, o 1.6. – *A década de 1890 – um novo olhar sobre o bairro balnear* –, e o 1.7. – *Entre as décadas de 1900 e de 1930 – o aprimorar da vila* –, onde foi desenvolvida a evolução da área litoral selecionada, pese embora o facto de o último ponto tratar, sobretudo, dalguns aspetos relacionados com a questão estética dos diferentes locais da Póvoa, uma vez que as bases do urbanismo poveiro já se encontravam consolidadas no início do século XX.

Depois de definida, contextualizada e analisada a área litoral em estudo, o Capítulo 2 – *Espaços urbanos de lazer e fruição social na orla costeira da Póvoa de Varzim* – identifica e caracteriza os diferentes locais de recreio situados nas cercanias do oceano, frequentados, sobretudo, por aqueles que estanciavam na vila. Assim, o ponto 2.1. – *O Paredão* – revela o mais antigo local dedicado à fruição dos forasteiros; o ponto 2.2. – *O Largo do Passeio Alegre* – evidencia o primeiro espaço da vila concetualmente construído como uma alameda-passeio; o ponto 2.3. – *A Rua dos Banhos* – retrata a história de um arruamento rasgado sobre o areal fronteiro à Praia dos Banhos, tornando-se, mais tarde, num dos principais locais da estância poveira; e o ponto 2.4. – *O Largo do Cego do Maio* – pretende dar a conhecer um dos espaços mais diversificados da Póvoa de Varzim, onde se desenvolviam diferentes atividades lúdico-desportivas.

Por último, o Capítulo 3 – *Os equipamentos de apoio aos veraneantes* – foca-se no conjunto de meios materiais fundamentais à Póvoa banhar, sendo analisados os espaços dedicados à acomodação dos veraneantes. Receberam particular atenção os hotéis, as casas de aluguer e os espaços arquitetónicos para lazer, como as arquiteturas dedicadas aos banhos.

## **Capítulo 1 – O desenvolvimento urbano da área litoral da Póvoa de Varzim**

### **1.1. Os antecedentes da Póvoa de Varzim como importante estância de veraneio**

#### **1.1.1. A estância – dos primórdios à fulgurante vida balnear de oitocentos**

A Póvoa de Varzim ainda hoje é uma das mais concorridas estâncias balneares do Norte de Portugal, remontando a utilização da sua praia ao século XVIII. Alguns documentos históricos comprovam-nos o facto, sendo a ata da sessão camarária de 5 de junho de 1776 um dos mais recuados testemunhos. Este, refere o estado calamitoso de algumas ruas, principalmente durante o inverno, devido à água da chuva que as tornava praticamente intransitáveis, «privandoce com as enchentes a pacagem dos Moradores para a praja do Mar». O transtorno não afetava somente os poveiros, mas também os que frequentavam a vila, e «que a ella vinha[m] comprar peixe e tambem aos Vanhos do mar»<sup>9</sup>.

Datam também dessa centúria outros testemunhos que se demonstram mais profícuos nas informações referentes aos banhos de mar. Em 1965, Robert Smith publicou excertos de alguns livros de contabilidade da botica do Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Braga, que serviriam para registar as despesas anuais, fazendo-se também referências aos doentes e às respetivas maleitas. De acordo com os manuscritos, foi possível apurar que os monges beneditinos poderiam usufruir de banhos de mar, caso houvesse necessidade, e muitos fizeram-no, instituindo o hábito dos «banhos da Poboia». Assim, em 1774 o combalido Padre Pregador Frei Luís de Santa Teresa viajou acompanhado por um «moço» de Tibães até ao Mosteiro de São Bento da Vitória, no Porto. Após uma análise clínica, os médicos aconselharam-no a dirigir-se à Póvoa para

---

<sup>9</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I. Póvoa de Varzim: CMPV, 1970, p. 134.

usufruir de terapêuticos banhos de mar. A viagem até à vila banhar foi acompanhada, para além do serviçal, por um «irmão» que estaria incumbido de «acompanhalo aos banhos, e segurallo em q.º os tomava». Contudo, nem sempre os banhos ocorriam ao ar livre, referindo Robert Smith a toma de banhos de água salgada aquecida, tal como sugere a seguinte citação: «dous carros de lenha, q. gastou p.<sup>a</sup> se aquecer a agoa do banho, quando os tomava em caza». Na época, muito provavelmente não existiam na vila estabelecimentos hoteleiros, uma vez que o monge se acomodou numa casa alugada. No ano de 1785, o mesmo religioso estanciou na vila poveira trinta e dois dias, levando com ele «dous Mossos, hum p.<sup>a</sup> fazer de comer, e o mais necessario ao dito Padre e outro p.<sup>a</sup> comprar o precizo, e acompanhalo aos banhos». Ainda no mesmo ano, um outro monge, o Padre Frei Sebastião do Pilar, gastou ao mosteiro 12\$270 reis com os «banhos de Mar». Cerca de uma década mais tarde, em 1797, também o Padre Frei José de Sales estanciou na Póvoa, despendendo 19\$650 reis, dos quais 480 reis foram gastos com uma «mulher q. conduzia agoa do mar» e no ano seguinte, o Irmão Corista Frei Bernardo desembolsou a parca quantia de 1\$580 reis na viagem de ida e volta entre o mosteiro e a Póvoa de Varzim<sup>10</sup>.

Apesar de muito frequentada pelas comunidades religiosas do Norte também, naquela época, as famílias da região vinham à Póvoa para fazer uso de banhos. Baseia-se esta afirmação nalguns registos paroquiais, elucidando-nos certos assentos de batismo e de óbito, acerca da proveniência dos forasteiros. Deste modo, em agosto de 1790, falecia na vila João Carvalho Rego, oriundo de Santo Adrião, em Vila Nova de Famalicão, «que [...] se achava aos banhos do mar»<sup>11</sup>; e, em 1793, Custódio Peixoto, de S. Lourenço de Golães, em Fafe, vindo à Póvoa para veranejar, onde, no entanto, morreu «por ocaziam de banhos do mar»<sup>12</sup>. Também na década seguinte pereceram na vila alguns banhistas, como

---

<sup>10</sup> SMITH, Robert C. – Os Banhos de Mar na Póvoa de Varzim no Século XVIII. Póvoa de Varzim Boletim Cultural. Póvoa de Varzim: CMPV. Vol. IV, nº 1 (1965), pp. 239-244.

<sup>11</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1777-1816. Livro O, nº 3. E/26/1/5-18.3. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

<sup>12</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1777-1816. Livro O, nº 3. E/26/1/5-18.3. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

por exemplo: Francisco José, proveniente de S. Pedro de Cerva, em Vila Real<sup>13</sup>, Catarina da Silva Xisto, residente na Rua dos Biscainhos, em Braga<sup>14</sup> e Maria, filha do Dr. José Bento de Sousa Lobo e de Maria Eufémia, que de Cabeceiras de Basto veio para falecer na Póvoa, «estando aqui a banhos»<sup>15</sup>. Conforme se poderia depreender quando aludimos aos registos de batismo, existem também testemunhos que atestam o nascimento de crianças na Póvoa, encontrando-se os seus progenitores a banhos. Em agosto de 1803, Francisco de Castro e Josefa Maria, oriundos de S. Miguel de Taíde, na Póvoa de Lanhoso, foram pais de uma criança que «nasceu [...] por Ocaziam de banhos»<sup>16</sup>. Mais curioso é um registo, datado de dezembro de 1818, onde os padrinhos da criança batizada eram dois vimaranenses. Surpreendentemente, Rosa Delfina Pereira e Gaspar Leite de Azevedo Araújo (cavaleiro da Ordem de Cristo) não necessitaram viajar de Guimarães à estância poveira para assistir à cerimónia, visto que «nesta se achavão a banhos»<sup>17</sup>.

Se entre os finais de setecentos e o início da centúria seguinte, a pequena vila de feição piscatória não oferecia muito mais do que oportunidades terapêuticas através das suas águas marítimas ricas em iodo, a partir de meados do século XIX, a Póvoa de Varzim socorreu-se de meios convincentes, capazes de atrair mais forasteiros. Assim, a vila não proporcionava somente oportunidades de cura ou tratamento de certas doenças, disponibilizando ainda uma variada gama de divertimentos, defendendo Rui Matos, autor de *A Arquitetura do Turismo Terapêutico*, que «a quebra da rotina, a viagem com fins recreativos, foram – e continuam a ser nas sociedades contemporâneas – encaradas,

---

<sup>13</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1777-1816. Livro O, n<sup>o</sup> 3. E/26/1/5-18.3. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

<sup>14</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1777-1816. Livro O, n<sup>o</sup> 3. E/26/1/5-18.3. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

<sup>15</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1777-1816. Livro O, n<sup>o</sup> 3. E/26/1/5-18.3. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

<sup>16</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Batismos. 1793-1812. Livro B, n<sup>o</sup> 9. E/26/1/4-14.1. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

<sup>17</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Batismos. 1817-1824. Livro B, n<sup>o</sup> 10, 2<sup>a</sup> parte. E/26/1/4-14.2. Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.



também, como terapêuticas»<sup>18</sup>. Recuando mais de cem anos, já no século XIX, se associavam os tratamentos físico e psíquico, tal como refere D. João de Castro na sua obra ficcionada *Jornadas no Minho*:

*depois d'uma lastimosa época de anemia e melancolia, o meu médico, o famoso dr. Regaleira, aconselhou-me, com a despótica imponencia do seu profundo saber, o uso quotidiano de banhos de mar. E accrescentou com finura que, dentro do pátrio Minho, a praia naturalmente indicada era a da Póvoa de Varzim – porque, para me curar da anemia, tinha águas bem tónicas e salinas, e para me curar da melancolia, tinha ruído, multidão, cafés cantantes e banhistas de coração acessível*<sup>19</sup>.

O bulício que caracterizava a vila durante o estio devia-se essencialmente à presença de forasteiros, afluindo às «praias da Póvoa [...] aproximadamente, 20:000 banhistas» por volta de 1883<sup>20</sup>. A maioria provinha do Minho, do Douro e de Trás-os-Montes, e «quasi não conhecem outra praia»<sup>21</sup>. De acordo com José Augusto Vieira, autor do célebre *Minho Pittoresco*, em finais da década de 1880 a Póvoa era «como praia, a mais interessante e a mais pittoresca da provincia, senão talvez do paiz, pois nenhuma como ella offerece tão extraordinaria e tão variada concorrência na epocha de banhos»<sup>22</sup>.

Pouco tempo antes, dava-se início à construção da linha férrea entre a Póvoa e o Porto, sendo inaugurada em 1 de outubro de 1875. A vila passou então a dispor de um moderno meio de comunicação, que permitia o transporte de um grande número de pessoas, várias vezes ao dia. Cerca de seis anos mais tarde, em 12 de junho de 1881, ficava concluída a linha do caminho-de-ferro entre a Póvoa e Vila Nova de Famalicão<sup>23</sup>, o que terá levado ainda mais veraneantes à vila. Esta migração sazonal já acontecia há longos anos, contudo, com o comboio passou a fazer-se mais rápida e comodamente.

Em termos arquitetónico-urbanísticos, o aglomerado foi também acompanhando o ciclo evolutivo, principalmente a partir do último quartel de oitocentos, sendo descrito como detentor de «boas ruas, algumas bem alinhadas e excelentes edificações»<sup>24</sup>.

---

<sup>18</sup> MATOS, Rui Manuel C. de Campos – *A Arquitetura do Turismo Terapêutico – Madeira e Canárias, 1800-1914*. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, Teoria e História apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa em 2016, p. 23.

<sup>19</sup> CASTRO, D. João de – *Jornadas no Minho: Impressões, aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionais*. 2ª ed.. Lisboa: Ferreira & Oliveira, Lda., 1906, pp. 15 e 16.

<sup>20</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito – *Memorias Historico-Estatisticas de algumas Villas e Povoações de Portugal*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1883, p. 13.

<sup>21</sup> VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pittoresco*. Vol. II. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1887, p. 215.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 215.

<sup>23</sup> TORRES, Carlos Manitto – A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Ano LXXI, nº 1686 (16 mar. 1958), p. 137.

<sup>24</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito – *Memorias Historico-Estatisticas* [...], p. 10.

Deste modo, pela urbe poveira propagaram-se diversos hotéis, cafés e restaurantes que permitiam a acomodação dos forasteiros, assegurando-lhes também serviços inerentes ao quotidiano. Muitos destes estabelecimentos conjugavam ainda a vertente lúdica, proporcionando aos veraneantes farta diversão, quer com concertos musicais, quer com o jogo de azar<sup>25</sup>. Os estabelecimentos de banhos quentes também conheceram lauta glória na época, tornando mais agradável o contacto com as vivas e frias águas marítimas. Os *banhos quentes*, nome pelo qual eram comumente designados, proporcionavam aos banhistas retemperadas imersões em banheiras repletas de água salgada, o que tornava a experiência do banho mais cativante. Os teatros surgiram quando as massas demonstraram a necessidade de se criarem espaços mais amplos, mas também como resposta a um público mais exigente, habituado a rituais sociais mais cosmopolitas.

Foi neste contexto que a vila se desenvolveu, sendo caracterizada por Brito Aranha na sua obra *Memorias Historico-Estatisticas de algumas Villas e Povoações de Portugal* do seguinte modo:

*á vista de documentos officiaes, póde-se assegurar que a Povia de Varzim é, depois da capital da provincia do Minho, a primeira terra em população n'essa provincia, apresentando-se aos olhos do viajante, quer vendo-a do mar, quer da terra, em magnifico panorama.*<sup>26</sup>

### **1.1.2. A estrutura urbana da vila entre o século XVIII e o início do século XIX**

No século XVIII a vila da Póvoa de Varzim encontrava-se dividida em duas áreas distintas – a primeira, localizada a nascente, circunscrevia o núcleo antigo da urbe e a segunda, de feição mais recente, localizava-se nas proximidades da orla costeira (ilustração 2). Este facto é-nos transmitido por Francisco Félix Henriques da Veiga Leal, então governador da Fortaleza da Póvoa, que em 1758 sintetizou o aglomerado da seguinte forma: «ruas e casas que eram villa antiga, e as casas e ruas que de novo há poucos annos se formaram, e vão formando em outro plano mais proximo á praia do mar chamado Junqueira»<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pittoresco*, p. 215.

<sup>26</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito – *Memorias Historico-Estatisticas* [...], p. 10.

<sup>27</sup> BARBOSA, Fernando – O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII: As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758. *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: CMPV. Vol. I, nº 2 (1958), p. 309.





Em meados de setecentos, era a Póvoa de Varzim um território em franca expansão, desenvolvendo-se, como vimos, nas cercanias do oceano. Mas como se fez a ligação entre as duas áreas? Seriam contíguas? Veiga Leal dissipa-nos estas questões, referindo a existência de um arruamento que «divide hoje esta villa em duas partes». Mais do que dividir, a Calçada unia a zona tradicional da vila e a nova área urbana, servindo de transição entre ambas. No fundo era uma via por onde a população circulava, quer da zona nascente em direção ao mar, quer do litoral para o núcleo histórico. Veiga Leal refere ainda alguns dados curiosos que permitem caracterizar a Calçada, medindo esta «33 braças ordinarias de comprido, e duas de largo», bem como sendo definida por «paredes [...] que tapam uns amenos prados e férteis campos»<sup>28</sup>.

Sabemos então que na Póvoa de setecentos havia duas zonas distintas, sabemos também da existência de um arruamento que unia as duas áreas, mas como se formou e como se caracterizava a nova área urbana fronteira ao areal? Em relação à primeira questão Sandra Araújo de Amorim refere que o desenvolvimento da atividade da pesca levou a que uma grande massa populacional se fixasse nas imediações da costa, composta não só por pescadores, mas também por manipuladores e contratadores do pescado. Estes indivíduos edificaram as suas residências naquele local, construindo também armazéns e outras dependências que paulatinamente foram formando uma grande superfície urbanizada<sup>29</sup>.

Antes de nos referirmos à área habitacional litorânea, convém fazer uma breve caracterização da referida zona de transição (ilustração 2), e que segundo Sandra Amorim foi «um espaço especialmente concebido para essa função»<sup>30</sup>. Conforme já mencionamos, a ligação entre as duas áreas fazia-se através da Calçada, que posteriormente, e à medida que foi sendo urbanizada, evoluiu para Rua da Calçada<sup>31</sup>. Nos finais de setecentos, foi este o local escolhido para a construção de uma nova praça – a Praça do Almada – onde foi erigida a casa do governo municipal<sup>32</sup>. Se no lado sul o casario seguiu linearmente o

---

<sup>28</sup> BARBOSA, Fernando – O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII: As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758. *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: CMPV. Vol. I, nº 2 (1958), p. 309.

<sup>29</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra: construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear*. Póvoa de Varzim: CMPV, 2004, pp. 178 e 179.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 214.

<sup>31</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 179.

<sup>32</sup> *Idem*, pp. 33 e 35.



percurso da antiga Calçada, já no lado norte o edifício dos Paços do Concelho pautava agora o alinhamento das futuras construções, uma vez que esta parte da praça foi rasgada sobre propriedades rústicas<sup>33</sup>. Quanto aos topos nascente e poente, em ambos os casos foram reaproveitados alguns volumes pré-existentes, isto é, a nascente ficou a nova praça definida pelo casario da Rua do Boído, demolindo-se o seu bordo poente que lhe voltava as costas<sup>34</sup>, e a poente pelas edificações do Largo do Pelourinho<sup>35</sup>.

Contigua à Praça do Almada ficava então a Praça ou Largo do Pelourinho, cujo topónimo se encontra registado na documentação municipal desde pelo menos 1791<sup>36</sup>. Assim, antes da construção da Praça do Almada era no Pelourinho que a Calçada desembocava, localizando-se a jusante daquele largo a Rua da Ponte, que confluía na Praia da Ribeira<sup>37</sup>. Também derivava neste pequeno largo a Rua dos Ferreiros<sup>38</sup>, que desde o século XVI se encaminhava na direcção a Vila do Conde, sendo então o trajeto mais eficaz entre as duas povoações<sup>39</sup>.

A Rua das Trempes era outro dos arruamentos que estabelecia a ligação entre as duas zonas em questão, acompanhando o correr nascente-poente da Praça do Almada, que lhe ficava a sul. Primitivamente, era esta rua uma «quingosta [...] que [ia] do Bohido para a Junqueira»<sup>40</sup>, adquirindo o estatuto de rua entre a primeira e a segunda décadas do século XIX<sup>41</sup>. A sua origem deverá relacionar-se com o facto de, naquele local, passar um ribeiro e que ali se denominava regato das Trempes<sup>42</sup>, aproveitando-se as suas margens para a edificação de algumas casas.

No que respeita à caracterização da nova área costeira, notamos a existência de dois polos urbanos distintos (ilustração 2), assumindo o regato do Esteiro um papel preponderante na configuração do território litorâneo. Ao condicionar fisicamente a estruturação urbana daquela zona, o Esteiro favoreceu o desenvolvimento de dois bairros

---

<sup>33</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, pp. 214 e 215.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 170.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 216.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 215.

<sup>37</sup> BARBOSA, Fernando – *O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII*, p. 310.

<sup>38</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, pp. 215 e 216.

<sup>39</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II. Póvoa de Varzim: 197, p. 137.

<sup>40</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 216.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

distintos, ficando-lhe um a norte e o outro a sul (ilustração 2). Começamos primeiramente por analisar este último, se bem que de forma genérica, pois não corresponde a sua área à que nos propusemos analisar. Sandra Amorim refere que «ao longo de seiscentos» houve a dinamização de um «aglomerado piscatório que se estava a afirmar na zona da Junqueira»<sup>43</sup>. O mencionado aglomerado que no século XVII começava a despontar junto à orla costeira veio mais tarde a dar origem ao Bairro Sul ou da Lapa, situado nas cercanias da Praia da Ribeira. Este foi construído com base numa planificação ortogonal, onde se desenvolveram vários arruamentos paralelos à costa, havendo também algumas ruas travessas que facilitariam a circulação entre as artérias mais distantes e as mais próximas do mar<sup>44</sup>.

Quanto ao bairro a norte do regato do Esteiro (ilustração 2), era a sua composição menos ordenada, funcionando a rua por onde aquele ribeiro passava – a Rua do Esteiro – como charneira entre os bairros setentrional e meridional. Uma das referências mais antigas a esta artéria data de 1801<sup>45</sup>, sendo fisicamente definida pelas construções erigidas nas suas margens, uma vez que sobre o curso hidrográfico seria improvável levantarem-se edificações. A maioria desses volumes correspondia a armazéns e a muros de quintais das ruas paralelas, nomeadamente da Rua da Junqueira, a norte, e parte da Rua da Fortaleza, a sul. Assim, «a Rua do Esteiro [...] limitava-se a desempenhar um papel secundário na malha urbana, recebendo as traseiras e os armazéns das habitações que lhe voltavam as costas e lhe recusavam as fronteiras»<sup>46</sup>.

Cruzando o percurso da Rua do Esteiro, a Rua da Ponte era mais um dos arruamentos do bairro em questão. Primitivamente o seu percurso iniciava no topo poente da Calçada, onde depois foi crescendo o «Terreiro do Pelourinho»<sup>47</sup>, trespassando o «terreiro de S. Roque ou Praça da Junqueira», confluindo a poente, nas proximidades da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição<sup>48</sup>, onde encontrava um «caminho que vai para a praia»<sup>49</sup> (atual Rua da Ribeira). A Rua da Ponte terá sido preponderante para o

---

<sup>43</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 69.

<sup>44</sup> *Idem*, pp. 178 e 179.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>46</sup> *Idem*, pp. 201 e 202.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 204.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 202.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 201.

desenvolvimento da pesca na Póvoa de Varzim, pois possibilitava a ligação do núcleo tradicional com a Praia da Ribeira, razão pela qual terá sido rasgada<sup>50</sup>. O seu nome está intimamente relacionado com o facto de duas pontes se atravessarem no seu percurso – uma na embocadura da Rua das Trempes e outra, a jusante, fronteira à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, sobre a qual passava o regato do Esteiro<sup>51</sup>.

Iniciando no mesmo local que a Rua da Ponte, a Rua da Junqueira findava igualmente na praia, mais precisamente «junto ao paredam do mar»<sup>52</sup>, desenvolvendo-se, assim, de nascente para poente<sup>53</sup>. Esta artéria, considerada a principal via daquele bairro, permitia a passagem entre o Largo de S. Roque e o Lugar da Areosa, que dominava uma vasta área da corda litoral<sup>54</sup>. O enquadramento topográfico da Rua da Junqueira – próxima ao mar e ao regato do Esteiro – motivou muitos «contratadores de pescado» a construírem nas suas faces (e também nos quintais voltados para o Esteiro) edificações com características comerciais e industriais destinadas à «salga e negócio do peixe»<sup>55</sup>. Na época, o percurso da Junqueira fazia-se de forma quase ininterrupta, sucedendo-lhe somente duas pequenas vielas perpendiculares, sendo que uma lhe ficava a norte e a outra a sul.

O arruamento meridional que permitia a ligação entre a Rua da Junqueira e o regato do Esteiro corresponde à atual Travessa do Cais Novo, sendo em 1826 denominada «quingosta que vai para o mar»<sup>56</sup>. Quanto ao arruamento setentrional, Sandra Amorim localiza-o relativamente próximo ao Largo de S. Roque<sup>57</sup>, tratando-se aparentemente da atual Rua de Cândido Landolt. Contudo, alguns dados revelam a existência de dois arruamentos perpendiculares àquele lado da Rua da Junqueira, dos quais um é, de facto, a atual Rua de Cândido Landolt, tendo o outro desaparecido posteriormente. Se atentarmos aos extratos da documentação notarial transcritos pela autora, constatamos

---

<sup>50</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 202.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 206.

<sup>53</sup> A Rua da Junqueira, entre os finais do século XVIII e o início da centúria seguinte, prolongava-se pela atual Rua do Paredão, «permitindo que algumas moradas de casas se construíssem “defronte da praya do mar”». Cf. AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 204.

<sup>54</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 204.

<sup>55</sup> *Idem*, pp. 204 e 205.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 636.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 207.

que dos dez documentos nos quais se encontram referências à vila setentrional, oito citam-na como «Rua Travessa da Junqueira»<sup>58</sup>, sendo que cinco dos oito especificam o seu trajeto: «travessa que vay da Rua Nova da Junqueira para a Villa Velha»<sup>59</sup>. Se esta era a realidade em finais do século XVIII, o cenário alterou-se na década de 1830, pois data de 1833 um documento que refere a existência de uma «Rua Nova que vai para a Rua dos Ingeitados»<sup>60</sup>. Ora, através dos manuscritos setecentistas, é possível verificar que na época existia uma travessa perpendicular à Rua da Junqueira que findava na Vila Velha, um dos arrabaldes da Póvoa, somando-se a esta, a partir de 1830, uma outra com idêntico percurso. Assim, a artéria mais recente encaminhava-se da Rua da Junqueira para a Rua dos Enjeitados, a partir da qual se acedia à Rua da Senra e mais adiante à Vila Velha<sup>61</sup>. Deste modo, concluímos que a partir de 1833 seriam dois os arruamentos que partiam da Junqueira em direção a norte, entroncando a nova artéria na trajetória da mais antiga.

Próximo ao topo poente da Junqueira localizava-se um pequeno largo, mais tarde denominado Largo do Rego. Nele confluíam mais dois arruamentos: a Rua da Senra e a Rua da Areosa, considerando Sandra Amorim esta última «o prolongamento da Rua da Junqueira em direcção ao areal»<sup>62</sup>. No que à Rua da Senra diz respeito, este arruamento desenvolvia-se de nascente para poente, permitindo a circulação entre a Vila Velha e o litoral. No início do século XIX, flanqueavam este arruamento diversas propriedades rústicas<sup>63</sup>, conferindo-lhe uma aparência um tanto ou quanto rural. Contudo, naquela época, a Rua da Senra e as Ruas da Junqueira e da Areosa eram os locais mais frequentados pelos forasteiros que elegiam a vila para veranejar<sup>64</sup>.

Em relação à Rua da Areosa, originalmente o seu percurso alongava-se entre o Largo do Rego, a nascente, e o areal da praia onde prosseguia, mas paralela à costa. Assim, uma parte desta artéria estendia-se de nascente para poente (atual Rua dos

---

<sup>58</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, pp. 486-488 e 492-493.

<sup>59</sup> *Idem*, pp. 488 e 492-493.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 672.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 212.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 204.

<sup>63</sup> *Idem*, pp. 211 e 212.

<sup>64</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 88.



Cafés<sup>65</sup>), «inflectindo depois para norte [...], urbanizando os areais da Areosa» (atual Passeio Alegre)<sup>66</sup>. Deste modo, entre os finais do século XVIII e o início do século XIX, os topos litorâneos das Ruas da Areosa e da Junqueira ficavam paralelos entre si, formando um quarteirão, onde as propriedades possuíam duas frentes<sup>67</sup>. Se as propriedades daquele troço da Rua da Areosa partilhavam os seus limites com a Junqueira, já as que se encontravam «confrontantes para o mar» expandiam-se até à Rua do Norte, que lhe ficava paralela pelo nascente, sendo que as edificações situadas mais a norte pertenciam ao Termo de Barcelos<sup>68</sup>.

Também em parte pertencente ao território administrativo de Barcelos, a Rua do Norte, conforme já referimos, situava-se paralelamente ao troço da Rua da Areosa fronteiro ao oceano. Principiava o seu percurso nas proximidades do Largo do Rego, seguindo em direção a norte. Na transição do século XVIII para o século XIX, a área do litoral norte encontrava-se numa fase expansionista, sendo esta, a par das Ruas da Areosa, da Regoiça e da Salgueira, as preferidas para a edificação de novas habitações<sup>69</sup>.

Em relação aos topónimos Regoiça e Salgueira, Veiga Leal mencionou-os quando em 1758 redigiu uma detalhada descrição da corda litoral da Póvoa de Varzim. Segundo o narrador, «a costa [...] tem [...] uma pequena enseada chamada – Regouça – a que se seguem outras da Salgueira, Lagoa, Lariga, Fragosa»<sup>70</sup>. Como vimos, referem-se os topónimos a certas partes do areal, atribuindo-lhes identidade. A partir do terceiro quartel do século XVIII<sup>71</sup>, a utilização da Praia da Regoiça pelos banhistas propiciou a alteração do seu nome, passando a denominar-se mais tarde Praia dos Banhos. O mesmo se verificou com a Rua da Regoiça, fronteira àquela praia, sendo em finais do século XIX denominada Rua dos Banhos<sup>72</sup>. Inicialmente esta artéria configurava-se como um caminho sem contornos precisos, desenvolvendo-se sobre o areal entre o Lugar da

---

<sup>65</sup> A partir de 1828, o troço da Rua da Areosa entre o Largo do Rego e os areais da Areosa passou a denominar-se Travessa da Areosa, ficando perpendicular à rua homónima fronteira à costa. Cf. AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 211.

<sup>66</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 208.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 208.

<sup>68</sup> *Idem*, pp. 209 e 210.

<sup>69</sup> *Idem*, pp. 210.

<sup>70</sup> BARBOSA, Fernando – *O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII*, p. 319.

<sup>71</sup> SMITH, Robert C. – *Os Banhos de Mar na Póvoa de Varzim no Século XVIII*, pp. 239-244.

<sup>72</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV. Póvoa de Varzim: CMPV, 1980, p. 61.

Areosa, a sul, e o penedo do Coim, a norte, tornando-se posteriormente numa das artérias mais importantes da vila.

Foi a partir desta malha urbana que a Póvoa de Varzim se desenvolveu, presenciando-se, nas décadas seguintes do século XIX, uma grande transformação urbanística. Foram, nessa época, diversos arruamentos unidos, outros regularizados e ampliados e ainda outros rasgados, redesenhando-se a feição litoral da pequena povoação balnear.

## **1.2. O segundo quartel do século XIX – uma nova urbanidade**

Uma das primeiras planificações do território poveiro com finalidades civis será o projeto que anteviu a construção da Praça do Almada, tornando-se este local, em finais de setecentos, no «novo centro cívico e político da vila»<sup>73</sup>. Ao longo da primeira metade do século XIX, as transformações ocorridas no tecido urbano da Póvoa de Varzim demonstraram-se reduzidas. Contudo, a partir da década de 1830, a então vila viu a sua malha urbana ampliada, nomeadamente com a construção de três arruamentos – a Rua das Hortas, a Rua da Atafona e a Rua do Paulet<sup>74</sup>, rasgando, sobretudo os dois últimos, uma vasta área ocupada essencialmente por prédios rústicos.

Em 1833, a Rua das Hortas surge na documentação notarial como uma «Rua Nova que vai para a Rua dos Ingeitados»<sup>75</sup>, pressupondo-se, assim, uma construção recente. Um documento de 1837 vem reforçar as suspeitas, pois refere o falecimento de Ana Nunes, então residente na «rua nova das Hortas»<sup>76</sup>. Deste modo, e apesar de não ser conhecida uma planificação do arruamento, este terá sido, muito provavelmente, rasgado no início da década de 1830, havendo dois documentos coevos que comprovam a suspeição.

---

<sup>73</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 161.

<sup>74</sup> Estas duas artérias, a par das Ruas do Ramalhão e do Norte, estão na génese do Bairro Norte da Póvoa, mais tarde ampliado com a construção das Ruas do Carvalhido e de Serpa Pinto.

<sup>75</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 672.

<sup>76</sup> ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1837-1851. Livro O, nº 5. (E/26/1/5-19.2). Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

Escassas são também as informações acerca da origem da Rua da Atafona<sup>77</sup>. Sabemos, no entanto, que em 1839 esta havia sido «à pouco principiada», encontrando-se «quasi concluída»<sup>78</sup>. Jorge Barbosa defende que terá sido este arruamento a primeira versão da atual Rua do Patrão Sérgio, encontrando-se originalmente delimitado por dois caminhos perpendiculares à costa – a norte pela Travessa da Atafona, mais tarde denominada Rua de Santo Amaro<sup>79</sup>, e a sul pela Rua do Carvalhido.

Quanto à Rua do Paulet, as informações demonstraram-se mais precisas. A iniciativa da sua construção partiu de Joana Carlota de Barbosa Leite Paulet (natural da Póvoa de Varzim, mas então residente no Porto), quando em 1839 endereçou à Câmara Municipal um requerimento que intentava na abertura de uma artéria entre a Rua da Senra, a sul, e a então nova Rua da Atafona, a norte. No documento em questão destacamos três argumentos empreendidos pela preponente. O primeiro diz respeito ao melhoramento da vila, bem como aos benefícios adquiridos pelos seus habitantes, conforme se pode constatar na seguinte passagem: «ver engrandecida ou aumentada esta Villa e que seus habitantes gozem nela as comodidades possíveis». Na época, os arruamentos da área litoral eram pouco articulados, havendo algumas ruas setecentistas bastante longas e na sua maioria ininterruptas, que faziam a comunicação entre o núcleo antigo e a zona costeira, tornando-se «difícil, ou ao menos custosa a ida de um ao outro extremo da Villa por falta de ruas que os comuniquem, porque para se chegar ao sitio da Salgueira, e Ramalhão, é mister, ou atravessar toda a Villa, ou voltear-se pelo sitio da Villa Velha, e por Quingostas e caminhos quasi intransitaveis especialmente em tempos d’Inverno». O segundo argumento surge de forma subliminar, deixando a requerente implícita a ideia de que a Câmara Municipal muito sairia beneficiada com este acordo, uma vez que se demonstrava disponível para doar a maior parte dos terrenos necessários à abertura da rua, conforme se pode verificar: «a Suplicante deseja desta utilidade publica, oferece o terreno que Vossas Senhorias arbitrarem preciso pela sua leira denominada – Chave do

---

<sup>77</sup> Em relação à Rua da Atafona ver: BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 99; e à Rua de S. Carlos ver: BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, pp. 135-138.

<sup>78</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III. Póvoa de Varzim: CMPV, 1975, p. 198.

<sup>79</sup> Em relação à Travessa da Atafona ver: BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, pp. 99 e 100; e à Rua de Santo Amaro ver: BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, pp. 201-203.

Agrinho – e campo da Soeira». Na sequência deste argumento alcançamos o terceiro, comprometendo-se Joana Carlota de Barbosa Leite Paulet a aforar os terrenos fronteiros à nova rua, «de uma e outra parte sortes para a edificação d'edifícios»<sup>80</sup>. Assim, com esta obra a Câmara economizava custos, vendo nascer uma nova área habitacional.

Mário Gonçalves Fernandes abordou de forma sintética a história desta artéria, considerando que a abertura da Rua do Paulet «não teria grande significado na estruturação do plano urbano»<sup>81</sup>. Parece-nos, no entanto, uma obra relevante, pois, tal como referiu a requerente, permitiu a articulação de uma vasta área urbana, somente irrigada por caminhos estreitos e sujeitos a contingências. Se considerarmos que na época em questão ainda não haviam sido rasgadas as estradas do Porto a Valença e da Póvoa a Esposende, a transposição da vila numa posição paralela ao oceano seria muito difícil, pois poucas eram as ruas que tomavam a direção norte-sul. As únicas que à data cumpriam essa função eram a Rua do Ramalhão e a Rua do Norte, mas por se localizarem próximas à costa não serviam a população que habitava na zona mais alta da vila.

Em 23 de fevereiro de 1839, a edilidade incumbiu dois funcionários municipais de vistoriar o local da obra<sup>82</sup>, estabelecendo-se a concretização da rua na reunião camarária de 20 de março<sup>83</sup>. Exatamente um mês depois, foram enviados «ao Administrador do Concelho os autos da nova Rua que se pretende abrir desde a Travessa da Senra, em direitura a Rua da Atafona»<sup>84</sup>, e em novembro foi novamente debatida a abertura da rua. Nessa data, Joana Carlota de Barbosa Leite Paulet prontificou-se a doar a maior parte dos terrenos, bem como a pagar as expropriações de duas parcelas de terreno pertencentes a Valéria Rosa de Jesus e David Alves<sup>85</sup>. Na última sessão camarária de 1839, e apesar de ainda não ter sido a rua rasgada, foi-lhe atribuído o nome de Rua do Paulet, honrando a edilidade os benfeitores da obra<sup>86</sup>. Cerca de três meses depois, os trabalhos para a abertura da nova rua ainda não se tinham iniciado, datando de março de 1840 diversos documentos

---

<sup>80</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 198.

<sup>81</sup> FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852-1926*. Vol. I, pp. 257 e 258.

<sup>82</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 198.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 194.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 190.

que sugerem um desentendimento entre a nova vereação e Joana Carlota de Barbosa Leite Paulet. Na reunião camarária de 14 de março, foi abordada a transferência da propriedade legal dos terrenos<sup>87</sup>, contudo, na sessão de 18 do mesmo mês, anunciava-se a impugnação da adjudicação. Nessa reunião foi ainda transmitida a necessidade de se vistoriar o local da futura rua, uma vez que a largura definida pela preponente não nos parece do agrado da municipalidade, conforme sugere a seguinte transcrição: «vistoria sobre o local [...] afim de se demarcar á projectada rua hua largura tal que torne facil, e commodo o seu transito, e fique desvanecida a deformidade que por bem de sua largura desigual». No documento verificamos também que a edilidade tencionava enviar ao administrador geral do distrito um ofício, para que aquele fosse elucidado acerca da discordância dos responsáveis municipais em relação à dimensão da rua<sup>88</sup>. Segundo o manuscrito, a Câmara entendia que a artéria era bastante «acanhada, porq sendo [...] tão estreita na embocadura norte, ainda vai a estreitar mais na embocadura do sul». Por esse motivo, pediu o presidente a suspensão do processo, sendo somente reconsiderada a abertura da rua, caso esta contemplasse pelo menos trinta palmos de largura, «afim de q se obtenha hua obra de verdadeira utilid.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> o m.<sup>mo</sup> concelho»<sup>89</sup>.

Depois de ultrapassada a contenda, a autarquia entendeu rebatizar a Rua do Paulet, dando-lhe o nome de Travessa da Senra<sup>90</sup>. A mudança do topónimo motivou a requerente a interpor dois recursos: um dirigido à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e outro ao administrador geral do distrito, pedindo em ambos a restituição do antropónimo<sup>91</sup>. Na sessão camarária de 23 de maio, a edilidade contestou os recursos interpostos por Joana Carlota de Barbosa Leite Paulet<sup>92</sup>. Contudo, em 3 de junho, o administrador geral do distrito deliberou a favor da recorrente, tendo a Câmara que repor o primitivo nome<sup>93</sup>. Finalmente, e após um longo processo, em 1842, ficava concluída a Rua do Paulet, sendo ocupada maioritariamente por famílias de pescadores<sup>94</sup>.

---

<sup>87</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 194.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 195.

<sup>89</sup> *Idem*, pp. 194 e 195.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 195.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 197.

<sup>92</sup> *Idem*, pp. 198-201.

<sup>93</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>94</sup> *Idem*, pp. 190 e 191.

Coeva à Rua do Paulet é a construção da Rua Formosa. A primeira referência a esta artéria remonta a 1 de fevereiro de 1840, data em que o «Vereador Fiscal» propôs a abertura de um arruamento entre o Largo das Dores e a Rua da Silveira, mencionando três argumentos para a sua concretização. O primeiro prendia-se com o facto de facilitar o acesso àquele largo, onde se localizavam o Hospital e os templos da Misericórdia e de Nossa Senhora das Dores; o segundo fundamentava-se no favorecimento estético do aglomerado, pois a nova rua «formusiará» a vila; relacionando-se o terceiro com a acomodação dos seus habitantes, uma vez que «falicitará a construção de novos Edefícios exigidos pela população da terra que marchão em progrecivo aumento»<sup>95</sup>. A proposta terá sido muito bem recebida por toda a edilidade, sendo, ainda em fevereiro, vistoriado o local da obra, bem como enviado um ofício ao administrador geral do distrito para que este autorizasse o novo plano autárquico<sup>96</sup>. Em maio, voltou a municipalidade a corresponder-se com o citado administrador, enviando-lhe um ofício cujo teor refere a «abertura de huma nova rua, entre o terreiro do Hospital desta V.<sup>a</sup> e a rua da Silveira, com direcção ao largo de S. Roque, para ser de futuro prolongada ao m.<sup>mo</sup> largo»<sup>97</sup>. Através deste testemunho concluímos que o plano para a construção da Rua Formosa seria mais ambicioso, sendo oportunamente o arruamento continuado até ao Largo de S. Roque. Apesar da dinâmica inicial em torno do processo, em 1841 a rua ainda não tinha sido rasgada<sup>98</sup>, prolongando-se a empreitada até maio de 1844, quando se tornou «publica a parte que se acha prompta», sendo o nome da nova artéria desvendado na cerimónia inaugural<sup>99</sup>. Parece-nos a sua escolha bastante concludente, uma vez que aludia à realidade dos factos, sendo a Rua Formosa uma das mais largas da vila e perfeitamente retilínea, fundamentando-se a sua construção nos mais modernos preceitos urbanísticos da época. A chegada deste arruamento ao Largo de S. Roque efectivou-se já na década seguinte, conforme desenvolveremos adiante.

---

<sup>95</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II, p. 180.

<sup>96</sup> *Idem*, pp. 180 e 182.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 182.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

<sup>99</sup> *Idem*, p. 183.

### 1.3. As décadas de 1850 e de 1860 – a afirmação da vila no mapa nacional

Se em finais do século XVIII era a Póvoa de Varzim «uma localidade periférica, à margem das principais vias de comunicação e sem grande dimensão urbana»<sup>100</sup>, a partir de meados de oitocentos as sucessivas vereações desenvolveram uma série de projetos que, depois de executados, fizeram da vila uma das mais promissoras do Norte de Portugal. Contudo, vejamos primeiro como era a Póvoa ainda antes de passar pelos diversos e sucessivos processos de reforma e de expansão urbanas:

*nas margens do Oceano Atlantico, em uma planicie descoberta, se acha edificada de forma triangular a villa da Povia de Varzim, a qual excede em grandeza e população a todas as villas maritimas da provincia do Minho; e apresenta de qualquer dos lados uma vista elegante e agradável. Posto que não tenha a maior regularidade em seus edificios, alguns conserva, que rivalisam com os de qualquer cidade de segunda ordem. As suas ruas são um pouco estreitas, e pela maior parte tortas, porem quasi todas bem calçadas; e o pouco declive que tem, as torna sugeitas a bastantes lamas no inverno*<sup>101</sup>.

De modo a contrariar este panorama, a Câmara Municipal privilegiou, numa primeira fase, a construção de vias de comunicação que ligassem a Póvoa com as cidades ou vilas mais próximas, tornando-a mais acessível e menos marginal, promovendo-se num segundo momento a ligação do núcleo tradicional da vila com o litoral, rasgando-se, assim, novos arruamentos entre ambas as zonas<sup>102</sup>.

Na transição do segundo para o terceiro quartéis do século XIX a Câmara Municipal discutiu e promoveu a abertura de novas vias de comunicação que unissem a Póvoa de Varzim com as capitais dos distritos mais próximos. Assim, na sessão camarária de 26 de março de 1846, ficou deliberado enviar à rainha D. Maria II uma representação com a finalidade de sensibilizar a monarca para a construção de uma estrada entre o Porto e Viana do Castelo, passando a mesma pela Póvoa de Varzim<sup>103</sup>. Cerca de um ano mais tarde, e talvez com o intuito de relançar a ideia, a autarquia comprometia-se a favorecer a construção da referida estrada com 500\$000 reis anuais<sup>104</sup>. Contudo, em 1851 ainda não haviam sido tomadas medidas que materializassem os planos levantados anos antes pela

---

<sup>100</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 160.

<sup>101</sup> GESTEIRA, Padre José Joaquim Martins – *Memorias Historicas da Villa da Povia de Varzim*. Porto: Tipografia de J. J. Gonçalves Basto, 1851, p. 28.

<sup>102</sup> FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*. Vol. I, pp. 255 e 259.

<sup>103</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 10.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

edilidade poveira, retomando o governo municipal o debate do assunto nessa data. Em 29 de janeiro foi enviada uma exposição à Junta Geral do Distrito do Porto, cujo teor refere a necessidade de unificar a cidade Invicta com o Norte litoral, conforme se pode verificar: «É de grande utilidade que se determine uma estrada, que tome o ponto de partida da Cidade do Porto, e leve a direcção por todas as Villas, mais aproximadas á beira mar, até Caminha»<sup>105</sup>. No mês seguinte, a autarquia enviou um ofício ao governador civil do Porto, no qual sugeriu que a futura estrada principiasse no Porto, passando por Vila do Conde, pela Póvoa de Varzim e por Esposende. De modo a que um dos lanços da via se fizesse passar pelo centro da urbe poveira, a edilidade elencou dois convincentes argumentos. O primeiro prendia-se com o fator económico da vila, uma vez que esta em muito dependia da pesca e da sua comercialização, mas também do acolhimento de forasteiros que à Póvoa vinham para usufruto das suas águas marítimas, conforme testemunha a seguinte passagem: «sendo esta Villa muito consideravel pela sua pescaria, e Commercio, e pelos salutiferos Banhos do Mar». O segundo argumento incidia nas vantagens financeiras da empreitada, sendo a obra beneficiada pela privilegiada situação topográfica da Póvoa de Varzim, onde era o «terreno muito plano», e pelas expropriações a realizar não serem superiores às de «outra parte»<sup>106</sup>.

O supracitado ofício revelou outro dado curioso, referindo que já em finais do século XVIII a Câmara da Póvoa ponderara a construção de uma via em direcção às duas principais vilas costeiras – Esposende, a norte, e Vila do Conde, a sul. A proposta previa a abertura de uma estrada que passasse pelo ponto mais central da vila – a Praça do Almada – onde cerca de meio século antes haviam sido edificadas os Paços do Concelho, conforme se pode verificar: «sendo essa a razão por que já quando se escolheu o local para o Palácio da Casa da Camara d'esta Villa ficou desde logo apontando aquelle ponto como baliza donde devia partir a Estrada directa a Villa do Conde, estando nas mesmas circunstancias a que daquelle mesmo ponto deve seguir na direcção d'Esposende»<sup>107</sup>.

Apesar dos impulsos camarários para o enriquecimento do tecido viário nacional, verificamos, mais uma vez, a inação das entidades superiores relativamente a este tema.

---

<sup>105</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 10.

<sup>106</sup> *Ibidem*.

<sup>107</sup> *Ibidem*.



No último ano da década de 1850, a edilidade promoveu uma série de obras que seriam fundamentais para o desenvolvimento da Póvoa, consistindo o plano principal na articulação de diversos pontos da urbe. Entre eles destacamos o prolongamento da Rua Formosa, que partindo da Rua da Silveira continuaria em direção a poente, alcançando o Largo de S. Roque. Segundo o então presidente José Caetano Calafate, era esta obra «um dos melhoramentos mais importantes e urgentes de que esta villa carecia», elencando, na sessão camarária de 28 de setembro de 1859, quatro argumentos para a viabilização da empreitada: o primeiro relacionava-se com o enriquecimento do tecido viário da urbe; o segundo com a possibilidade de se erigirem edificações nos terrenos fronteiros à nova rua; o terceiro visava a canalização das águas pluviais que passavam no local, reaproveitando-as «para uzos domésticos»; e o quarto prendia-se com a questão da acessibilidade entre duas zonas – a litoral e a compreendida pelo Largo das Dores, mais a nascente, encontrando-se na época divididas «por uma porção de prédios rústicos».

Continuou o supracitado presidente, referindo que com o prolongamento da Rua Formosa poder-se-ia rasgar um novo arruamento orientado de norte a sul, uma vez que era de «urgente e de incontestável utilidade a abertura de uma rua transversal que dê comunicação da dita rua Formosa para a Praça Nova do Almada ou Campo da Feira, pelo lado poente do edificio desta Camara». Daquela reunião resultou o agendamento da «vistoria e louvação dos terrenos a expropriar»<sup>108</sup>, dando-se, assim, o primeiro passo para o prosseguimento da Rua Formosa até um dos pontos mais centrais da Póvoa de Varzim.

Ainda em 1859 ficava concluído o projeto dos arruamentos em questão, denominando-se: «Planta e projecto para a abertura d'uma comunicação da Praça Nova do Almada para a Rua Formosa, conclusão da abertura d'esta ultima rua, e melhoramento do largo do Hospital, na Villa da Povoia de Varzim»<sup>109</sup> (ilustração 3). Efetivamente das duas ruas mencionadas, só a Formosa foi intervencionada naquele momento, concluindo-se em poucos meses o seu prolongamento até ao Largo de S. Roque, uma vez que em 16

---

<sup>108</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0025. Sessão de 28 de setembro de 1859, f. 170 v.. Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*. Vol. I, p. 257.

<sup>109</sup> FERREIRA, eng. Pedro Joaquim – [Planta e projecto para a abertura d'uma comunicação da praça nova do Almada para a rua Formosa, conclusão da abertura d'esta ultima rua, e melhoramento do largo do Hospital, na Villa da Povoia de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1859]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/03(01).

de maio de 1860 foi o novo troço da rua inaugurado, investindo o executivo no lançamento de «tres duzias de foguetes» como «demonstração de regozijo publico»<sup>110</sup>.

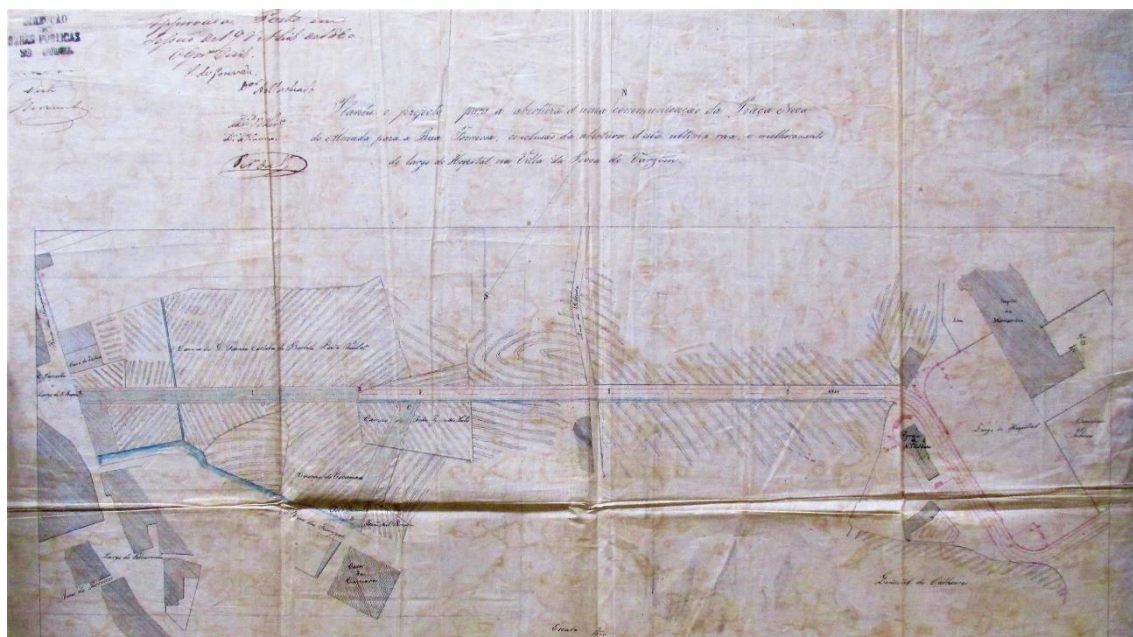


Ilustração 3 – Reprodução digital do projeto para o prolongamento da Rua Formosa até ao Largo de S. Roque (à esquerda), AMPV, [1859]. Na imagem é ainda visível a proposta para a abertura da futura Rua do Almada, situada entre a Praça do Almada e a Rua Formosa.

Quanto à construção da nova rua entre a Praça do Almada e a Rua Formosa, foi a obra adiada para quando «as forças do cofre municipal o permitirem»<sup>111</sup>. Segundo o citado projeto, a futura artéria truncaria quatro terrenos de diferentes proprietários, ficando paralela aos Paços do Concelho, onde já existia uma pequena viela que permitia a passagem entre a Praça do Almada e a Rua das Lavadeiras<sup>112</sup>.

Apesar de as obras em questão dinamizarem o tecido viário da Póvoa de Varzim, estas previam principalmente a articulação de duas estradas capitais para o desenvolvimento da vila – a estrada do Porto a Valença, que à época estaria a ser planificada, e que encontraria a continuação na futura rua entre a Praça do Almada e a

<sup>110</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II, p. 184.

<sup>111</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0025. Sessão de 28 de setembro de 1859, f. 170 v.. Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*. Vol. I, p. 257.

<sup>112</sup> FERREIRA, eng. Pedro Joaquim – [Planta e projecto para a abertura d'uma comunicação da praça nova do Almada para a rua Formosa, conclusão da abertura d'esta ultima rua, e melhoramento do largo do Hospital, na Villa da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1859]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/03(01).

Rua Formosa, seguindo por esta última em direção a nascente; e a estrada da Póvoa a Esposende, iniciando o seu percurso no topo norte da projetada rua entre a Praça do Almada e a Rua Formosa. Sabemos então que, em 1859, existiam planos para a construção de uma via de comunicação entre a cidade do Porto e a vila da Póvoa de Varzim, facto confirmado pelo periódico *O Comércio do Porto*, que em 12 de setembro publicou uma notícia onde refere um projeto da «estrada do Porto á mesma vila»<sup>113</sup>.

Relativamente à velha estrada para Barcelos, mais tarde integrada na estrada do Porto a Valença, refere *O Comércio do Porto* que em setembro de 1859 estacionaram na vila «duas diligências, que foram de Braga pela Isabelinha, transportando gente para os banhos de mar». Nessa época o caminho-de-ferro era ainda um vislumbre, alcançando a vila somente cerca de quinze anos mais tarde<sup>114</sup>. Os forasteiros faziam-se então transportar em veículos de tração animal, sendo o bom estado das vias fundamental para garantir o fluxo de banhistas das mais diversas proveniências. Ora, as estradas que ligavam a Póvoa de Varzim a Braga, encontravam-se nessa data bastante deterioradas, conforme refere o supracitado periódico: «apesar das estradas proximas á vila se não acharem em estado de poderem por ella transitar facilmente taes vehiculos». O autor da notícia conclui que «muito ganharia de importância a Povoia de Varzim se de Braga para alli houvesse uma boa estrada que pudesse ser percorrida d’um modo facil e commodo, pois que na estação de banhos affluem áquella localidade innumeras familias da provincia»<sup>115</sup>. Na edição seguinte, foi novamente publicada uma notícia que revela a chegada de banhistas à Póvoa. Nesta, consta que o condutor da diligência terá optado pelo itinerário que partindo de Braga, seguia em direção a Barcelos e Necessidades, até alcançar a Póvoa, justificando-se a escolha da rota pelo facto de as «estradas d’estes sitios offerecerem melhor transito do que a Isabelinha»<sup>116</sup>. Como vimos, os acessos do interior para o litoral encontravam-se negligenciados, sendo a situação desfavorável para a vila.

---

<sup>113</sup> Povoia de Varzim: 9 de agosto. «O Commercio do Porto». Ano VI, nº 213 (12 set. 1859), p. 2. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 12.

<sup>114</sup> A linha do caminho-de-ferro entre o Porto e a Póvoa de Varzim foi inaugurada em 1 de outubro de 1875. Cf. TORRES, Carlos Manitto – A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Ano LXXI, nº 1686 (16 mar. 1958), p. 137.

<sup>115</sup> Diligencias para a Povoia. «O Commercio do Porto». Ano VI, nº 207 (5 set. 1859), p. 3. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 12.

<sup>116</sup> Povoia de Varzim: 9 de agosto. «O Commercio do Porto». Ano VI, nº 213 (12 set. 1859), p. 2. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 12.

Em 1860, voltamos a encontrar referências ao projeto da «estrada do Porto á Póvoa de Varzim», sendo seu autor o engenheiro Eduardo Augusto Falcão. À época encontravam-se já concluídos os «trabalhos graphics [...], faltando apenas o levantamento de alguns perfis transversaes»<sup>117</sup>. Um ano mais tarde, o Governo Central aprovou o projeto do primeiro e último lanços da estrada<sup>118</sup> e, em 1862, vários foram os acontecimentos que contribuíram para a prossecução da obra. Em março, efetuou-se a arrematação do lanço «entre o Carvalhido e o Padrão da Legoa»<sup>119</sup>, ficando ainda agendada uma reunião onde a edilidade estudaria as expropriações<sup>120</sup> e, em julho, recebeu o Governo Civil as propostas para a arrematação de três outros lanços da estrada<sup>121</sup>. Cerca de 1863, já estaria o troço poveiro da Estrada Real nº 30 do Porto a Valença concluído, pois adquiriu nessa data a denominação de Rua do Príncipe<sup>122</sup>, estendendo-se entre o extremo sul da Póvoa, confinante com Vila do Conde, e a Praça do Almada.

Depois de algumas obras relevantes nos anos transatos, em 1864, foi apenas projetado um plano que previa a regularização da Rua do Pelourinho, situada entre a Praça do Almada e o Largo de S. Roque (ilustração 4). Apesar do documento não estar datado, sabemos que a sua concretização será anterior a 10 de junho, uma vez que foi nessa data aprovado pelo Conselho Distrital. O projeto



Ilustração 4 – Reprodução digital do projeto para o alinhamento da Rua do Pelourinho, AMPV, [1864].

propunha o alinhamento da casa situada entre as Ruas do Pelourinho e das Lavadeiras<sup>123</sup>.

<sup>117</sup> Estrada da Póvoa. «O Commercio do Porto». Ano VII, nº 120 (26 mai. 1860), p. 2. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 12.

<sup>118</sup> O Comércio do Porto há cem anos: 25 de Novembro de 1861. «O Comércio do Porto». Ano CVIII, nº 324 (25 nov. 1961), p. 2. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 13.

<sup>119</sup> Estrada do Porto á Póvoa. «O Commercio do Porto». Ano IX, nº 60 (13 mar. 1862), p. 1. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 13.

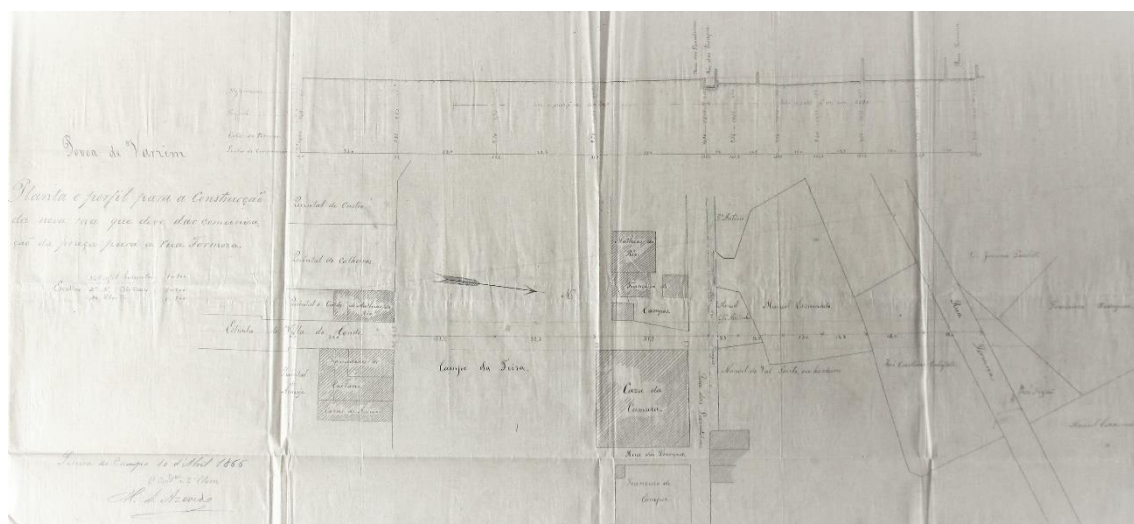
<sup>120</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 13.

<sup>121</sup> Estrada do Porto á Póvoa. «O Commercio do Porto». Ano IX, nº 140 (18 jun. 1862), p. 1. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, pp. 13 e 14.

<sup>122</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 5.

<sup>123</sup> [PROJETO sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1864]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/20(07).

Um ano mais tarde, a Câmara recuperou o plano da abertura de uma rua entre a Praça do Almada e a Rua Formosa, começando em primeiro lugar por analisar as expropriações para a sua construção<sup>124</sup>. A abertura da rua, neste momento específico, prender-se-á sobretudo com o facto de o troço da Estrada Real nº 30 se encontrar concluído, havendo a necessidade de o comunicar com a restante parte, que seguia em direção a Barcelos e que à época «anda[va] em construção»<sup>125</sup>. Em 1866, foram as expropriações debatidas nalgumas das sessões camarárias<sup>126</sup>, bem como elaborado um novo projeto, apesar de existir um, por nós já analisado. O documento apresenta uma rua entre a «Estrada de Villa do Conde» (Estrada Real nº 30) e a Rua Formosa, trespassando a Praça do Almada e a Rua das Lavadeiras, e entre esta e o seu topo norte, algumas propriedades rústicas<sup>127</sup> (ilustração 5).



*Ilustração 5 – Reprodução digital do projeto para a abertura da Rua do Almada, situada entre a Praça do Almada (à esquerda) e a Rua Formosa (à direita), AMPV, 1866. Embora a nova rua fosse aberta entre o lado sul da Praça do Almada e a Rua Formosa, somente o troço situado entre o lado norte daquela praça e a citada rua corresponde à Rua do Almada, uma vez que a restante parte ficou integrada na Praça do Almada, dividindo-a ao meio.*

Ao longo de 1867, constatamos que a autarquia se empenhou na materialização do projeto, anuindo o Conselho Distrital favoravelmente em relação aos «ajustes feitos e as

<sup>124</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 46.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> AZEVEDO, M. S. – [Planta e perfil para a Construção da nova rua que deve dar comunicação da praça para a rua Formosa] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. 1866. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/03(02).

despesas a fazer com as expropriações e vedações das propriedades»<sup>128</sup>. Em janeiro, a vereação deliberou a vedação dos terrenos fronteiros à nova rua, de modo a «se poder dar começo as obras indispensáveis para se tornar transitável ao publico o mencionado travesso ou rua»<sup>129</sup>. No mês seguinte, o executivo municipal lembrava a necessidade de se «proceder quanto antes aos aterros»<sup>130</sup> de modo a concluir-se a abertura da artéria que permitiria, como já referimos, a continuação da Estrada Real nº 30 em direção a Barcelos.

Finalmente, em 12 de junho de 1867, foram entregues na Câmara alguns requerimentos que visavam o alinhamento das propriedades fronteiras à rua<sup>131</sup>. No ano seguinte, já estaria a obra em fase de conclusão, ficando a rua com 9,20 metros de largura, achando-se alguns dos seus edifícios «muito adiantados»<sup>132</sup>. Em 1869, foram as placas toponímicas afixadas na artéria, passando a denominar-se oficialmente Rua do Almada<sup>133</sup>.

Recuando até 1868, nessa data a municipalidade ponderou a requalificação da Praça do Almada, que depois da construção da «estrada do Porto a Barcellos» ficou dividida em duas partes. O plano intitulado «Projecto d'uma Praça de Mercado em parte da Praça do Almada na Póvoa de Varzim» previa a construção de um mercado no seu lado poente, numa «porção de terreno [...] sem merecimento algum a não ser o indecente fim de córar as roupas de alguns dos moradores desta Praça»<sup>134</sup>. Segundo o documento, o mercado seria construído a jusante dos Paços do Concelho<sup>135</sup>, ficando limitado a nascente pela «estrada do Porto a Barcellos», a poente pelo «Hotel Purtuense» que também confrontava com o Largo do Pelourinho, e quer a norte, quer a sul, pelas ruas da Praça do Almada<sup>136</sup>.

Fisicamente, o novo equipamento ficaria circunscrito por uma vedação constituída por um muro guarnecido com um gradeamento de ferro. Excetuando o lado poente que

---

<sup>128</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 46.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

<sup>133</sup> *Idem*, pp. 47 e 48.

<sup>134</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/01(01).

<sup>135</sup> QUEIROZ, Manuel Joaquim – [Projecto d'uma Praça de Mercado em parte da Praça do Almada na Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:400]. [1868]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/01(01).

<sup>136</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/01(01).



seria contíguo à edificação pré-existente, os outros três seriam rasgados por aberturas que proporcionavam o acesso ao interior, sendo as três entradas definidas por duas colunas de secção quadrangular «fechadas por portal de ferro igual ao do gradeamento». O novo mercado receberia ainda um pequeno chafariz de formato circular, ocupando a parte central da praça, no alinhamento dos três portões<sup>137</sup> (ilustrações 6 e 7).

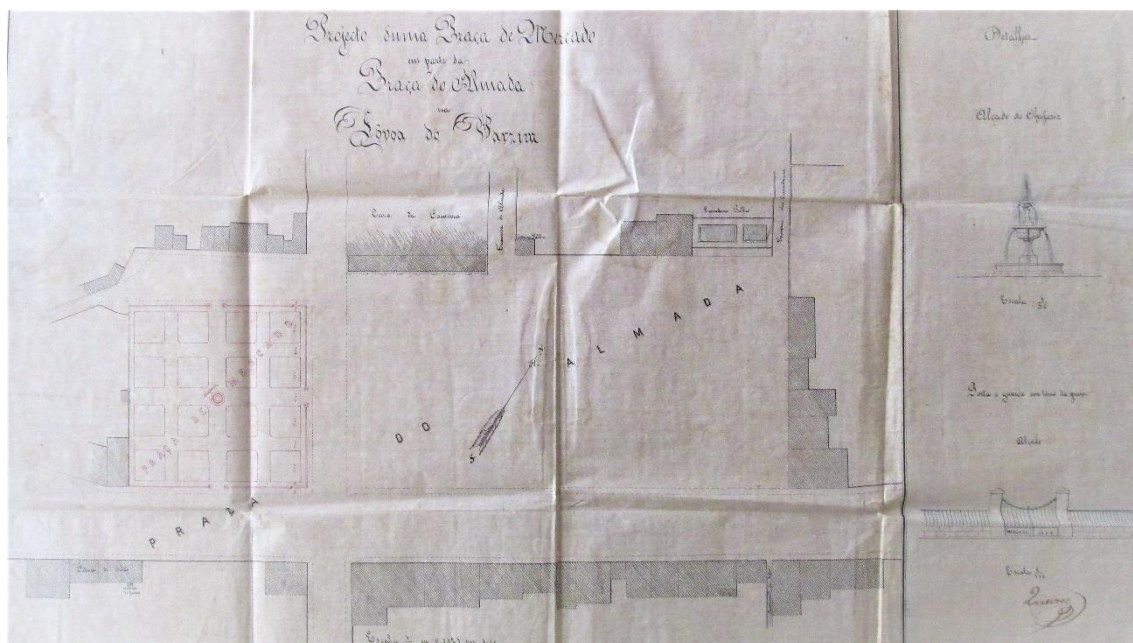


Ilustração 6 – Reprodução digital do projeto para a construção de um mercado no lado poente da Praça do Almada, AMPV, [1868]. Na imagem são ainda visíveis os alçados da «Porta e guarda em torno da praça» e do chafariz.

A par deste plano foi executado um outro que revela alguns detalhes adicionais. O documento, revisto por Augusto Gerardo Telles Ferreira, apresenta o enquadramento do mercado na Praça do Almada, bem como alguns pormenores relativamente à vedação, ao gradeamento e à feição das nove barracas para venda de objetos<sup>138</sup> (ilustração 8).

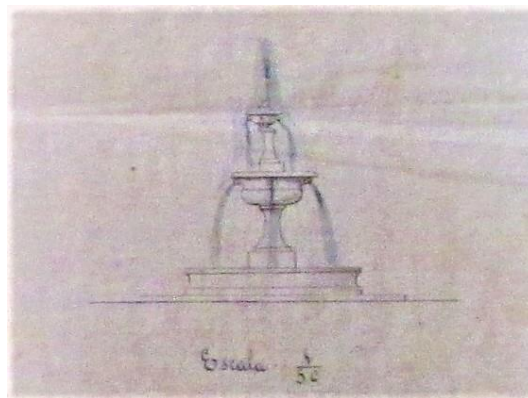


Ilustração 7 – Alçado do chafariz, AMPV, [1868].

<sup>137</sup> QUEIROZ, Manuel Joaquim – [Projecto d'uma Praça de Mercado em parte da Praça do Almada na Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:400]. [1868]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/01(01).

<sup>138</sup> [PROJECTO para a nova praça] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1868]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/04(27).

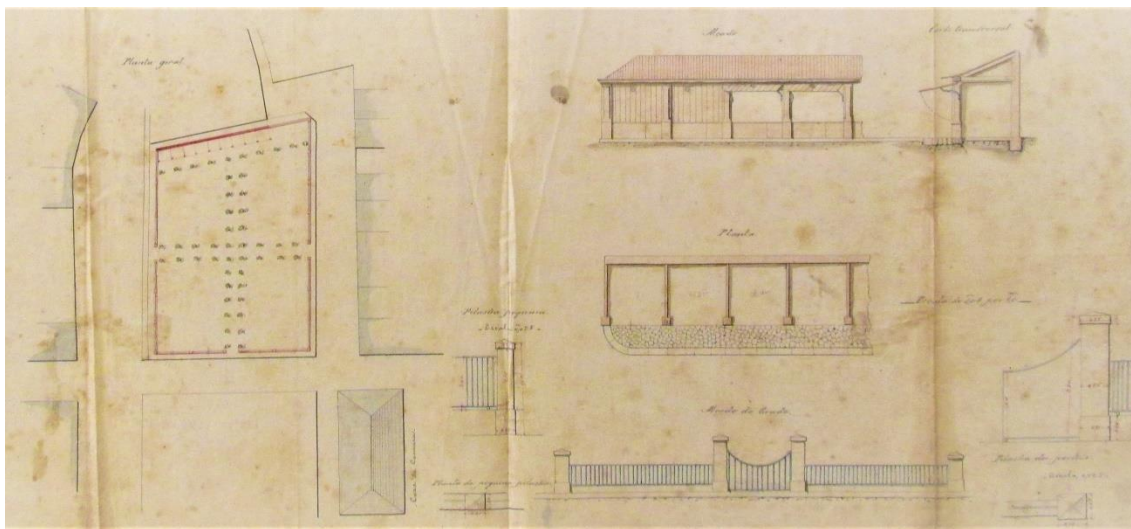


Ilustração 8 – Reprodução digital do projeto para a construção de um mercado no lado poente da Praça do Almada, AMPV, [1868]. Para além da planta, na imagem são ainda visíveis os alçados da vedação e das barracas a construir. A planificação, revista por Telles Ferreira, não se encontra datada, sendo presumivelmente de 1868.



Ilustração 9 – Reprodução digital de gravura da Praça do Almada, *O Minho Pittoresco*, 1887. A imagem apresenta uma perspetiva da Praça do Almada onde são visíveis o mercado (em primeiro plano) e o edifício dos Paços do Concelho (ao fundo).



#### 1.4. A década de 1870 – a urbanização de áreas até então inexploradas

Ao contrário dos decénios anteriores, o período correspondente à década de 1870 foi bastante profícuo no que diz respeito ao número de projetos executados, desenhando o arquiteto municipal Manuel Fortunato de Oliveira Mota cerca de treze planos que previam o desenvolvimento da área urbana em análise. Das treze planificações, sete propunham a abertura de novas ruas, enquanto as restantes apresentavam hipóteses para a regularização, o alargamento e o prolongamento de alguns arruamentos pré-existentes.

Embora tenha a Estrada da Póvoa a Espozende reconfigurado a malha urbana da vila, o projeto que a anteviu não integra o espólio do Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Contudo, sabemos que a municipalidade poveira debateu o plano na reunião camarária de 11 de novembro de 1874, deliberando «dar-se principio a abertura da estrada desta villa a Espozende desde a rua direita outr’ora rua Formosa ate ao lugar da Villa Velha»<sup>139</sup>. Um mês mais tarde, «a rua em continuação á rua do Almada, que faz parte da estrada d’esta villa á de Espozende», já se encontrava aberta, ficando com 9 metros de largura<sup>140</sup>. Assim, no final do terceiro quartel do século XIX, concretizava-se um dos mais ambiciosos objetivos idealizados pelas vereações transatas – a construção de uma via de comunicação litoral que ligasse as principais povoações a norte e a sul da Póvoa.

No ano seguinte, a edilidade discutiu a construção de uma outra rua situada entre as Ruas Formosa e da Senra, ficando a nova artéria paralela à Rua da Junqueira pelo norte. Esta iniciativa pretendia aliviar «o difícil e ate perigoso transito» na Junqueira, uma vez que era esta «a principal comunicação da parte central desta populoza villa com as ruas em que se acham as cazas em que geralmente são hospedados os inummeraveis banhistas que aqui afluem na estação de banhos de mar»<sup>141</sup>.

Poderá parecer estranho que uma rua estreita como a da Junqueira fosse de «difícil e ate perigoso transito», contudo, se atentarmos aos factos relatados por Ramalho Ortigão,

---

<sup>139</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0031. Sessão de 11 de novembro de 1874, f. 145 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II, pp. 238 e 239.

<sup>140</sup> Provincias: Povo de Varzim 16 de dezembro. «O Commercio do Porto». Ano XXI, nº 301 (18 dez. 1874), p. 1. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II, p. 239.

<sup>141</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 11 de agosto de 1875, f. 4.

compreendemos o panorama narrado. O autor começa por referir que «a rua da Junqueira» era a «principal artéria da povoação que liga a praça em que se acha a casa da camara, a administração e o mercado, com a praia», passando em seguida, a descrever a mencionada artéria. Ora vejamos:

*A rua da Junqueira com a sua gente e as suas moscas apresenta o aspecto de um arruamento de feira.*

*Em todas as casas ao rez da rua se organisam estabelecimentos de commercio, uns fixos, outros fluctuantes.*

*As lojas de barbeiro, sempre em exercicio, no meio das quaes um homem envolto n'uma toalha, dorme n'uma cadeira de braços ou considera as moscas que coalham o tecto, em quanto o Figaro, de mangas arregaçadas, lhe segura delicadamente a ponta do nariz e lhe raspa a face envolta n'um floco de espuma.*

*Os ourives postados por traz das suas vitrines mostrando ás mulheres do campo os grandes corações de filigrana de ouro, os relicarios, as grossas arrecadas.*

*Os camiseiros com a sua exposição de camisas de côr, de gravatas de todas as gradações do iris, de bengalas, de chapéus de chuva, de joias de cobre dourado, de collarinhos postiços, de luvas, de aguas de cheiro e de unguentos aromaticos, – todos os artigos do luxo barato.*

*Os espectaculos das grandes guerras e dos longinquos paizes, das mulheres gordas e das mulheres gigantes, tendo á porta o seu reposteiro de chita encarnada ao lado do respectivo cartaz e dentro o realejo festival moendo um trecho da Favorita.*

*Os botequins, os estancos, as tabernas com o seu grande ramo de loureiro á porta.*

*Os mercadores ambulantes, vendendo ás esquinas os pequenos espelhos, as estampas, as lithographias das testas coroadas e os reportorios montados n'um barbante. Os que trazem suspenso do pescoço por uma correia o taboleiro com os canivetes, os garfos, as colheres, os pentes, as caixas dos pós de dentes e os sabonetes Windsor. Os que tiram as nodoas e vendem as pastilhas maravilhosas que comem a gordura da gola das jalecas. Os que exhibem encostada ao muro a collecção de varapaus argolados, de desempenados marmeleiros, de cannas da India com os seus ferrões polidos embrulhados em papel.*

*N'esta multidão espessa e ruidosa sobresaem de espaço a espaço as pesadas diligencias, os chars-à-bancs de cortinas de riscado ou de couro, cobertos de poeira, puxados por tres cavallos escancellados, com o tejadilho acuculado de malas, de saccos de chita, de alforjes, de bahu, de caixas de lata, carreando os passageiros de Barcellos, de Fão, de Celorico e do Pico.*

*Á porta das estalagens homens com as suas bagagens sobraçadas descendem gymnasticamente da imperial, emquanto mulheres gordas e pesadas, amparadas com as duas mãos aos batentes da portinhola, adeantam para o estribo um pé arrastado, descobrindo o grosso artelho entorpecido pela sciatica.*

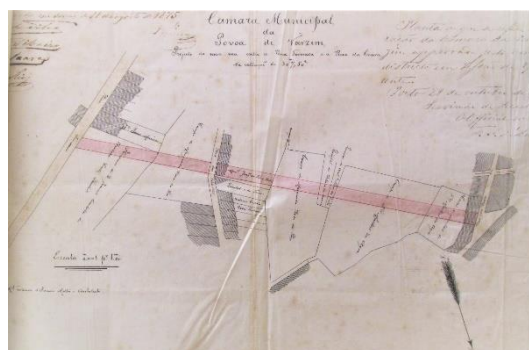
*Dois grandes e bellos cafés, com optimos bilhares, grandes espelhos, muita luz, abrem as suas portas sobre a rua da Junqueira<sup>142</sup>.*

Deste modo, percebemos porque seria o novo arruamento «ha muito tempo reclamado pelos habitantes desta villa e pelos proprios banhistas», acreditando a edilidade que nele fossem erguidas «novas construções em melhores condições»<sup>143</sup>, incrementando-se, assim, o corpo edificado da vila. A concretização do projeto foi

<sup>142</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal, 1876, p. 49.

<sup>143</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 11 de agosto de 1875, f. 4.

relativamente rápida, uma vez que em 22 de setembro já se encontrava o plano concluído, prevendo o seu autor que a rua ficasse com 9 metros de largura. Segundo o documento, esta rasgaria quatro grandes propriedades rústicas, entre outras de menor dimensão, trespassando a Rua das Hortas, o que obrigaria à demolição de um edifício, bem como de outro na embocadura do largo da Rua da Senra<sup>144</sup> (ilustração 10).



*Ilustração 10 – Reprodução digital do projeto para a abertura da Rua de Bento de Freitas, situada entre a Rua Direita (à esquerda) e o largo da Rua da Senra (à direita), AMPV, [1875].*

No início de 1876, foram abordadas, nas reuniões camarárias, diversas questões em relação à nova rua, debatendo-se as expropriações a fazer, bem como a sua denominação, optando a edilidade por lhe atribuir o nome de Bento de Freitas. Em 10 de março de 1876, ficava concluída uma outra planificação denominada «Projecto para o alargamento e calçetamento da Rua da Junqueira: Expropriações a fazer no Largo da Senra em continuação da nova Rua de Bento de Freitas»<sup>145</sup>. Embora não se encontre o documento no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Jorge Barbosa refere-o, sabendo-se, assim, que também, em 1876, havia sido ponderada a requalificação da Rua da Junqueira. Ambas as iniciativas revelam o interesse do governo municipal em tornar a área urbana da Junqueira esteticamente mais apelativa, sendo a nova Rua de Bento de Freitas uma das novidades a apresentar aos banhistas na quadra balnear de 1876, uma vez que em meados desse ano, segundo revela Pinho Leal, já se encontrava o arruamento finalizado<sup>146</sup>.

Ainda estava a Rua de Bento de Freitas em fase de conclusão, quando a Câmara decidiu promover a construção de uma nova praça onde se estabeleceria «o mercado de lenhas, palhas, e outros combustíveis». Era esta obra de suma importância para o município, uma vez que os produtos em questão eram comercializados num «pequeno

<sup>144</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Projecto para a nova rua entre a Rua Formosa e a Rua da Cenra, Na extensão de 307<sup>m</sup>,50<sup>c</sup>] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1875]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/13(38).

<sup>145</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 58.

<sup>146</sup> LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. VII. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1876, p. 634.

largo [...] insuficiente para esse fim, pois que muitas vezes, muito principalmente ás quartas feiras e sabbados de cada semana se embaraçava o transito na rua que lhe fica proxima, alem de se tornar preciso esse pequeno largo para outros fins convenientes»<sup>147</sup>.

Tomando os cidadãos da vila conhecimento dessa necessidade, rapidamente alguns se apressaram a propor soluções que garantissem a prossecução da obra. Em janeiro de 1876, Ana Josefa Correia da Silva Leite e os filhos, Júlia Carlota de Barbosa Leite e o Padre Francisco Leite de Morais endereçaram à autarquia um requerimento onde se prontificavam a oferecer parte de um terreno situado entre a nova «Estrada Municipal de 1ª classe da Póvoa de Varzim a Esposende» e a Rua da Silveira. Apesar da generosidade dos proponentes, estes exigiam algumas contrapartidas, tendo a Câmara que «seguir [...] á risca a planta junta e ficar toda a expropriação de 6,560<sup>m²</sup> ultimada antes de decorridos dous annos», caso contrário esta seria obrigada a indemnizar os requerentes. Em virtude de uma obra «tão util e apreciavel para o aformoseamento» da Póvoa, que vinha «de dia para dia augmentando consideravelmente», bem como pelos «parcos recursos» da municipalidade, a mesma decidiu aceitar o contrato, todavia, o Conselho de Distrito opôs-se, pois julgava-o «gravoso aos interesses do municipio»<sup>148</sup>. Embora não tenha a proposta avançado, em março de 1876, os proponentes refizeram as exigências, sendo somente pedido o seguimento da planta<sup>149</sup> (ilustração 11). Ao saber da contraproposta da família Leite, Leopoldino Rodrigues da Costa Silveira decidiu avançar com uma outra, sendo, na sua opinião, «bem mais vantajosa do que a já offerecida». De facto, esta última parece-nos mais convincente, uma vez que seria menor a maquia despendida pela Câmara com a nova praça<sup>150</sup>, todavia, o local sugerido para a construção da mesma não seria o mais indicado, ficando a praça dividida pela estrada da Póvoa a Esposende<sup>151</sup>.

---

<sup>147</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 13 de setembro de 1876, f. 68.

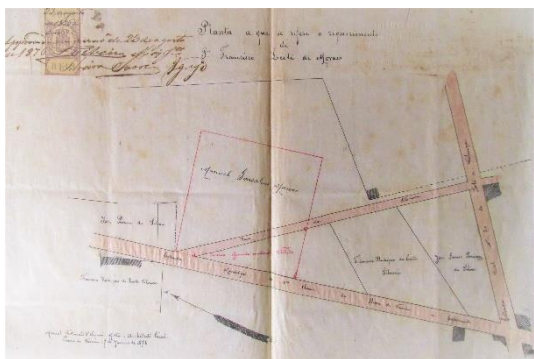
<sup>148</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/04(16).

<sup>149</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta a que se refere o requerimento do P.º Francisco Leite de Moraes] [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. 1876. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(16).

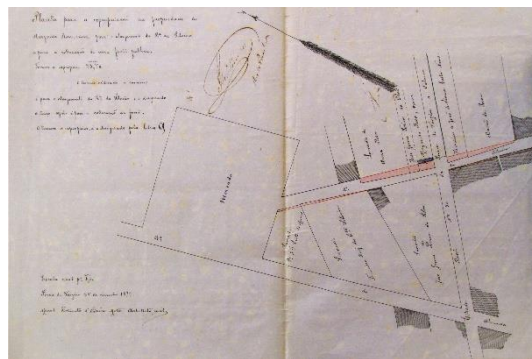
<sup>150</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/03(11).

<sup>151</sup> [MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira] – [Planta a que se refere o requerimento de Leopoldino Rodrigues da Costa Silveira] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1876]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/03(11).

Em 13 de setembro de 1876, a edilidade tomou finalmente uma posição, optando por aceitar a proposta da família Leite, sendo necessários para a construção da «nova praça seis mil quinhentos e sessenta metros quadrados», dos quais apenas «quatro mil novecentos quarenta e um metros» teriam de ser adquiridos pela Câmara, uma vez que «quatrocentos noventa e seis metros e cinquenta centímetros» pertenciam ao município (área referente a parte da antiga Rua da Silveira, que seria truncada para a abertura da nova praça) e «mil cento vinte e dois metros e cinquenta centímetros» seriam gratuitamente oferecidos<sup>152</sup>. Cerca de dois meses depois, a edilidade destacou um funcionário para proceder à «picotagem e collocação das estacas precisas» no terreno da futura praça, de modo a que o Padre Francisco Leite de Moraes pudesse vedar a parte remanescente do terreno doado<sup>153</sup>.



*Ilustração 11 – Reprodução digital de uma proposta apresentada pelo Padre Francisco Leite de Moraes para a construção de um mercado à face da estrada da Póvoa de Varzim a Esposende, AMPV, 1876.*



*Ilustração 12 – Reprodução digital do projeto para o alargamento da Rua da Silveira, AMPV, 1879. Na imagem é visível a praça já concluída, passando a designar-se, em 1884, Praça do Marquês de Pombal.*

Três anos mais tarde, as obras na praça já se encontravam finalizadas, confrontando a sua face poente com a Rua do Almada, que na época integrava a estrada da Póvoa a Esposende<sup>154</sup> (ilustração 12). No ano seguinte, foi no seu perímetro edificada a primeira

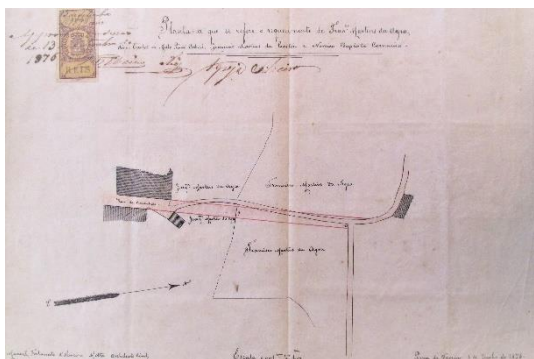
<sup>152</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 13 de setembro de 1876, f. 68. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 72.

<sup>153</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 9 de novembro de 1876, f. 95. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 72.

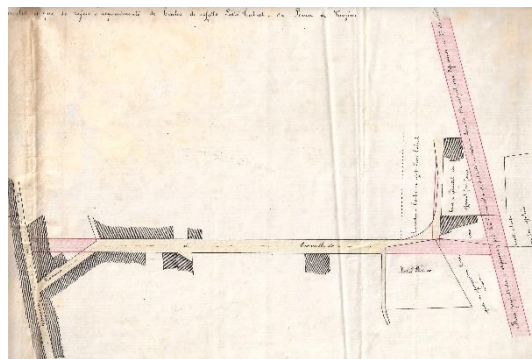
<sup>154</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta para a expropriação na propriedade de Margarida Rosa, viúva, para o alargamento da R<sup>a</sup> da Silveira e para a collocação de uma fonte publica] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1879. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/20(12).

casa<sup>155</sup>, situando-se no cunhal da Rua do Almada e da «Nova Praça da Lenha»<sup>156</sup>, nome alterado em 1884, passando a designar-se Praça do Marquês de Pombal<sup>157</sup>.

Também, em 1876, três outros poveiros contribuíram para o desenvolvimento da vila, oferecendo à Câmara «uma porção de terreno [...] fazendo frente para a» Travessa do Carvalhido. Esta artéria, localizada na zona norte da Póvoa, posicionava-se paralela à linha da costa, ligando a Rua do Carvalhido, que lhe ficava perpendicular, a alguns caminhos vicinais que irrigavam uma série de propriedades rústicas<sup>158</sup>. Na verdade, em 1876, também a Travessa do Carvalhido não passava de um estreito caminho, medindo «na sua maior parte [...] tres metros de largura», motivo pelo qual Carlos de Melo Pinto Cabral, Joaquim Martins da Costa e Narciso Batista Carneiro disponibilizaram uma parcela de terreno para «tornal-a mais larga e direita»<sup>159</sup> (ilustração 13).



*Ilustração 13 – Reprodução digital de uma proposta apresentada por cidadãos poveiros para a ampliação do troço norte da Travessa da Rua do Carvalhido, AMPV, 1876.*



*Ilustração 14 – Digitalização do projeto para a conclusão da regularização da Travessa da Rua do Carvalhido, situada entre a Rua do Carvalhido e a Rua de Serpa Pinto, em projeto, AMPV, 1878.*

Passados cerca de dois anos, a Travessa do Carvalhido encontrava-se somente em parte regularizada, pois os seus topos ainda não tinham sofrido qualquer intervenção. O topo sul configurava-se desalinhado em relação ao restante percurso da artéria, infletindo

<sup>155</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-054).

<sup>156</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4049. Auto de 5 de abril de 1880.

<sup>157</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0034. Sessão de 21 de janeiro de 1884, f. 76.

<sup>158</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [*Planta a que se refere o requerimento de Fran.<sup>co</sup> Martins da Agra, digo Carlos de Mello Pinto Cabral, Joaquim Martins da Costa e Narciso Baptista Carneiro*] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1876. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(17).

<sup>159</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/11(17).

para nascente, e o topo norte possuía a mesma feição relativamente à planificação de 1876, uma vez que as propriedades lá existentes ainda não haviam sido expropriadas. Assim, em 1878, o arquiteto municipal executou um projeto onde redesenhou o percurso da Travessa do Carvalhido, alcançando esta pelo sul a Rua do Carvalhido, mais a montante do que se verificava na época, enquanto pelo norte, confluiria numa «Rua projectada [...] entre a Estrada Municipal para Esposende e a R<sup>a</sup> do Norte»<sup>160</sup> (futura Rua de Serpa Pinto)<sup>161</sup> (ilustração 14).

Ainda em 1876, e depois de algumas obras cuja iniciativa partiu de particulares, a Câmara Municipal avançou com um audacioso plano que propunha a urbanização de uma extensa área limitada a nascente pelas estradas do Porto a Valença e da Póvoa a Esposende, e a poente pela marginal atlântica. Estes factos fundamentam-se nas palavras vertidas na ata camarária de 17 de maio de 1876, onde ficou registada a necessidade de se abrirem «quatro ruas travessas sendo duas para o lado sul e duas para o lado norte desta villa desde a estrada real numero trinta e da que se acha em construção para Espozende em direcção a poente»<sup>162</sup>. Segundo o então presidente da Câmara, a execução deste plano era essencial para a Póvoa, pois a vila não oferecia edificações suficientes para o acolhimento de toda a população, uma vez que esta «progredia insensatamente», tornando-se urgente a abertura de novas ruas para «facilitar essas edificações em terrenos apropriados e baratos»<sup>163</sup>.

Cerca de dois meses mais tarde, em 27 de setembro, a edilidade debateu a construção de novas ruas na zona norte da Póvoa, porém, naquela reunião camarária não foram apontadas duas, mas sim «tres ruas de nascente a poente, ao norte da povoação d'esta villa». Sabemos ainda que os seus percursos iniciariam na «estrada que vai para Espozende», desenvolvendo-se paralelamente entre si em direcção à praia. A primeira das

---

<sup>160</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4048. Auto de 30 de outubro de 1878.

<sup>161</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta a que se refere o requerimento de Carlos de Mello Pinto Cabral, da Povoia de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1878. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV/4048.

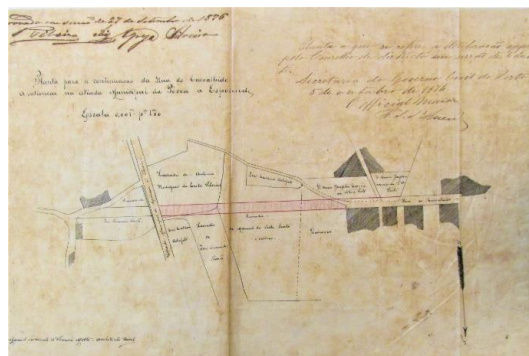
<sup>162</sup> As ruas projetadas para a zona sul da Póvoa correspondem na atualidade às Ruas de Pereira Azur e do Século, contudo, o seu estudo não foi desenvolvido, pois não integram a área urbana por nós analisada.

<sup>163</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 17 de maio de 1876, f. 43 v. e 44. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 48.

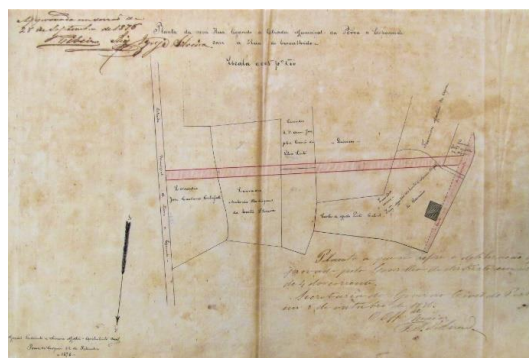


três artérias pretendia ir ao encontro «da rua do Carvalhido», sendo a mais meridional de todas (ilustração 15); a segunda, numa posição intermedia às outras duas, seguiria «em direcção a travessa da dita rua [do Carvalhido]» (ilustração 16); e a última terminaria nas Ruas «do Norte ou do Ramalhão», onde existia uma viela que desembocava no areal<sup>164</sup> (ilustração 17).

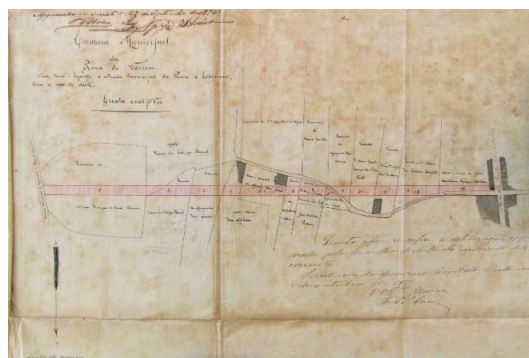
O principal motivo para uma obra desta monta prendia-se com a acomodação «da classe da pescaria» que necessitava de «terrenos propios e baratos para construção de cazas com quintaes, aonde [...] [pudesse] seccar as redes». Embora houvesse uma aparente escassez de lotes para a edificação de casas, na zona mais central da vila existiam alguns «terrenos em iguaes circunstancias», mas eram «os mesmos possuidos por pessoas na maior parte abastadas», que não estariam interessadas em vendê-los por qualquer valor, mas sim «só por preços favolozos que não [estavam] ao alcance de todos». Deste modo, terá o «progressivo augmento da população»<sup>165</sup> motivado a especulação imobiliária na Póvoa de Varzim, tendo, certamente, a população flutuante uma quota-parte na valorização do solo poveiro.



*Ilustração 15 – Reprodução digital do projeto para o prolongamento da Rua do Carvalhido até à estrada da Póvoa a Esposende (à esquerda), AMPV, [1876].*



*Ilustração 16 – Reprodução digital do projeto para a abertura de uma rua entre a estrada da Póvoa a Esposende (à esquerda) e a Travessa da Rua do Carvalhido (à direita), AMPV, 1876.*



*Ilustração 17 – Reprodução digital do projeto para a abertura da Rua de Serpa Pinto, situada entre a estrada da Póvoa a Esposende (à esquerda) e a Rua do Ramalhão (à direita), AMPV, [1876].*

<sup>164</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 27 de setembro de 1876, f. 70 v..

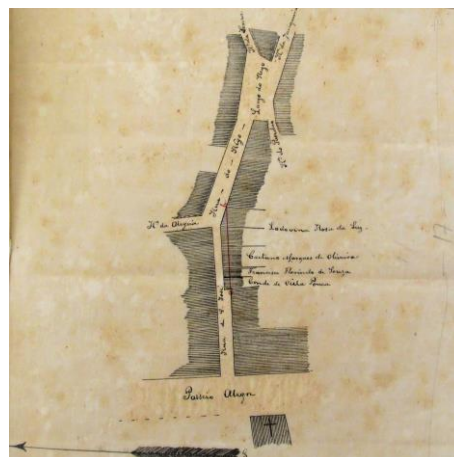
<sup>165</sup> *Ibidem*.



Logo depois de apresentadas as motivações que levariam à execução do plano, a edilidade procedeu à votação da «Planta para a continuação da rua do Carvalhido a entroncar na estrada Municipal da Póvoa a Esposende»<sup>166</sup> (atual Rua de Elias Garcia), da «Planta da nova rua ligando a Estrada Municipal da Póvoa a Esposende com a [Travessa da] Rua do Carvalhido»<sup>167</sup> (rua que não chegou a ser concretizada naquele momento) e da «[Planta da] Nova rua ligando a estrada municipal da Póvoa a Esposende com a rua do Norte [Rua do Ramalhão]»<sup>168</sup> (atual Rua de Serpa Pinto), demonstrando-se o sufrágio favorável à construção dos três arruamentos<sup>169</sup>.

Com a concretização deste plano, despontava uma nova área urbana de composição geométrica, onde os seus traçados se sucediam paralela e perpendicularmente entre si, assemelhando-se essa planimetria à do bairro piscatório da Lapa, mais a sul.

Um ano mais tarde, mais precisamente no início de 1877, a Câmara Municipal avançou com o alargamento da Rua de S. José para a «aperfeiçoar e embellezar [...], mas também facilitar muito o transito publico principalmente no tempo de maior concorrência de povo a esta villa, como é na estação de banhos de mar»<sup>170</sup>. Embora fosse uma obra premente, a ideia partiu indiretamente de José Martins de Oliveira que em 1873 resolveu reconstruir o seu prédio situado entre a Travessa de S. José e o «Passeio Alegre outr’ora rua de Sam



*Ilustração 18 – Reprodução digital do projeto para o alargamento da Rua de S. José, situada entre o Largo do Rego e o Passeio Alegre, AMPV, [1877].*

<sup>166</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta para a continuacao da Rua do Carvalhido a entroncar na estrada Municipal da Póvoa a Esposende] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1876]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(18).

<sup>167</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta da nova Rua ligando a Estrada Municipal da Póvoa a Esposende com a Rua do Carvalhido] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1876. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(18).

<sup>168</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Nova Rua ligando a estrada municipal da Póvoa a Esposende com a rua do Norte] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1876]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(18).

<sup>169</sup> Nos três projetos, para além de constar a data da aprovação camarária, também se encontra registada a data em que a Comissão de Distrito aprovou as plantas – 4 de outubro de 1876.

<sup>170</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0032. Sessão de 20 de janeiro de 1877, f. 80 v..

Jose»<sup>171</sup>. O edifício em questão<sup>172</sup> situava-se no cunhal da atual Rua dos Cafés e do Largo do Passeio Alegre, precisamente onde na década de 1930 se ergueu o Palácio Hotel<sup>173</sup>. A sua reconstrução permitiu que a face sul da então Travessa de S. José começasse a ganhar novos contornos, pois foi uma parte do prédio expropriada, concedendo à artéria uma largura mais generosa. Um ano depois, dois outros cidadãos pediram autorização para intervirem nas suas propriedades – Manuel Fernandes Cadilhe<sup>174</sup> pretendia, assim, construir «uma propriedade de casas»<sup>175</sup> e José Correia dos Santos<sup>176</sup> a reconstrução da «sua morada de cazas»<sup>177</sup>. Apesar de em 1874 já se encontrarem três propriedades devidamente alinhadas, nos anos seguintes nenhuma das restantes terá sido intervencionada (ilustração 18). Assim, em 1877, a autarquia pediu ao arquiteto municipal o levantamento da planta<sup>178</sup> e a execução do orçamento das expropriações amigáveis, lavrando-se, entre fevereiro e março, os termos de transação relativos às partes das edificações desalinhadas, sendo que duas delas pertenciam a vimaranenses: uma a José da Costa Nogueira e Sousa e outra ao conde de Vila Pouca<sup>179</sup>.

Também, em 1877, a edilidade ponderou a unificação da Rua da Junqueira com a Travessa dos Enjeitados<sup>180</sup>, encarregando o arquiteto municipal de executar o projeto da futura artéria. Em 14 de março de 1877, foi o plano votado pela vereação de então, tendo obtido aprovação. Segundo a «Planta da nova rua, ligando a Rua da Junqueira e R<sup>a</sup> Bento de Freitas, com a viella dos Enjeitados», a artéria seria em parte construída sobre um

---

<sup>171</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4048. Auto de 12 de fevereiro de 1873.

<sup>172</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-213).

<sup>173</sup> O Palácio Hotel foi inaugurado em 8 de Julho de 1839. Ver: BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 181.

<sup>174</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-214).

<sup>175</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4062. Auto de 15 de abril de 1874.

<sup>176</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-215).

<sup>177</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4062. Auto de 15 de abril de 1874.

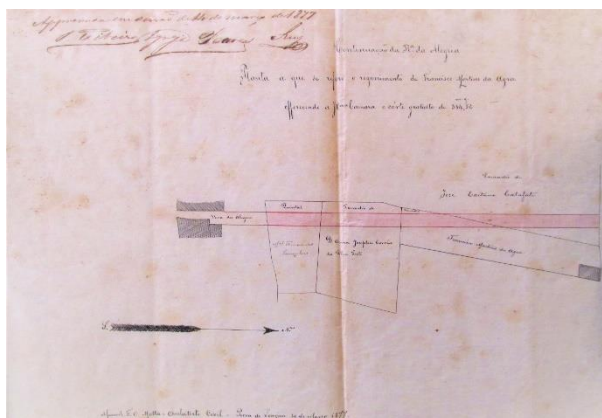
<sup>178</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1877]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/20(11).

<sup>179</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/20(11).

<sup>180</sup> A Travessa dos Enjeitados, era um estreito caminho que ligava a Rua da Junqueira, a poente, com a Rua da Senra, a nascente, a partir da qual se acedia ao Lugar da Vila Velha.

antigo caminho público, unindo em linha reta aqueles dois locais<sup>181</sup>. O referido caminho terá sido o primeiro a permitir o trajeto entre a Junqueira e o Travessa dos Enjeitados, perdendo protagonismo, quando na década de 1830 foi rasgada a Rua das Hortas<sup>182</sup>, que seguia exatamente o mesmo percurso, sendo o mesmo mais largo. Não vingando o projeto de 1877, este caminho acabaria por desaparecer, apropriando-se da sua área as construções erigidas na Rua da Junqueira, na Rua de Bento de Freitas e na Viela dos Enjeitados, tornando-se, assim, o topo poente desta última sem saída<sup>183</sup>.

Ainda em março de 1877, o arquiteto Manuel Fortunato de Oliveira Mota concebeu um outro projeto, mas este previa, apenas, o prolongamento da Rua da Alegria (ou do Norte) em direção a norte. A iniciativa partiu, uma vez mais, de alguns poveiros que desejavam, porventura, ver os seus prédios rústicos valorizados<sup>184</sup>. Assim, Ana Josefa Correia da Silva Leite, José



*Ilustração 19 – Reprodução digital de uma proposta apresentada por cidadãos poveiros para o prolongamento da R. da Alegria a norte, AMPV, [1877].*

Caetano Calafate e Manuel Francisco da Agra endereçaram um requerimento à autarquia onde propunham «a continuação da Rua da Alegria, offerecendo os mesmos á Ex.<sup>ma</sup> Camara o terreno preciso para a continuação da mencionada rua» (ilustração 19). Um dos argumentos vertidos no requerimento tornar-se-ia recorrente na época, pois referem-se os proponentes à necessidade de acomodar a «pescaria», isto é, tornar possível à classe

<sup>181</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta da nova rua, ligando a Rua da Junqueira e R<sup>a</sup> Bento de Freitas, com a viella dos Enjeitados] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1877. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(22).

<sup>182</sup> Em 1837, a Rua das Hortas era denominada «rua nova das Hortas», condição que sugere a sua recente construção. Ver: ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1837-1851. Livro O, nº 5. (E/26/1/5-19.2). Cf. Alberto Oliveira. (200-?). [Sem título] [Base de dados]. Acessado em: Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas/Microsoft Office Excel.

<sup>183</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da Povoia de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

<sup>184</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Continuação da R.<sup>a</sup> da Alegria] [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. [1877]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/13(37).

piscatória a compra de «terrenos por preço modico». Não sendo o primeiro argumento surpreendente, o segundo demonstrou-se bem mais curioso, uma vez que a obra também iria «aformosiar o logar para onde vão a maior parte dos banhistas para a proxima epoca dos banhos». Em 14 de março, a Câmara regozijava-se com a oferta, votando a favor da obra, seguindo-se o Conselho de Distrito com igual veredito<sup>185</sup>.

No ano seguinte, foi projetado para a mesma rua um outro plano, prevendo este «o alargamento da R<sup>a</sup> do Norte ficando com a largura de 6,20 m»<sup>186</sup>, o que nos leva a questionar a sua primitiva dimensão (ilustração 20). As obras nesta longa e estreita rua prolongar-se-iam até 1879, pois nesse ano pediram os seus residentes a conclusão das «obras necessarias ao aterro no prolongamento [...] para que se possa transitar, e facilitar a condução de materiais para as novas edificações da mesma rua»<sup>187</sup>.

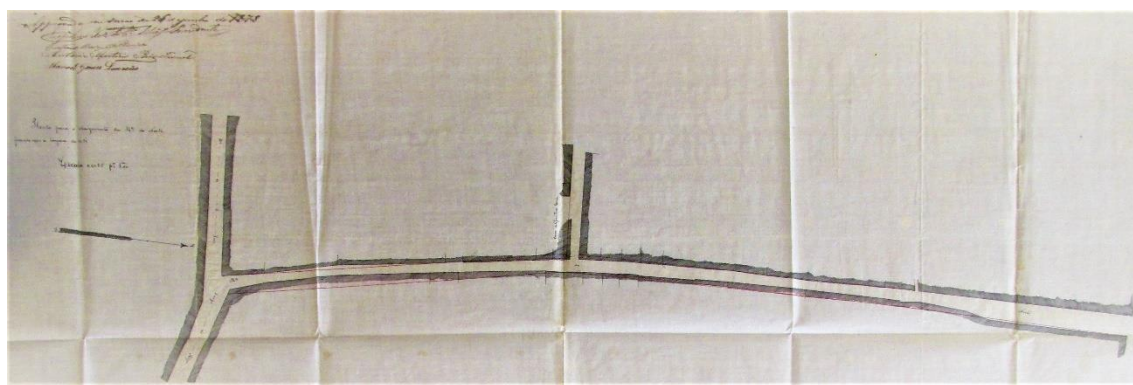


Ilustração 20 – Reprodução digital do projeto para o alargamento da Rua do Norte, situada entre a Rua de S. José (à esquerda) e a Rua do Carvalhido (à direita), AMPV, [1878].

Voltando a 1878, somente importa referir que nesse ano, Martinho Bernardino de Araújo Abreu endereçou um requerimento à Câmara no qual referiu a necessidade de se abrir uma artéria entre os Largos da Bandeira e de S. Roque. Apesar da curta distância entre os dois locais, a edilidade «viu perdidos os seus desejos de attender ao peticionario, olhando aos poucos recursos que tem nos rendimentos municipaes»<sup>188</sup>, sendo a abertura deste arruamento (atual Rua de João Dias) adiada por pouco mais de três décadas.

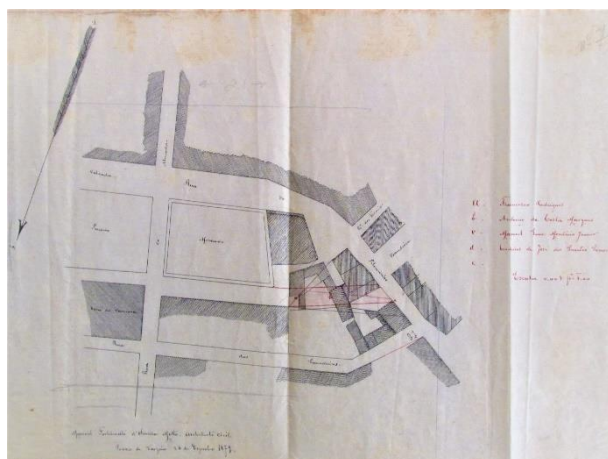
<sup>185</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/13(37).

<sup>186</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta para o alargamento da R<sup>a</sup> do Norte, ficando com a largura de 6,20] [Material cartográfico]. Escala [1:400]. [1878]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(01).

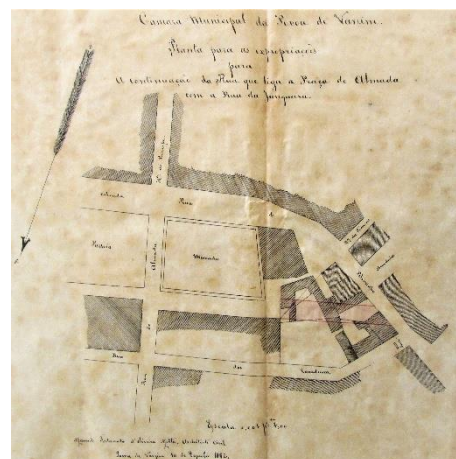
<sup>187</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, pp. 132 e 133.

<sup>188</sup> Povo de Varzim 24 de Maio. «Mosquito». Ano I, nº 14 (25 mai. 1878), p. 1. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II, p. 258.

Já no fecho do decénio de 1870, o arquiteto municipal executou um projeto que previa a regularização do topo poente da Praça do Almada. Como referimos anteriormente, quando a praça foi rasgada, ambos os topos ficaram definidos por alguns volumes pré-existentes, confrontando o poente com edifícios também fronteiros ao Largo do Pelourinho. Assim, em 1879, a edilidade pretendia regularizar aquele lado da praça, propondo a continuação do seu arruamento norte até à Rua do Pelourinho, o que obrigaria à expropriação de quatro propriedades<sup>189</sup> (ilustração 21). Contudo, três anos mais tarde os planos municipais ainda não haviam sido concretizados, executando o arquiteto Manuel Fortunato de Oliveira Mota uma nova planta onde não se verificam quaisquer alterações relativamente à planificação de 1879<sup>190</sup> (ilustração 22). Embora tenha sido o plano reafirmado em 1882, cerca de cinco anos depois, em 1887, somente haviam sido demolidas as duas edificações situadas no bordo norte da viela entre a Praça do Almada e o Largo do Pelourinho, ficando por se materializar o prolongamento da artéria norte daquela praça até à Rua do Pelourinho<sup>191</sup>.



*Ilustração 21 – Reprodução digital do projeto para a regularização do topo poente da Praça do Almada e para o prolongamento do arruamento norte, AMPV, 1879.*



*Ilustração 22 – Reprodução digital do projeto para o prolongamento do arruamento norte da praça, AMPV, 1882.*

<sup>189</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1879. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/01(04).

<sup>190</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta para as expropriações para a continuação da Rua que liga a Praça do Almada com a Rua da Junqueira] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1882. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/20(06).

<sup>191</sup> [BRAGA, Oscar Grim] – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1887]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/01(04).



## 1.5. A década de 1880 – a requalificação da malha urbana pré-existente

No decénio de 1880-1889, a maioria dos planos municipais selecionada previa a requalificação de alguns arruamentos, cujas existências vinham já do século XVIII, encontrando-se, no final de oitocentos, desajustados à realidade de então. J. Gama, autor do *Guia Portatil do Viajante em Portugal e Itenerarios das Viagens Circulatorias em Hespanha e França*, confirma-nos precisamente esse facto, referindo a existência de algumas «ruas antigas [...] tortuosas, e estreitas»<sup>192</sup>.

Assim, logo em 1881, a Câmara Municipal planeou a reconfiguração da frente marítima da Póvoa de Varzim, seguramente urbanizada desde setecentos, sendo o Passeio Alegre e a rua fronteira à Praia dos Banhos os espaços a redesenhar. Relativamente a esta última, estamos convictos de que o seu traçado não estaria ainda definido em 1870, fazendo-se o percurso sobre o areal. Jorge Barbosa refere uma notícia da *Gazeta da Póvoa de Varzim*, publicada naquele ano, aludindo a mesma à Viela dos Abraços, um estreito arruamento perpendicular à Praia dos Banhos. Segundo o relato, à data, a «viella dos Abraços» seria «a unica que leva o transeunte mais proximo das barracas dos banhos, tendo-se no fim da viella de passar por cima da areia»<sup>193</sup> (ilustração 23). Conforme a descrição, verificamos que não foi feita qualquer menção à Rua dos Banhos, constatando-se a mesma ocorrência noutros documentos coevos. Em meados daquele decénio, alguns residentes do Largo dos Banhos requereram à autarquia a construção de edificações na parte posterior das suas

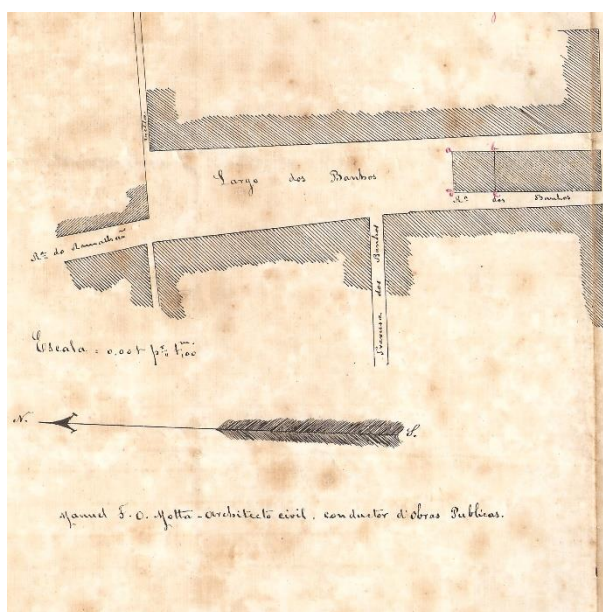


Ilustração 23 – Digitalização de uma planta do Largo dos Banhos, AMPV, 1881. Na imagem é visível uma pequena parte da Viela dos Abraços (à esquerda), que, na época, unia o Largo dos Banhos com a Praia dos Banhos. Não obstante a ausência da Praia dos Banhos, podemos imagina-la na parte inferior da planificação.

<sup>192</sup> GAMA, J. – *Guia Portatil do Viajante em Portugal e Itenerarios das Viagens Circulatorias em Hespanha e França*. 2ª ed.. Porto: Typographia Occidental, 1886, p. 131.

<sup>193</sup> Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 27.

propriedades, parte essa confrontante com a Praia dos Banhos. Assim, em 1874, o executivo municipal analisou o requerimento de Joaquim Gonçalves Martinho<sup>194</sup>, no qual pedia autorização para «edificar uma morada de casas terres [...] nas trazeiras da sua casa que possui no largo dos Banhos»<sup>195</sup>, e em 1875, o de João de Oliveira Costa Neves<sup>196</sup> que requeria a edificação de «uma morada de cazas na trazeira da sua caza que possui no largo dos Banhos»<sup>197</sup>. De acordo com os factos, e apesar de as construções confrontarem com a Praia dos Banhos, também aqui não foi feita qualquer referência à Rua dos Banhos.

Porém, no decénio seguinte, o arruamento foi adquirindo contornos urbanos, devendo-se isso à evolução das arquiteturas que bordejavam o areal, mas também à realização de um projeto datado de 1881 que, segundo Jorge Barbosa, previa o prolongamento da Rua dos Banhos até ao Paredão, onde findaria<sup>198</sup>. Apesar de a narrativa desenvolvida pelo autor não ter sido fundamentada em nenhum documento<sup>199</sup>, sabemos no entanto que, em maio de 1882, a Rua dos Banhos ainda não era assim denominada, pois, nessa data, Narcisa da Silva Lopes endereçou um requerimento à autarquia no qual referiu ser proprietária de «umas casas das quaes as trazeiras dão para a rua mandada ultimamente construir pela Ill.ma Camara, em frente á praia dos Banhos»<sup>200</sup>. Em primeiro lugar é importante dizer que o arruamento a que Narcisa da Silva Lopes se refere corresponde indubitavelmente à Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos), que na época ainda não havia sido batizada com aquele topónimo, facto atestado pela ausência do mesmo, quer na petição, quer na «Planta a que se refere o requerimento de Narcisa da Silva Lopes»<sup>201</sup>. Também merece destaque o extrato que alude ao estado da rua – «mandada ultimamente construir» – e que em concomitância com a planificação leva-nos

---

<sup>194</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-187).

<sup>195</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4062. Auto de 3 de junho de 1874.

<sup>196</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-189).

<sup>197</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4062. Auto de 31 de março de 1875.

<sup>198</sup> Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>199</sup> Mário Gonçalves Fernandes, que pormenorizadamente estudou a evolução urbana da Póvoa de Varzim, nada revela acerca do projeto citado por Jorge Barbosa.

<sup>200</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-190).

<sup>201</sup> [PLANTA a que se refere o requerimento de Narcisa da Silva Lopes] [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. [1882]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV/4063.

a concluir que o arruamento ainda não se encontrava concluído, sendo, por isso, os seus contornos representados a tracejado<sup>202</sup> (ilustração 24). Ora, verificando-se uma projeção da futura Rua dos Banhos datada de 1882, então certamente terá existido um plano anterior, como refere Jorge Barbosa, todavia, não foi possível localizar no Arquivo Municipal da Póvoa qualquer documento cartográfico de 1881 alusivo àquela rua.

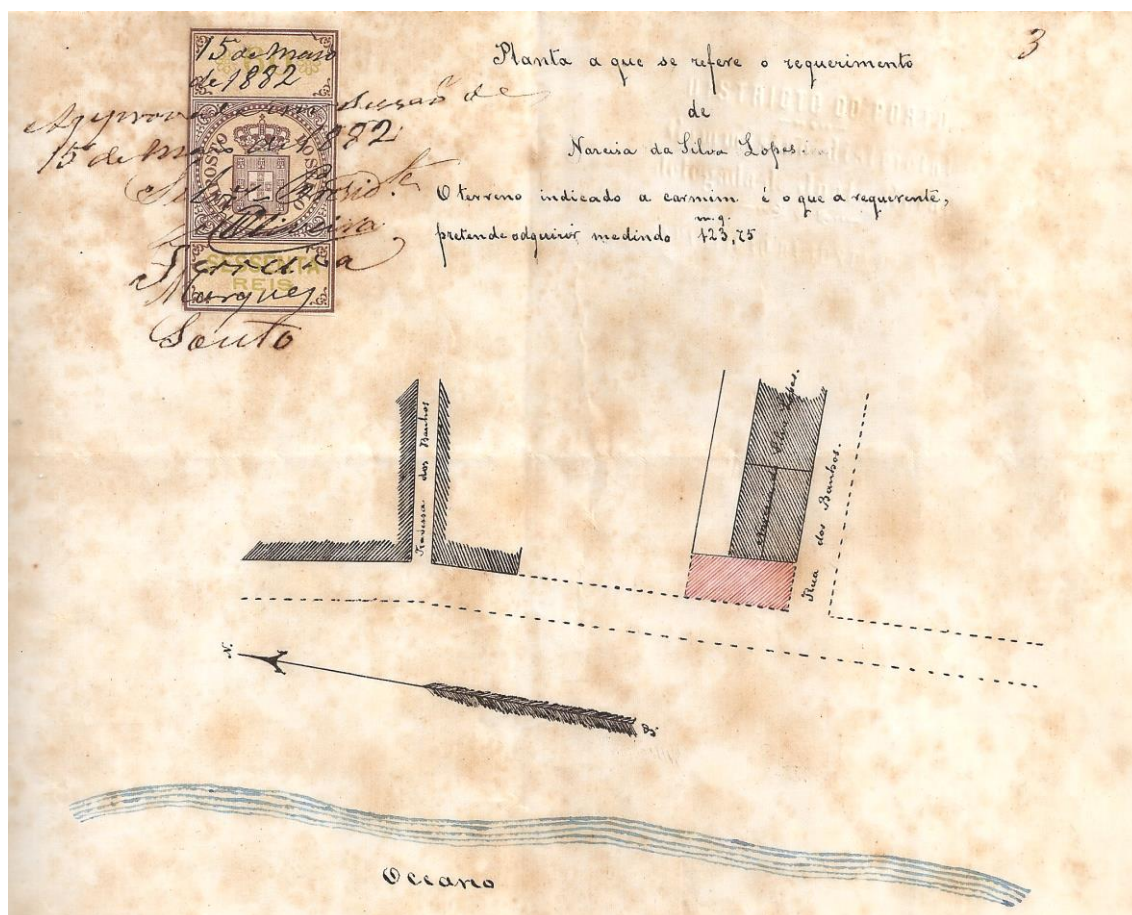


Ilustração 24 – Digitalização de uma planta da marginal atlântica da Póvoa de Varzim, AMPV, [1882]. Na imagem são visíveis os contornos tracejados da futura Rua dos Banhos (à esquerda) e do Largo do Passeio Alegre (à direita). Embora conste um arruamento designado «Rua dos Banhos», este, na verdade, não era assim denominado.

Outras planificações daquele período<sup>203</sup> vêm também comprovar a inexistência de um arruamento fronteiro à Praia dos Banhos (ilustrações 25 e 26), apresentando a «Planta

<sup>202</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4063. Auto de 15 de maio de 1882.

<sup>203</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1883]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(18).



para um Mercado no Passeio Alegre da Póvoa de Varzim» uma proposta para a construção de uma «R<sup>a</sup> á Beiramar ligando o Paredão com a Praia»<sup>204</sup> (ilustração 26). Deste modo, no início da década de 1880, a Rua dos Banhos não passaria de um trajeto improvisado sobre o areal, sendo definido a nascente pelas edificações aí levantadas.

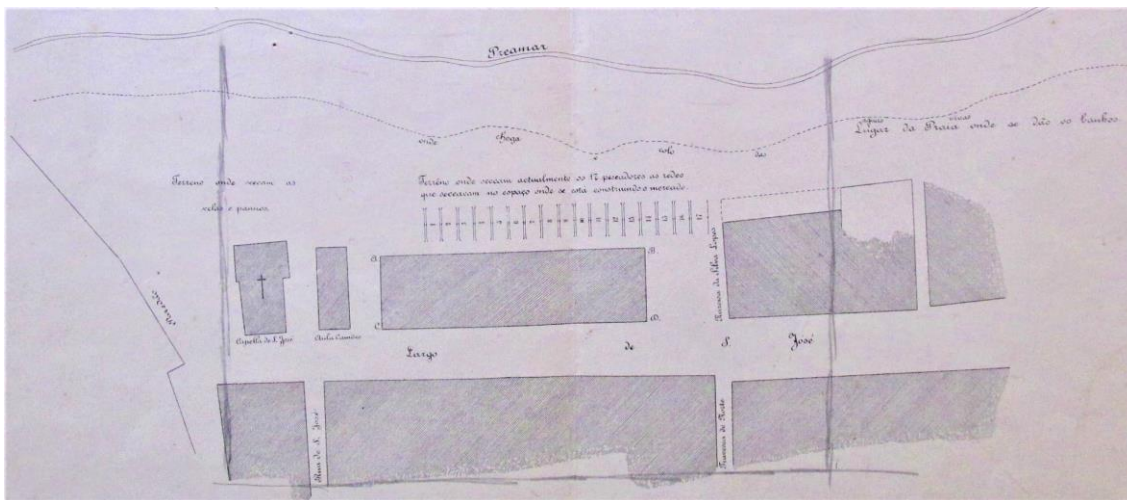


Ilustração 25 – Reprodução digital de uma planta do Largo de S. José (Passeio Alegre), AMPV, [1883]. Na imagem são visíveis o mercado em projeto e os varais dos pescadores sobre o areal. Conforme podemos verificar, na planificação não existe nenhum arruamento fronteiro ao «Lugar da Praia onde se dão os banhos» (à direita).

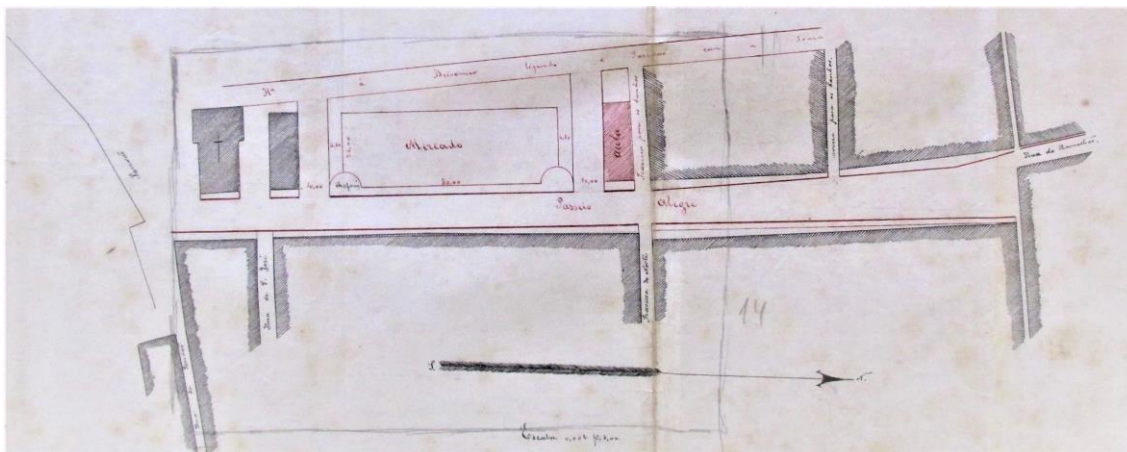


Ilustração 26 – Reprodução digital do projeto para a construção de um mercado no Passeio Alegre, AMPV, [1883]. Na imagem é visível a projeção de uma «R<sup>a</sup> á Beiramar ligando o Paredão com a Praia» (futura Rua dos Banhos).

<sup>204</sup> [MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira] – [Planta para um Mercado no Passeio Alegre da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1883]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(18).

Conforme avançamos, também nessa época existiam planos para reconfigurar o Passeio Alegre. A intenção de o tornar esteticamente mais apelativo partiu de João dos Santos Minho (natural de Braga, mas residente na Póvoa, após vários anos emigrado no Brasil<sup>205</sup>) que, em 1881, ofereceu uma significativa importância à autarquia para esta expropriar um edifício situado entre o Largo dos Banhos e o Passeio Alegre (ilustração 27). A iniciativa previa fundamentalmente «o embelezamento do Bairro balnear», uma vez que «aquella ilha [...] tanto deprecia os predios do largo dos Banhos»<sup>206</sup>. Apesar dos esforços, a ideia somente viria a materializar-se em 1883, quando a Câmara recebeu mais algumas doações para a expropriação e demolição das edificações<sup>207</sup>, encontrando-se, em agosto, os trabalhos no local bastante adiantados, faltando apenas a «conclusão dos passeios e terra-planagens do lindissimo largo»<sup>208</sup>.

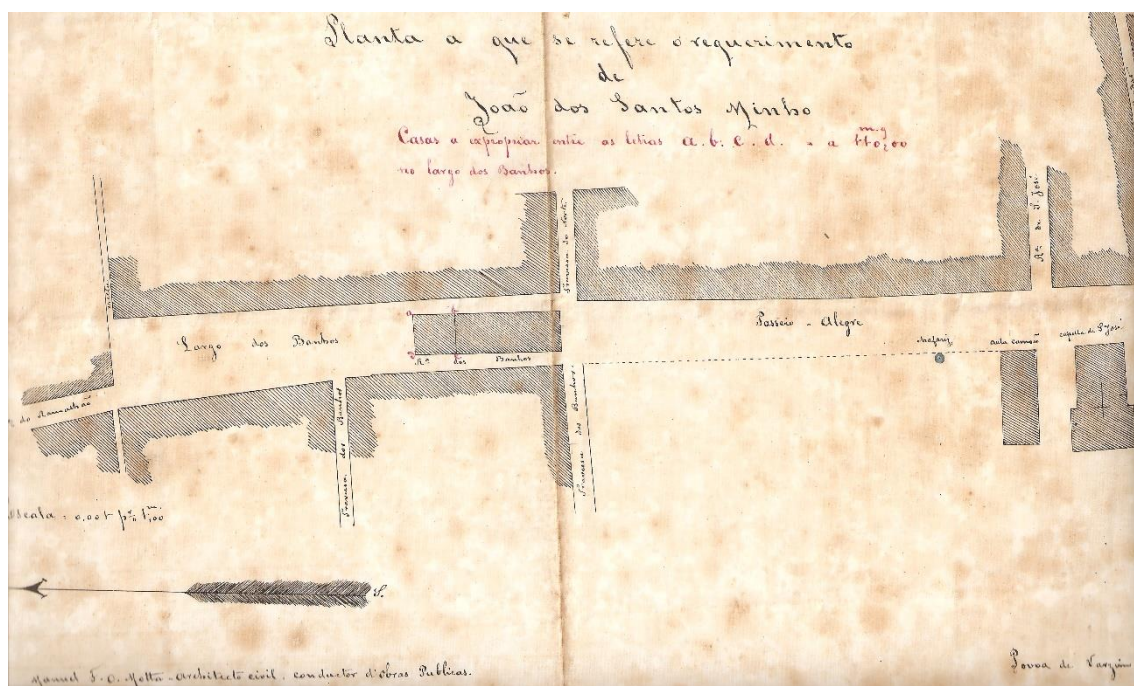


Ilustração 27 – Digitalização de uma planta do Largo dos Banhos (à esquerda) e do Passeio Alegre (à direita), AMPV, 1881. Na imagem são visíveis duas construções entre ambos os locais, sendo demolidas em 1883 para os unir.

<sup>205</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, pp. 209 e 210.

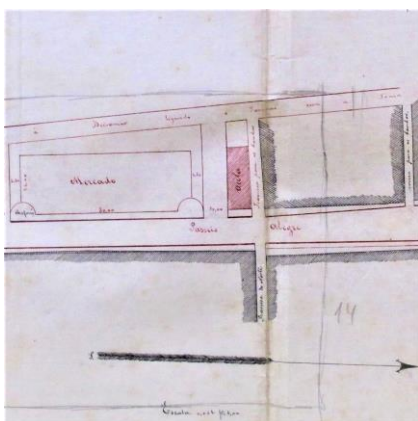
<sup>206</sup> Donativo valioso. «Estrella Povoense». Ano V, nº 214 (20 mar. 1881), p. 2. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 211.

<sup>207</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0034. Sessão de 26 de fevereiro de 1883, f. 36. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, pp. 211 e 212.

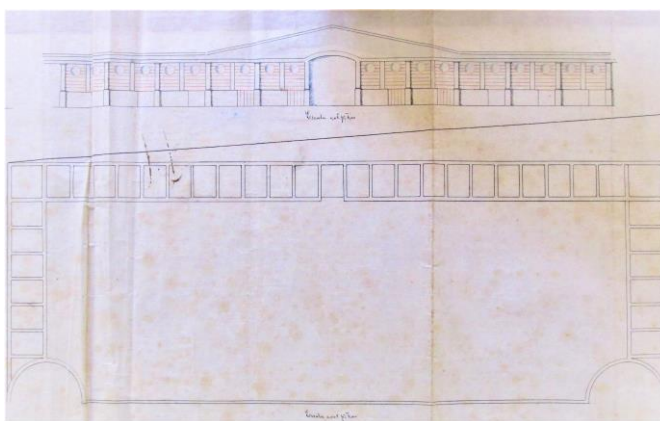
<sup>208</sup> Generosidade. «Estrella Povoense». Ano VII, nº 340 (19 ago. 1883), p. 3. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 212.



Ainda decorriam as obras naquele local, quando o executivo municipal determinou a construção de um mercado sobre os areais da antiga Areosa por ser «muito preciso, muito principalmente no tempo de banhos»<sup>209</sup>. Assim, na reunião de 20 de março de 1883, a edilidade aprovou o projeto<sup>210</sup> e o orçamento do futuro equipamento<sup>211</sup>, prevendo-se que o mesmo fosse constituído por «34 barracas»<sup>212</sup> (ilustrações 28 e 29).

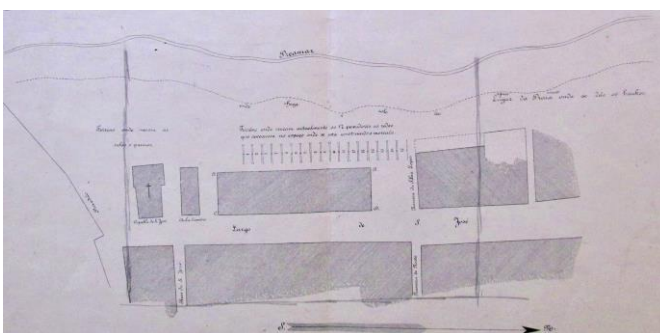


*Ilustração 28 – Reprodução digital do projeto para a construção de um mercado no P. Alegre, AMPV, [1883].*



*Ilustração 29 – Reprodução digital do projeto para a construção de um mercado no Passeio Alegre, AMPV, [1883]. Na imagem são visíveis a planta e o alçado do equipamento.*

Por ser o Passeio Alegre um dos locais da vila «onde a colonia banhista, na rua fronteira [aquele] logradouro dos pescadores, passeava, como sendo a mais commoda avenida á beira-mar»<sup>213</sup>, a edilidade pretendia, assim, redesenhar todo aquele panorama,



*Ilustração 30 – Reprodução digital de uma planta do Largo de S. José, AMPV, [1883]. Na imagem é visível a superfície de areal a retirar aos pescadores com a construção do mercado.*

<sup>209</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0034. Sessão de 20 de março de 1883, f. 39 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 170.

<sup>210</sup> [MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira] – [Planta para um Mercado no Passeio Alegre da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1883]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(18).

<sup>211</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0034. Sessão de 20 de março de 1883, f. 39 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 170.

<sup>212</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/04(18).

<sup>213</sup> LANDOLT, Cândido Augusto – O Passeio Alegre. *A Póvoa de Varzim*. Ano I, nº 3 (nov. 1911), p. 1.

optando por edificar um mercado «onde pudessem instalar-se convenientemente, com limpeza e asseio as vendedeiras que no tempo dos banhos se mudavam da Praça para o Passeio Alegre»<sup>214</sup>. Esta obra relacionava-se certamente com o facto de as construções entre o Largo dos Banhos e o Passeio Alegre terem sido demolidas na época, achando-se aquela área desocupada, merecendo um rearranjo urbanístico. Contudo, a construção do mercado encontrava-se ameaçada desde a sua delineação, interpondo a Real Irmandade da Lapa uma ação judicial contra a edificação daquele equipamento, o que efetivamente impediu a conclusão da obra. Este revés nas intenções camarárias foi propiciado pelos pescadores, que, ao verem ameaçada uma área da praia por eles ocupada desde pelo menos 1825<sup>215</sup>, decidiram avançar contra o executivo, defendendo para si a posse dos areais fronteiros ao Passeio Alegre, local onde se encontravam os varais para a seca das redes de pesca<sup>216</sup> (ilustração 30).

Alguns anos depois, e sendo a Câmara governada por uma nova vereação, a obra do mercado terá sido posta de lado, uma vez que o local escolhido para a sua construção era o «mais concorrido em passeio para os forasteiros», perdendo-se com a sua concretização a «qualidade que adquirio a custa de tanto sacrificio do municipio e que inspirou a sua denominação de – Passeio Alegre»<sup>217</sup>.

Retrocedendo um pouco até 1882, importa referir que em fevereiro desse ano foi executado o «Projecto para o alargamento da rua da Junqueira», desejando a Câmara requalificar a artéria «mais transitada pelas diversas e numerozissimas Familias que das Provincias afluem a esta Villa a uso de banhos na estação competente»<sup>218</sup>. A empreitada previa o recuo de todas as edificações da sua face sul, sitas entre a Rua das Hortas e o Largo do Rego, garantindo-se, assim, a regularização do percurso da Junqueira<sup>219</sup> (ilustração 31). A restante parte, entre o Largo de S. Roque e a Rua das Hortas, não seria

---

<sup>214</sup> LANDOLT, Cândido Augusto – *Folk-Lore Varzino*. Póvoa de Varzim: [s. n.], 1915, p. 163.

<sup>215</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, pp. 87 e 88.

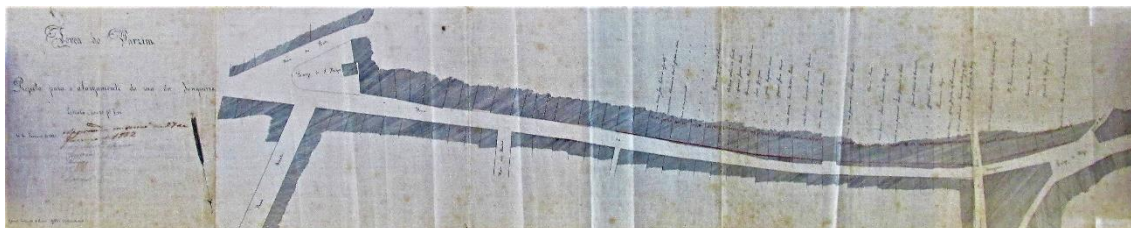
<sup>216</sup> LANDOLT, Cândido Augusto – O Passeio Alegre. *A Póvoa de Varzim*. Ano I, nº 3 (nov. 1911), p. 1.

<sup>217</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0034. Sessão de 30 de março de 1885, f. 48. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 172.

<sup>218</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 12.

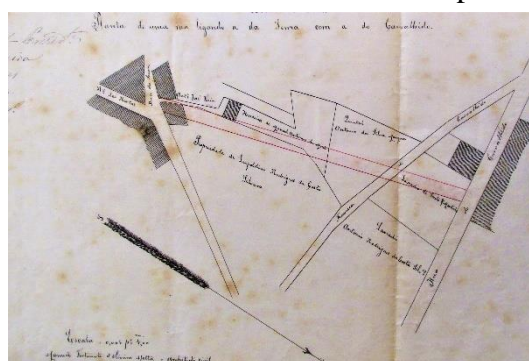
<sup>219</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – *[Projecto para o alargamento da rua da Junqueira]* [Material cartográfico]. Escala [1:400]. 1882. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(02).

intervencionada, pois já o havia sido em 1839, quando a vereação de então reconheceu «a necessidade de retificar a parte da Rua da Junqueira desde o Largo de Sam Roque até ao principio da Ruas das Hortas por ser notorio que sendo hua das mais frequentadas desta Villa, se torna intranzitavel depois que chove, pelo lamaçal que ali se forma ficando então reduzida a hua estreita passagem, e comum a gente, bestas, bois, e até liteiras por cima de hua calçada quasi de todo arruinada»<sup>220</sup>.



*Ilustração 31 – Reprodução digital do projeto para o alargamento da Rua da Junqueira, AMPV, 1882. A Câmara entendeu expropriar somente as propriedades do lado sul da artéria, situadas entre a Rua das Hortas (à esquerda) e o Largo do Rego (à direita), uma vez que o troço nascente já havia sido ampliado na primeira metade de oitocentos.*

O ano de 1882 ficou ainda marcado pela delineação de uma nova artéria – a Rua de Frei Sebastião de S. Luís – que seguiria um trajeto semelhante ao da Rua do Paulet, ficando-lhe paralela pelo poente. Deve-se a génese do arruamento a José Martins de Oliveira, que, nesse ano, requereu à Câmara a «abertura de uma rua que ligue a rua das Hortas e a da Senra, com a nova rua do Carvalhido». Na sua ótica, este seria «um melhoramento importante», uma vez que «sendo os moradores d’esta ultima na sua maior parte pescadores, e por consequencia na necessidade de conduzir as suas redes para a praia, para o que, teem actualmente de percorrer o quadruplo do caminho que percorreriam aberta a nova rua». De modo a ilustrar as suas pretensões, o requerente anexou ao pedido o projeto da nova artéria, denominado «Planta de uma rua – entre a Rua da Senra e a Rua do Carvalhido». Passando à análise da mesma, parece-nos estranha a escolha do local sobre o qual passaria o novo

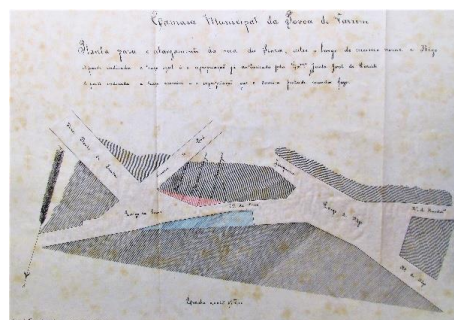


*Ilustração 32 – Reprodução digital do projeto para a abertura da Rua de Frei Sebastião de S. Luís, situada entre a Rua da Senra (à esquerda) e a Rua do Carvalhido (à direita), AMPV, [1882].*

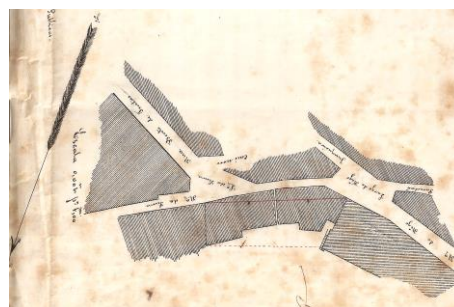
<sup>220</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 13.

arruamento, uma vez que o seu topo sul ficaria muito próximo ao topo norte da Rua das Hortas, não coincidindo, contudo, as suas trajetórias. Ora, este desfasamento faz-nos questionar sobre a conveniência da empreitada, pois, caso contrário, a nova rua teria sido rasgada no alinhamento da Rua das Hortas. Ao serem analisadas as propriedades alvo de expropriação, assomam-nos ainda mais algumas questões, já que sobre uma tão vasta área seria a nova artéria rasgada precisamente no trajeto de uma edificação, havendo, por isso, a necessidade de a demolir<sup>221</sup> (ilustração 32).

No ano seguinte, o executivo municipal diligenciou a ampliação da Rua da Senra, mas, conforme sugere a «Planta para o alargamento da rua da Senra, entre o largo do mesmo nome e Rêgo», esta seria só em parte beneficiada<sup>222</sup> (ilustração 33). Relativamente ao troço poente da Rua da Senra, constatamos que, em 1882, o seu percurso era de facto estreito, adquirindo mais tarde o dobro da largura inicial<sup>223</sup>. Em setembro de 1883, data em que se concluiu o «Mappa das expropriações Para o alargamento da Rua da Senra»<sup>224</sup> e provavelmente a citada planificação, uma parte da face sul já se encontrava favorecida, uma vez que, no final de 1882, Felisbina Amélia Pinheiro da Conceição Alves<sup>225</sup> requereu à Câmara a construção de «duas cazas, sendo uma de um



*Ilustração 33 – Reprodução digital do projeto para o alargamento do troço poente da Rua da Senra, AMPV, [1883].*



*Ilustração 34 – Digitalização de uma planta da Rua da Senra, AMPV, [1882]. Na imagem é visível a artéria antes da intervenção de 1883.*

<sup>221</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta de uma rua – entre a Rua da Senra e a Rua do Carvalhido] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1882]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/13(04).

<sup>222</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta para o alargamento da rua da Senra, entre o largo do mesmo nome e Rêgo] [Material cartográfico]. Escala [1:400]. 1883. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/12(15).

<sup>223</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta a que se refere o requerimento de D. Felisbina Amélia da Conceição Pinheiro Alves] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1882]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV/4050.

<sup>224</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(15).

<sup>225</sup> Ver Volume de Anexos (fichas PO-349 e PO-350).



pavimento e outra terrea, conforme a planta junta e o alinhamento indicado na mesma planta»<sup>226</sup> (ilustração 34). Como é possível verificar, as novas edificações seguiriam o alinhamento ditado pela municipalidade, estando a expropriação das propriedades contíguas já autorizada pela Junta Geral de Distrito, havendo, portanto, a intenção de as intervencionar<sup>227</sup>. De facto, no final de 1883, Felisbina Alves pediu à Câmara a edificação de «12 portadas [...] no mesmo alinhamento»<sup>228</sup>, ficando aquele lado da rua convenientemente alinhado<sup>229</sup>. Um ano mais tarde, duas das três casas da face norte foram também reconstruídas<sup>230</sup>, regularizando-se aquele troço da artéria na sua maior parte<sup>231</sup>.

Ainda em 1884, o «engenheiro interino» da Câmara, Óscar Grim Braga<sup>232</sup>, executou a «Planta da travessa dos Engeitados»<sup>233</sup>, «para poder dar-se o alinhamento requerido por Jose Gomes Magdalena<sup>234</sup> [...] e para os que de futuro forem requeridos»<sup>235</sup> (ilustração 35). Deste modo, a iniciativa para a regularização da artéria terá sido aventada pelo executivo municipal, pese embora o acontecimento tenha sido propiciado por um particular.

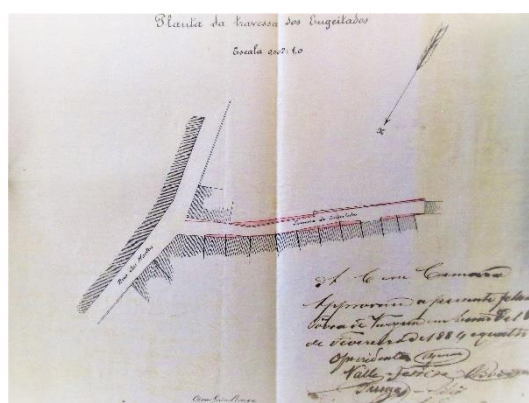


Ilustração 35 – Reprodução digital do projeto para o alargamento da Travessa dos Engeitados, AMPV, [1884]. A travessa ficava perpendicular à Rua das Hortas, sendo este o seu único acesso.

<sup>226</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4050. Auto de 4 de dezembro de 1882.

<sup>227</sup> MOTTA, Manuel Fortunato d'Oliveira – [Planta para o alargamento da rua da Senra, entre o largo do mesmo nome e Rêgo] [Material cartográfico]. Escala [1:400]. [1883]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/12(15).

<sup>228</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-353).

<sup>229</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4050. Auto de 4 de dezembro de 1882.

<sup>230</sup> Ver Volume de Anexos (fichas PO-354 e PO-355).

<sup>231</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4050. Autos de 28 de janeiro de 1884.

<sup>232</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4050. Auto de 4 de fevereiro de 1884.

<sup>233</sup> BRAGA, Oscar Grim – [Planta da travessa dos Engeitados] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. 1884. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/20(15).

<sup>234</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-334).

<sup>235</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/20(15).





Pombal”»<sup>238</sup> tornou o local desimpedido de qualquer função, optando a Câmara por transformá-lo num espaço de recreio. Deste modo, em 2 de julho de 1888, a vereação deliberou «ajardinar aquelle local»<sup>239</sup>, concluindo-se a empreitada pouco tempo depois. Em 27 de janeiro de 1889, num «dia sereno, de sol, calmoso, sem nuvens no espaço» foi o jardim público da Praça do Almada inaugurado, tendo sido a cerimónia bastante concorrida, pois «o novo Eden [...] esteve a regorgitar de visitantes»<sup>240</sup>.



*Ilustração 38 – Reprodução digital de fotografia da Praça do Almada. BMRP, final do século XIX ou início do século XX. A imagem apresenta uma perspetiva do jardim inaugurado em 1889.*



*Ilustração 39 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado do Jardim Público da Praça do Almada, BMRP, início do século XX. A imagem apresenta uma perspetiva da Praça do Almada a partir de nascente.*



*Ilustração 40 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado do Jardim Público da Praça do Almada, BMRP, final do século XIX ou início do século XX. A imagem apresenta a parte central do jardim, onde existia um lago com uma ponte.*

Ainda em 1888, o executivo dava início a uma das obras mais importantes para a Póvoa: a canalização do Esteiro, que viria a transformar a rua por onde o mesmo passava (ilustração 41). Este melhoramento era há muito reivindicado, uma vez que a salubridade do espaço era constantemente posta em causa, depreciando o bom nome da estância<sup>241</sup>.

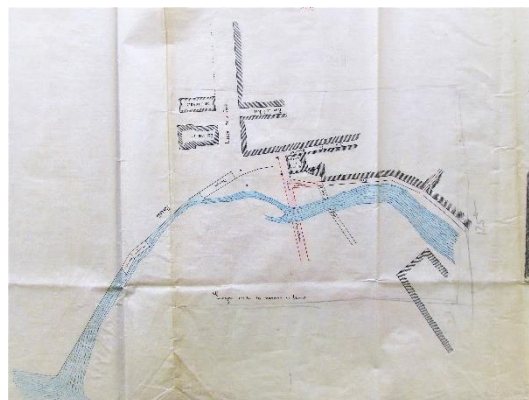
<sup>238</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0036. Sessão de 14 de maio de 1888, f. 18. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 80.

<sup>239</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0036. Sessão de 2 de julho de 1888, f. 22 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 80.

<sup>240</sup> O novo jardim. «A Independência». Ano VIII, nº 367 (3 fev. 1889), p. 1.

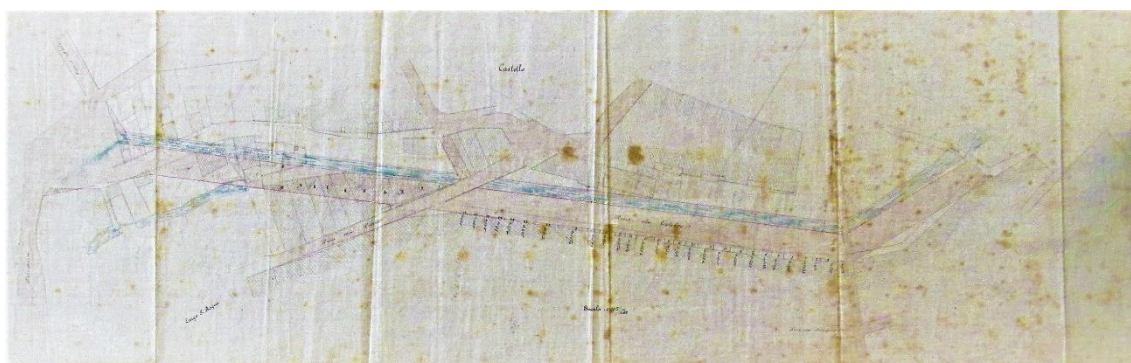
<sup>241</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II, pp. 96 e 97.

Assim, em 26 de março de 1888, a edilidade aprovava a «Planta da Rua do Esteiro e obras a fazer no mesmo» e o «Orçamento p<sup>a</sup> a construção de 217<sup>m</sup> de aqueduto no Esteiro na parte compreendida entre as duas Pontes, da Ribeira e do Esteiro, conforme a planta e mais desenhos juntos»<sup>242</sup>.



*Ilustração 41 – Reprodução digital de uma planta do topo poente da Rua do Esteiro, AMPV, anterior a 1888.*

Embora o orçamento se refira apenas à parte da rua entre a ponte fronteira à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a ponte mais próxima à costa, o projeto previa, na verdade, a abertura de um arruamento entre o largo da Rua da Bandeira, a nascente, e o Passeio Alegre, a poente<sup>243</sup> (ilustração 42).



*Ilustração 42 – Reprodução digital do projeto para a regularização e para o prolongamento da Rua do Esteiro, AMPV, [1888]. Anteriormente a 1888, o arruamento ficava circunscrito a nascente pela Rua da Ribeira (ao centro) e a poente pelo Paredão (à direita), sendo prolongada, a partir dessa data, em direção ao largo da Rua da Bandeira (à esquerda).*

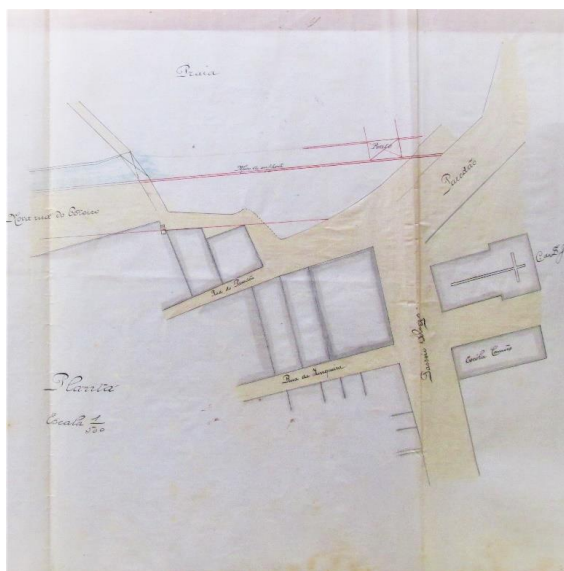
A obra seria fundamental para o aformoseamento da vila, pois ao local faltava urbanidade, uma vez que o percurso da Rua do Esteiro era em 1888 bastante irregular, sendo delimitado pelas traseiras de edificações pertencentes a várias artérias – a sul definiam-no o casario da Rua da Bandeira e da Praça da Ribeira e a norte as construções do Largo de S. Roque, da Rua da Ribeira, da Rua da Junqueira e do Largo do Café

<sup>242</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(01).

<sup>243</sup> [BRAGA, Oscar Grim] – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1888]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(01).

Chinês<sup>244</sup>. A maioria desses volumes foi sendo levantada ao longo do século XIX, muitos sem primor e qualidade estética, adaptando-se ao curso sinuoso do Esteiro<sup>245</sup>, motivo pelo qual seriam algumas construções expropriadas, garantindo-se, assim, a linearidade do arruamento. Uma grande parte pertencia à Rua da Ribeira, da qual desapareceriam alguns edifícios, mas também a uma área localizada entre as traseiras desta última e da Rua da Bandeira, onde existiam algumas casas e seus logradouros. Pelo contrário, as edificações fronteiras às outras artérias adquiririam uma porção de terreno municipal, sendo as da Rua da Bandeira e as da Praça da Ribeira aquelas que mais área teriam ao seu dispor<sup>246</sup>.

Por ser uma empreitada complexa, esta foi-se dilatando para lá de 1888, aprovando-se ainda nesse ano o «Orçamento para parte do aterro a fazer na rua do Esteiro» e o «Orçamento da conclusão do aterro a fazer no Esteiro»<sup>247</sup>. No início de 1889, as obras seguiriam para o ponto compreendido «pela parede sul da valla em construção no Esteiro, a rampa d'acesso á ponte de madeira no extremo da mesma valla e a primeira casa ao nascente da referida ponte»<sup>248</sup>, passando depois para poente, onde se projetou a construção de um pontão que ligaria o extremo da Rua do Esteiro com o arranque do Paredão<sup>249</sup>. A nova estrutura permitiria também a transição entre aquele local e a Praia da



*Ilustração 43 – Reprodução digital do projeto para a construção de um pontão entre a Rua do Esteiro (à esquerda) e o Paredão (à direita), AMPV, [1889].*

<sup>244</sup> [BRAGA, Oscar Grim] – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1888]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(01).

<sup>245</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, pp. 201 e 202.

<sup>246</sup> [BRAGA, Oscar Grim] – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1888]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(01).

<sup>247</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(01).

<sup>248</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(02).

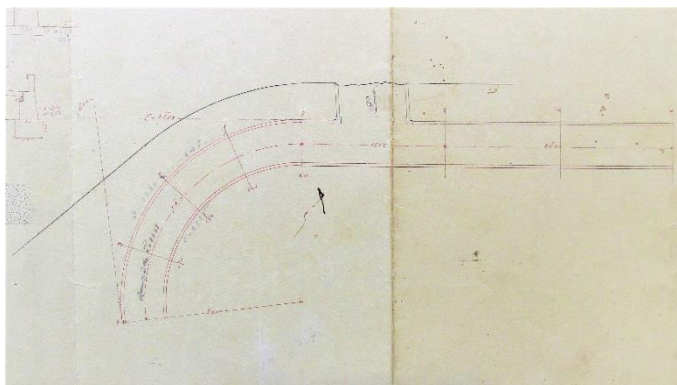
<sup>249</sup> [BARBOSA, Augusto de Carvalho] – [Projecto d'um pontão a construir no extremo da nova rua do Esteiro na villa da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1889]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(03).



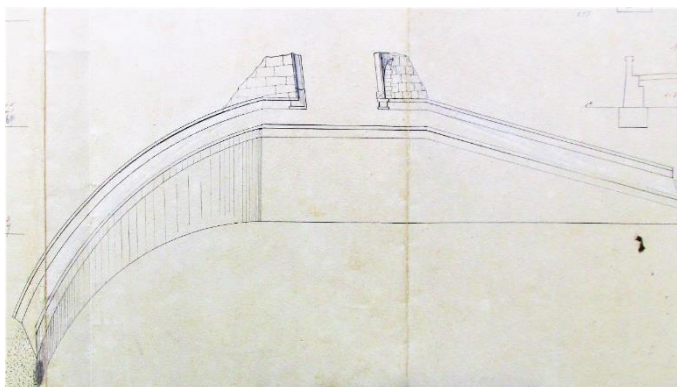
Ribeira, cujas cotas haviam-se aprofundado, sendo necessário atenuar o desnivelamento através de uma nova ponte que passando sobre a parte do Esteiro ainda a céu-aberto bifurcaria em duas rampas adjacentes ao muro de suporte<sup>250</sup> (ilustrações 43-45).

Já em finais de 1889, ficavam concluídos o projeto<sup>251</sup> e o «Mappa d'expropriações a effectuar com o prolongamento da nova rua do Esteiro na parte compreendida entre a rua da Ribeira e a rua da Bandeira», passando-se à abertura do troço nascente a partir dessa data<sup>252</sup> (ilustração 46). Contudo, três

anos mais tarde, em 1892, ainda se empenhava o executivo municipal na prossecução das obras na antiga Rua do Esteiro, agora denominada Rua do Tenente Valadim, uma vez que na reunião de 29 de fevereiro a vereação aprovou o orçamento e a «Planta do prolongamento da rua do Tenente Valadim entre a Ponte da Ribeira e o largo da Bandeira da villa da Póvoa de Varzim»<sup>253</sup> (ilustração 47). Embora existam dois projetos para o prolongamento da artéria até ao Largo da Bandeira, esta parte da rua ainda não se



*Ilustração 44 – Reprodução digital da planta da ponte entre o topo poente da Rua do Esteiro e a Praia da Ribeira e das rampas de acesso à mesma, AMPV, [1889].*



*Ilustração 45 – Reprodução digital do alçado da ponte e das rampas de acesso à Praia da Ribeira, AMPV, [1889].*

<sup>250</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(02).

<sup>251</sup> [BARBOSA, Augusto de Carvalho] – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. [1889]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(04).

<sup>252</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(04).

<sup>253</sup> [BARBOSA, Augusto de Carvalho] – [Planta do prolongamento da rua Tenente Valadim entre a Ponte da Ribeira e o largo da Bandeira] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1892]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(06).

encontrava concluída em 1896, executando o arquiteto municipal, nesse ano, uma cópia atualizada dos citados planos. Segundo o documento, verificamos uma evolução, se bem que ténue, no casario da face sul da nova Rua do Tenente Valadim, encontrando-se, no entanto, por construir a parte da artéria entre o Largo da Bandeira e a Rua da Ribeira<sup>254</sup> (ilustração 48). Advinha tal situação por alguns proprietários se recusarem a assinar os termos de transação, acionando a edilidade, no final de 1896, os mecanismos necessários para as expropriações por utilidade pública, saindo o decreto no Diário do Governo de 9 de janeiro de 1897<sup>255</sup>.

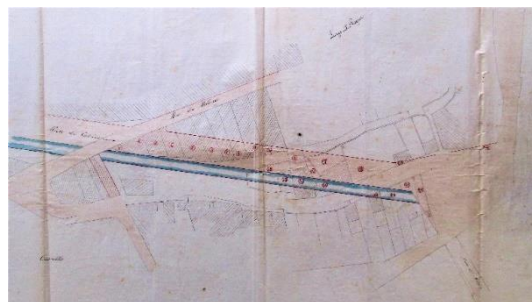


Ilustração 46 – Reprodução digital do primeiro de três projetos executados para o prolongamento da antiga Rua do Esteiro, AMPV, [1889].



Ilustração 47 – Reprodução digital do segundo de três projetos executados para o prolongamento da antiga Rua do Esteiro, AMPV, [1892].

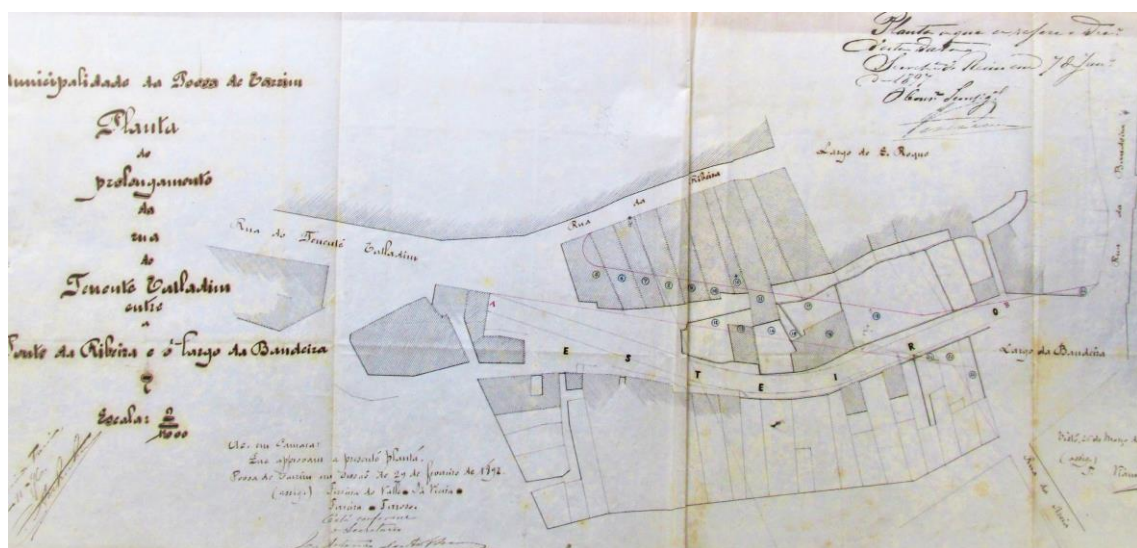


Ilustração 48 – Reprodução digital do terceiro dos três projetos executados para o prolongamento da Rua do Tenente Valadim (antiga Rua do Esteiro) até ao Largo da Bandeira (à direita), AMPV, 1896.

<sup>254</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta do prolongamento da rua do Tenente Valadim entre a Ponte da Ribeira e o Largo da Bandeira] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/12(06).

<sup>255</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/12(06).

## 1.6. A década de 1890 – um novo olhar sobre o bairro balnear

Aludindo à consideração feita por Mário Gonçalves Fernandes relativamente à derradeira década de oitocentos – «a crise económica que o país atravessou nos anos noventa fez conter as iniciativas municipais» – verificamos, a par do investigador, que na Póvoa de Varzim os ecos da recessão terão sido insignificantes no que a este ponto diz respeito, uma vez que daquele decénio datam mais de trinta projetos, prevendo uns a requalificação da malha urbana litorânea e outros a sua expansão<sup>256</sup>. Assim, logo no arranque da década de 1890, a Câmara Municipal interveio sobretudo na marginal poveira, sendo o foco apontado para o Largo do Passeio Alegre e para a Rua dos Banhos, mas também para a abertura e ampliação de alguns arruamentos, que, partindo de nascente, encontrariam o seu fim na referida artéria, ficando-lhe, portanto, perpendiculares.

Logo no ano de 1891, foram levantadas duas propostas, que, depois de concluídas, transformariam sobremaneira a estância poveira, correspondendo uma à construção da Avenida de Mouzinho de Albuquerque e a outra à ampliação da Rua dos Banhos.

No que à Avenida de Mouzinho de Albuquerque diz respeito, a sua idealização partiu de Felisbina Amélia Pinheiro da Conceição Alves e de seu filho, David José Alves, que, em 1891, remeteram à Câmara um requerimento «mostrando a necessidade inadiável de se proceder sem perda de tempo á abertura de novas ruas para a formação d’um bairro especialmente destinado aos banhistas frequentadores desta praia», propondo, assim, «a abertura d’uma rua na direcção da rua do Norte á Praça do Marquez de Pombal»<sup>257</sup>.

Sendo o plano ambicioso e, talvez, por temerem uma decisão desfavorável em virtude de tão elevados gastos, os proponentes elencaram dois argumentos que, certamente, tornariam a proposta mais aliciante. Primeiramente, confrontaram o executivo municipal com a realidade de então, aclarando a necessidade de se rasgarem novas artérias na vila, nas quais pudessem os veraneantes acomodar-se, «á similhaça do

---

<sup>256</sup> FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*. Vol. I, p. 344.

<sup>257</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0037. Sessão de 18 de maio de 1891, f. 7 e f. 7 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 112.

que modernamente tem feito as camaras na Figueira da Foz, Espinho, Granja e Vila do Conde, onde os banhistas encontrando magnificas e espaçosas ruas para edificações constroem elegantes predios, ligando assim os seus interesses a essas terras e tornando-se desta forma assíduos frequentadores e o que era mais procurando fazerem-se acompanhar das familias com quem mais privavam». Como vimos, a ideia pretendia seduzir os *habitués* da vila a investirem na edificação de casas para veraneio, mas também alcançar e fidelizar novos banhistas, competindo a Póvoa, com a abertura da nova artéria, de um modo mais eficaz com as demais estâncias balneares nortenhas que, na época, iam ganhando protagonismo. O segundo argumento prendia-se essencialmente com o favorecimento da empreitada, pois prontificavam-se os requerentes a «offerecer gratuitamente para a abertura da dita rua o terreno do seu quintal que necessario fôr para tal fim».

A edilidade, certamente tentada pelo projeto, legitimou «a necessidade evidente de se proceder immediatamente á construção de novas ruas e melhoramentos d’outras para assegurar a esta praia a sua antiga importancia e superioridade, hoje tão vivamente disputadas por outras praias do reino, e attendendo a que o local indicado pelos referidos signatarios é na verdade o mais proprio e economico para a abertura d’uma espeçosa avenida, pois que com a offerta valiosa dos signatarios poucos predios se teriam a expropriar alem dos da rua do Norte, e finalmente ponderadas as dificuldades que de futuro se opporiam á realização deste grande melhoramento [...] – accordou que ficasse tomada em consideração a offerta dos signatarios e se nomeasse uma comissão encarregada [...] de levantar a planta e organizar o orçamento da referida avenida»<sup>258</sup>.

O novo plano terá tido de tal modo impacto no microcosmos social da Póvoa que alguns jornais locais debateram a abertura da nova avenida<sup>259</sup>. Por exemplo, o periódico *Coisas e Loisas* publicou, em 1891, uma curiosa notícia com o titulo «Uma alameda», na qual aludiu ao «grandioso projecto d’uma alameda ou avenida do Passeio Alegre ao Largo

---

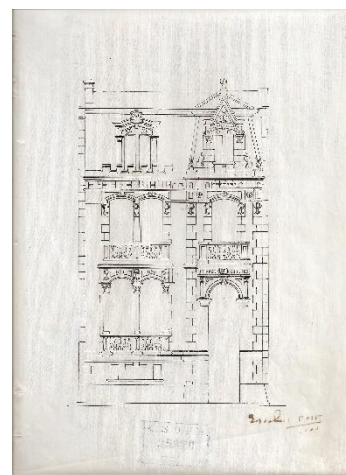
<sup>258</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0037. Sessão de 18 de maio de 1891, f. 7 e f. 7 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 112.

<sup>259</sup> Sobre algumas das notícias publicadas naquela época sobre a futura avenida ver: Avenida. «Estrella Povoense». Ano XV, nº 740 (17 mai. 1891), p. 1; Melhoramentos. «Estrella Povoense». Ano XV, nº 741 (24 mai. 1891), p. 1; e VERDE, Satan – Uma alameda. *Coisas e Loisas: Revista de Critica*. Nº 1 (31 mai. 1891), pp. 6-9.



das Dores». O autor do texto demonstrou-se favorável à prossecução da obra, afirmando ser «o primeiro melhoramento de importancia e vulto que mais pode ennobrecer, sob os mais essenciaes pontos de vista, esta formosa estancia balnear». Curiosamente, o redator da notícia mencionou ainda a existência de algumas planificações associadas àquela empreitada, correspondendo uma à «magnifica planta [...] traçada pelo engenheiro da camara», da qual desconhecemos a existência, e as restantes às «plantas [...] de elegantes chalets, palacetes, palacios, cabanas suissas, etc» que o executivo mandara vir do estrangeiro, «pondo-as á disposição dos capitalistas e constuctores que pensem já em edificações na projectada avenida»<sup>260</sup>. Relativamente a estas últimas, encontra-se no Arquivo Municipal da Póvoa um conjunto de desenhos avulsos (ilustrações 49-61) que poderão corresponder a alguns dos modelos descritos, tendo sido copiados certos debuxos pelo arquiteto Gonçalo Artur Cruz, dando origem a algumas edificações, não só erigidas naquela avenida.

Embora os factos narrados sugiram a materialização do projeto, este não se concretizou no momento, ficando adiado por mais alguns anos.



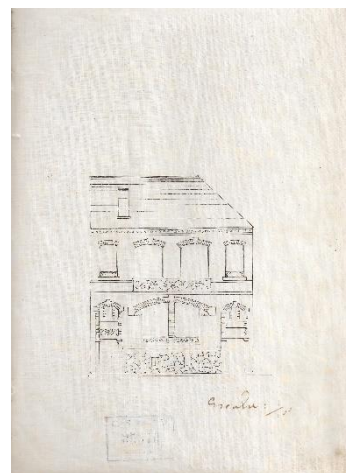
*Ilustração 49 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV, sem data.*



*Ilustração 50 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV, sem data.*



*Ilustração 51 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV, sem data.*



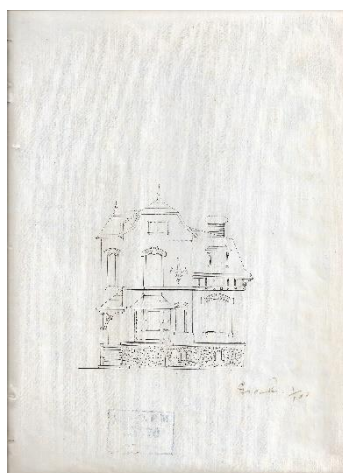
*Ilustração 52 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV, sem data.*

<sup>260</sup> VERDE, Satan – Uma alameda. Coisas e Loisas: Revista de Critica, Nº 1 (31 mai. 1891), pp. 6-9.

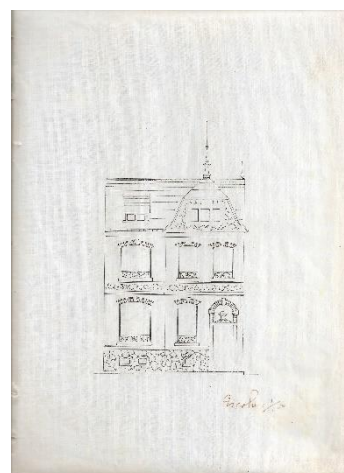




*Ilustração 53 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



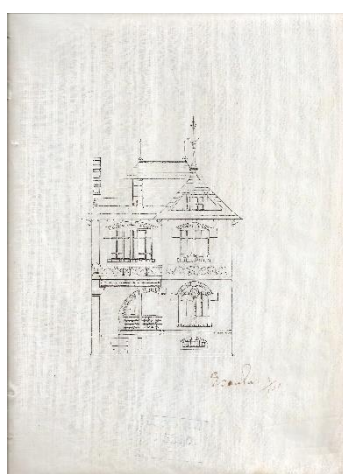
*Ilustração 54 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



*Ilustração 55 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



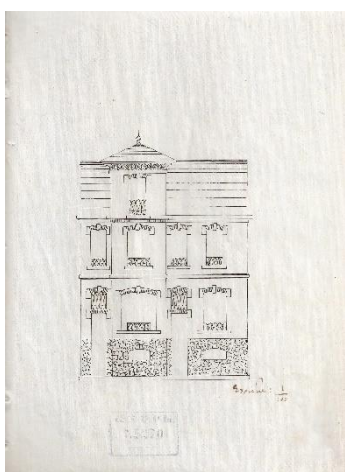
*Ilustração 56 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



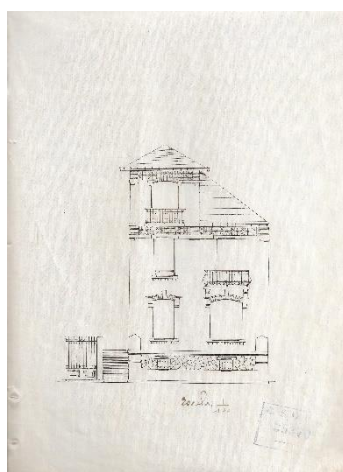
*Ilustração 57 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



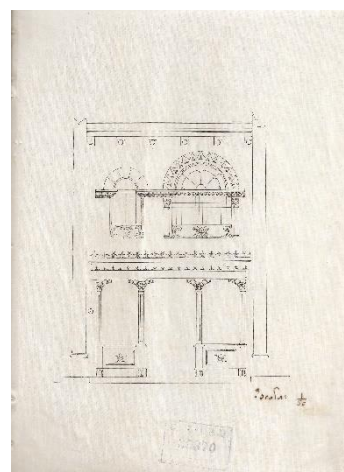
*Ilustração 58 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



*Ilustração 59 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



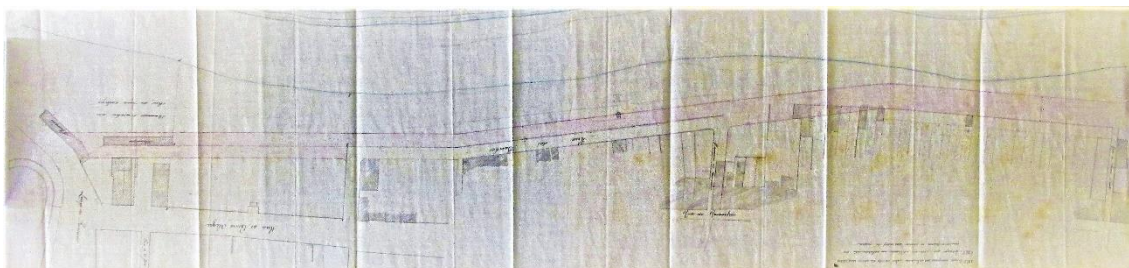
*Ilustração 60 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*



*Ilustração 61 – Digitalização de um alçado avulso, AMPV.*

De 1891, data também um outro projeto, composto por duas peças desenhadas, onde se encontra representada a marginal da Póvoa entre o Paredão, a sul, e a Rua de Serpa Pinto, a norte, sendo, portanto, visível toda a área compreendida pelo Passeio Alegre e pela Rua dos Banhos. O documento em questão propunha a transformação daqueles dois locais, tornando-os mais amplos e atrativos (ilustrações 62 e 63).

Assim, para a Rua dos Banhos estava previsto o alargamento da parte pré-existente, situada entre o arruamento perpendicular ao Passeio Alegre e a Travessa do Ramalhão, bem como o prolongamento de ambas as extremidades, seguindo a do sul até ao Paredão, e a do norte até à Rua de Serpa Pinto. Esta medida propiciaria, contudo, a demolição de algumas edificações erguidas sobre o areal, encontrando-se as mesmas sinalizadas no projeto. Este propunha uma via de circulação onde as margens distariam 15 metros uma da outra, sendo aproximadamente o dobro da largura da primitiva artéria. Apesar de a Rua dos Banhos passar a contabilizar uma generosa amplitude, a linearidade do seu traçado não havia ficado assegurada, totalizando o percurso da artéria três lanços interligados com sensivelmente a mesma dimensão. Muito se deve o facto às pré-existências do local, adaptando-se o lanço sul ao Passeio Alegre, o troço intermédio à primitiva Rua dos Banhos, e o lanço norte à Rua do Ramalhão, mais precisamente às propriedades situadas entre esta última e o areal. O mar condicionaria também este plano, tendo que se adaptar o arruamento às contingências impostas pela topografia do lugar<sup>261</sup>.

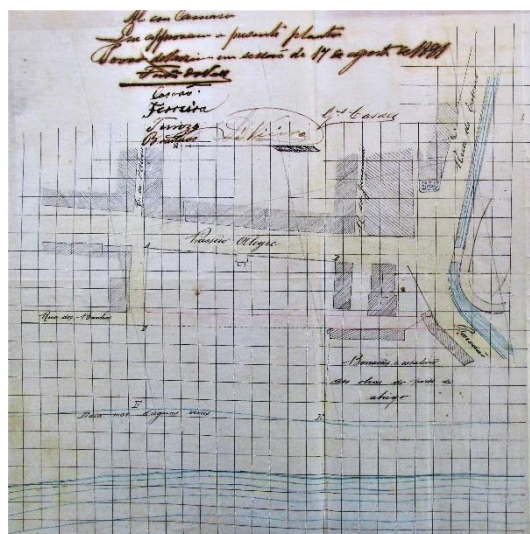


*Ilustração 62 – Reprodução digital do projeto para o alargamento e para o prolongamento da Rua dos Banhos. AMPV, [1891]. Na imagem é visível o arruamento pré-existente (ao centro).*

Como vimos atrás, seria a Rua dos Banhos alongada até aos areais fronteiros ao Passeio Alegre, integrando-se, assim, naquele local, o que, de certo modo, favoreceria a

<sup>261</sup> BARBOSA, Augusto de Carvalho – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1891]. 2 plantas. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(01).

sua reconfiguração. O plano previa então o deslocamento dos «varaes de secca das rêdes» para um espaço a montante daquele, o que permitiria a transformação do espaço «n'uma alamêda» sobre o areal, ficando a Capela de S. José de Ribamar e a Escola Camões enquadradas na mesma. Mais uma vez, notamos a existência de condicionantes, sendo as citadas edificações uma delas. Assim, o autor do projeto optou por desenhar uma praça de configuração irregular, aproximando-se a sua imagem à de uma figura trapezoidal<sup>262</sup> (ilustração 63).



*Ilustração 63 – Reprodução digital do projeto para o prolongamento da Rua dos Banhos. AMPV, [1891]. Na imagem é visível o local sugerido pela autarquia para a deslocação dos varaes dos pescadores.*

Tal como o projeto da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, também este não vingou no preciso momento, retardando-se, portanto, a requalificação do Passeio Alegre.

Poucos anos depois, a autarquia direccionou a sua atenção para o bairro do Castelo, que compreendia toda a área envolvente à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Assim, em 1893, era prevista a «abertura d'uma rua que [ligasse] os largos de S. Roque e Bandeira, [o] prolongamento da rua da Caverneira e [o] alargamento e [a] regularização das ruas do Castelo e Ribeira»<sup>263</sup>, adaptando-se os percursos das duas últimas à fortificação<sup>264</sup> (ilustração 64). Por ser um plano dispendioso, e ficando «dependente da iniciativa particular», o vice-presidente propôs o parcelamento do mesmo, de modo que a «camara por sua iniciativa propria e sem esperar o concurso dos proprietarios destinasse alguma verba para o levar a effeito na parte de maior necessidade»<sup>265</sup>. Contudo, e apesar

<sup>262</sup> BARBOSA, Augusto de Carvalho – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1891]. 2 plantas. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(01).

<sup>263</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/10(13).

<sup>264</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. 1893. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/10(13).

<sup>265</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0037. Sessão de 12 de junho de 1893, f. 104 v..



de a Comissão Distrital anuir favoravelmente à prossecução do projeto, em 1901, o panorama em torno da Fortaleza permanecia inalterado<sup>266</sup> (ilustração 65), adiando-se a requalificação do espaço por longos anos.

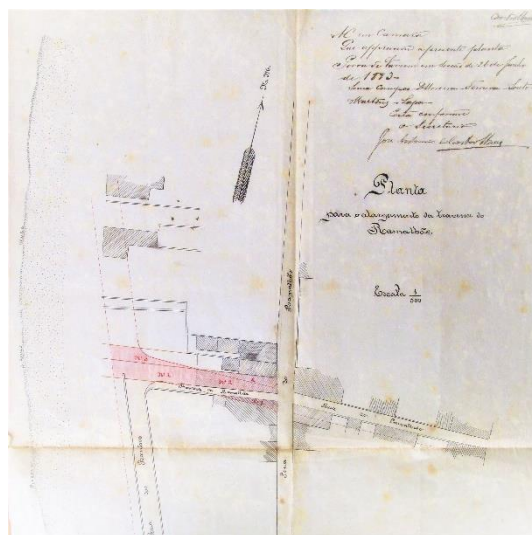


*Ilustração 64 – Reprodução digital do projeto para a requalificação do «bairro do Castelo», AMPV, [1893]. A imagem apresenta os arruamentos a intervir, bem como a Rua Tenente Valadim ainda por concluir.*



*Ilustração 65 – Reprodução digital da «Planta da Povia de Varzim», arq. Gonçalo Artur Cruz, MMEHPV, 1901. A imagem apresenta um pormenor da planta, onde está representada a área envolvente à Fortaleza.*

Também nesse ano, o executivo municipal ponderou a ampliação do troço poente da Rua do Carvalhido, que, conforme referimos, havia sido prolongada em 1876. No entanto, e ao contrário do que seria conveniente, em 1893, este arruamento ainda não se desenvolvia até à Rua dos Banhos, convergindo na Travessa do Ramalhão, situada entre a rua homónima e a Praia dos Banhos. Deste modo, e de acordo com a «Planta para o alargamento da travessa do Ramalhão» era proposto o alargamento do



*Ilustração 66 – Reprodução digital do projeto para a regularização da Travessa do Ramalhão, AMPV, [1893].*

<sup>266</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da Povia de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

troço poente da Rua do Carvalhido que abrangia também a citada travessa<sup>267</sup> (ilustração 66). Este momento seria, certamente, o mais oportuno, uma vez que a Câmara ponderava o prolongamento da Rua dos Banhos em direção a norte.

Assim, em 1893, foram analisadas pela Câmara duas propostas para a ampliação da Rua dos Banhos, embora, como vimos, existisse uma outra datada de 1891. O primeiro dos planos em questão, denominado «Projecto do prolongamento da Rua dos Banhos compreendido entre a travessa do Ramalhão e a rua Serpa Pinto», expõe somente o prolongamento da artéria em direção a norte, findando um pouco adiante da Rua de Serpa Pinto, onde no seu alinhamento seria construído um miradouro sobre o areal.

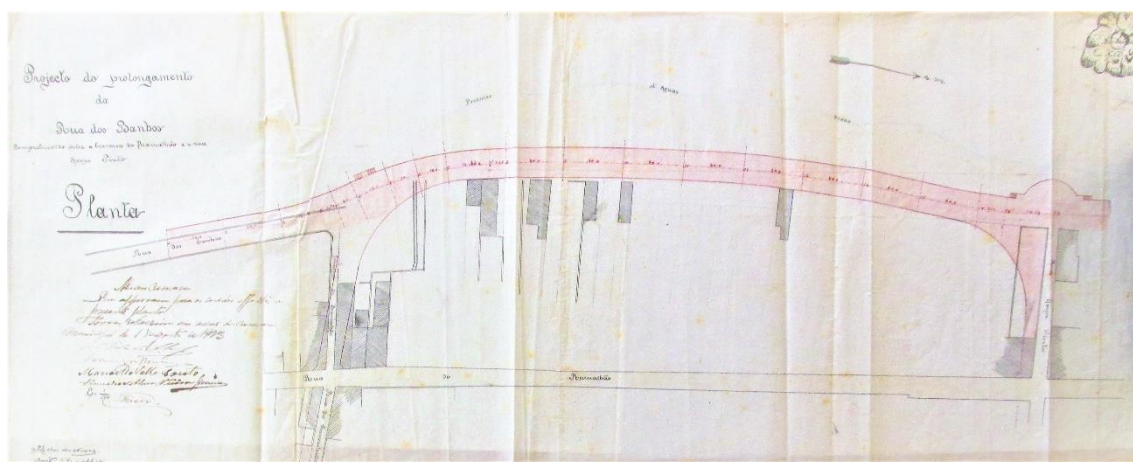


Ilustração 67 – Reprodução digital do projeto para o prolongamento da Rua dos Banhos em direção a norte, AMPV, [1893]. A imagem apresenta uma proposta para ampliação do arruamento.

Quanto à via em si, parece-nos a mesma mais estreita do que a apresentada em 1891, sendo o seu percurso igualmente irregular, fazendo-se curvilinearmente entre a Travessa do Ramalhão e a Rua de Serpa Pinto. Esta hipótese permitiria a conservação das edificações pré-existentes, não havendo a necessidade de as demolir<sup>268</sup> (ilustração 67). Porventura, não terá sido esta solução do agrado do executivo, justificando-se, assim, a existência de um outro plano, aprovado em 17 de agosto de 1893.

Assim, e logo após ter sido a mencionada proposta analisada, uma outra já se

<sup>267</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Planta para o alargamento da travessa do Ramalhão] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1893]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/11(03).

<sup>268</sup> NEVES, José Lopes das – [Projecto do prolongamento da Rua dos Banhos compreendido entre a travessa do Ramalhão e a rua Serpa Pinto] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1893]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/08(02).

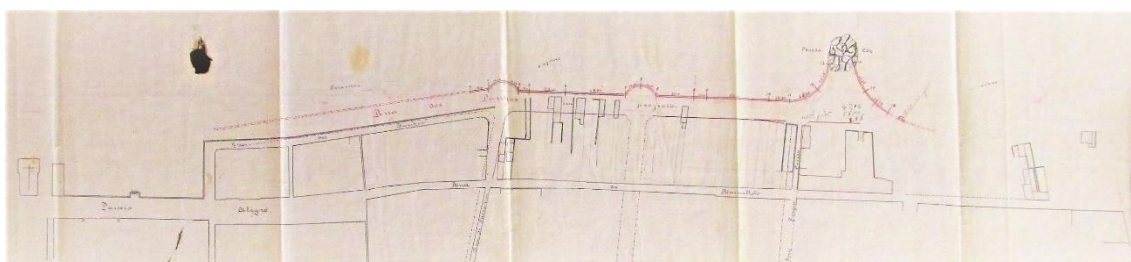
encontrava sobre a mesa das reuniões camarárias. O plano, intitulado «Projecto do prolongamento da rua dos Banhos», não se refere somente à Rua dos Banhos, sendo também representadas as Ruas do Carvalhido e de Serpa Pinto, bem como uma outra que não chegara a ser rasgada<sup>269</sup>, desembocando as três na Rua dos Banhos. Em relação à Rua do Carvalhido, é possível verificar a reduzida largura da via, prevendo-se a expansão da mesma, tal como atrás referimos. Quanto à Rua de Serpa Pinto, esta ainda não se encontrava concluída, apesar de o projeto original datar de 1876, como também já vimos, encontrando-se, por isso, o seu contorno somente esboçado. Relativamente à Rua dos Banhos, que na época não passava de uma curta e estreita artéria, previa o autor do projeto o seu redimensionamento, sendo-lhe adicionados sensivelmente mais dois terços da largura original, que seriam subtraídos ao areal da Praia dos Banhos. Também a extensão da rua foi revista, prevendo-se o seu prolongamento em direção a norte, findando um pouco além da futura Rua de Serpa Pinto. Sobre a face poente da rua seriam construídos miradouros semicirculares, ficando os mesmos alinhados com os percursos das artérias perpendiculares à mesma. Excetuava-se esta solução para o espaço fronteiro à Rua de Serpa Pinto, optando o projetista por reutilizar o «penedo do Coim», um afloramento rochoso localizado a norte daquela rua que se dividia entre o mar e o areal, concedendo-lhe, assim, a função de miradouro natural. Esta proposta, como a de 1891, e ao contrário da anteriormente analisada, propunha a demolição das edificações localizadas entre a Travessa do Ramalhão e a Rua de Serpa Pinto. Embora os três planos não se diferenciem muito uns dos outros, este sugeria o avanço das propriedades situadas entre o Passeio Alegre e a Travessa do Ramalhão à face do novo traçado<sup>270</sup> (ilustração 68). Poderá esta hipótese não ter sido de todo ingénua, obrigando, assim, os proprietários daquele lanço da rua a reconstruir as suas edificações, concedendo à artéria maior modernidade.

---

<sup>269</sup> Quando nos referimos às intervenções a realizar na malha urbana da vila, relativamente ao ano de 1876, mencionamos o facto de serem rasgadas duas ruas entre a estrada da Póvoa a Esposende e o litoral, a par do prolongamento da Rua do Carvalhido. Contudo, das três artérias em questão só duas foram intervencionadas, não chegando a concretizar-se a abertura de uma rua paralela à Rua do Carvalhido pelo sul e à Rua de Serpa Pinto pelo norte. Na projeção da Rua dos Banhos datada de 1893, era ainda prevista a abertura da citada rua, tendo sido, mais tarde, a proposta esquecida.

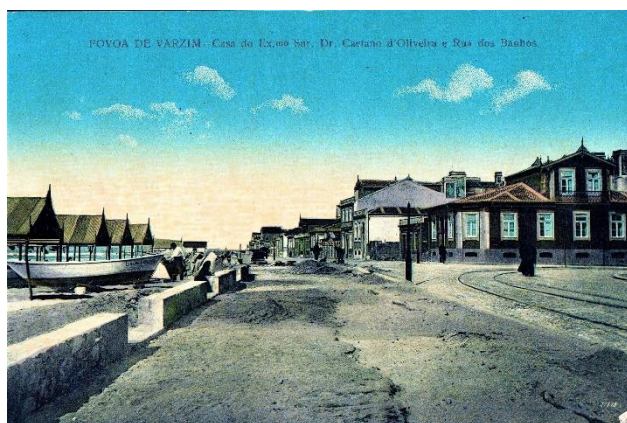
<sup>270</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Projecto do prolongamento da rua dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1893]. 2 plantas. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(03).



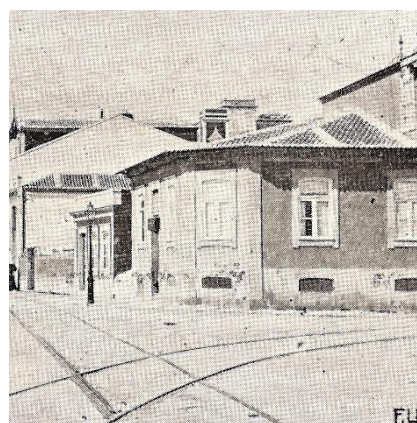


*Ilustração 68 – Reprodução digital do projeto para o alargamento e para o prolongamento da Rua dos Banhos, AMPV, [1893]. A imagem apresenta a marginal atlântica, compreendida pelo Passeio Alegre (à esquerda) e pela Rua dos Banhos.*

Permitiu-nos esta conclusão deslindar uma questão. Porque razão a casa do Dr. Caetano de Oliveira (casa que deu título e estampa a um bilhete-postal ilustrado (ilustração 69)) se encontrava desalinhada relativamente aos restantes edifícios da Rua dos Banhos (ilustração 70). Talvez incida a resposta no facto de a mesma ter sido erigida pouco tempo antes de se executar este último projeto, optando o seu proprietário por não a reconstruir, uma vez que deverá ter sido elevado o investimento, ou não transparecesse a edificação um certo cuidado arquitetónico<sup>271</sup>.



*Ilustração 69 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado do topo sul da Rua dos Banhos, MMEHPV, início do século XX. Na imagem é visível a residência do Dr. Caetano Marques de Oliveira, situada no cunhal do Passeio Alegre e da Rua dos Banhos.*



*Ilustração 70 – Reprodução digital de fotografia da Rua dos Banhos, «Povoa de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal», [1907].*

Já no último mês de 1893, a edilidade debateu o aformoseamento do Passeio Alegre, certamente com o intuito de surpreender os forasteiros na quadra balnear de 1894. A estratégia para a reconfiguração do espaço passava pelo deslocamento dos varais dos

<sup>271</sup> [LEITÃO, Joaquim] – *Povoa de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal*. Porto: Francisco Coimbra & C.<sup>a</sup>, [1907], p. 40.

pescadores, reservando-se funções recreativas para aquela área. Esta ideia pretendia em primeiro lugar não defraudar os frequentadores da vila, conforme sugere um dos argumentos enunciados na reunião camarária de 11 de dezembro pelo presidente de então: «proporcionar aos banhistas, que concorrem a esta praia a maior somma de commodidades e de recreio», mas também, dar resposta à crescente rivalidade de outras estâncias balneares que começavam então a ganhar protagonismo «e que por todos os modos procuram introduzir-lhe os melhoramentos que a civilização, e o progresso reclamam». Deste modo, o executivo municipal ponderou uma solução que beneficiasse os forasteiros, mas que não prejudicasse os pescadores, optando, assim, por dividir o extenso areal fronteiro ao Passeio Alegre, ficando uma parte do «terreno [...] para logradouro dos pescadores, e secça de redes, mantendo-se-lhe o espaço que então tinham e teem para isso, e que o terreno actualmente occupado com varaes fosse destinado a uma alameda ou jardim publico»<sup>272</sup>.

Por fim, e depois de debatidos os temas mais prementes para o município, o foco de uma das últimas sessões camarárias de 1893 foi direccionado, mais uma vez, para a construção de uma avenida entre o Largo das Dores e o Passeio Alegre. Foi propugnador da obra o vice-presidente, que na reunião de 18 de dezembro aludiu «a necessidade e a urgencia da abertura da avenida, não só para satisfazer as reclamações da opinião publica como tambem para oppor um dique á concorrência das praias visinhas, para onde todos os annos muitas das famílias, que costumavam frequentar esta praia, se retiravam por não encontrarem nesta as commodidades que aquellas lhes offereciam». Contudo, o presidente opôs-se ao desenvolvimento do plano, alegando que com a prossecução desta obra muitas outras, mais necessárias e urgentes, ficariam por executar<sup>273</sup>.

Através da leitura das atas camarárias de 1894, constatamos, mais uma vez, que a principal prioridade da municipalidade era a reconfiguração da área litoral.

Logo, numa das primeiras sessões daquele ano foi retomado o debate da abertura

---

<sup>272</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0037. Sessão de 11 de dezembro de 1893, f. 139 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 174.

<sup>273</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0037. Sessão de 18 de dezembro de 1893, f. 142 e f. 142 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 114.



de uma avenida que ligasse o Largo das Dores com o Passeio Alegre, sendo o presidente de então contra a obra, pois entendia serem os gastos com as expropriações «exorbitantes; contudo que isso era um facto d'apreciação da camara e que desde que esta se decidisse a aceitar-as estava no seu direito»<sup>274</sup>.

Cerca de um mês mais tarde, também a Rua dos Banhos foi mencionada em duas reuniões camarárias. Na primeira, ocorrida em 12 de março, a edilidade procedeu ao agendamento da arrematação das obras do prolongamento em direção a norte, de modo a construir-se o «segundo troço ou lanço [...] na parte compreendida entre os perfis oito a onze»<sup>275</sup>; e na segunda, datada de 28 de março, o executivo aprovou a execução dos dois lanços seguintes, «entre os perfis onze a treze e quatorze a dezasseis do projecto geral»<sup>276</sup>. Se para norte a Rua dos Banhos ia sendo prolongada, para sul o processo terá sido mais demorado, pois apenas em abril foi a obra aprovada pelas entidades superiores, mas com a contrapartida de o «terreno a ocupar com a mesma rua, ser cedida por este município uma area de terreno igual, para estendal das redes dos pescadores»<sup>277</sup>.

Apesar de existir um projeto referente à ampliação da Rua dos Banhos datado de 1893, verificamos haver um outro, concluído em 13 de novembro de 1894. Todavia, o novo documento, aprovado pela Câmara em 17 de dezembro de 1894 e pela Comissão Distrital em 17 de janeiro do ano seguinte, não seria mais do que uma cópia atualizada do anterior<sup>278</sup>. Este, através das suas notas, revela o que na época já se encontrava concretizado e o que ainda era necessário construir, apresentando-se a «traço preto [...] a parte já construída», a «traço vermelho [...] a parte que se deseja contruir», a «traço verde

---

<sup>274</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0037. Sessão de 5 de fevereiro de 1894, f. 152. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 114.

<sup>275</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 12 de março de 1894, f. 9. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>276</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 28 de março de 1894, f. 11. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>277</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 9 de abril de 1894, f. 11 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>278</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta Rua dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1894. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(07).

[...] a parte projectada que se prolonga até Averomar» e a tracejado as «casas [...] que se pretendem expropriar». Assim, em 1894, o troço entre o Passeio Alegre e a Rua do Carvalhido permanecia inalterado, prevendo-se as seguintes modificações: o lado nascente, definido pelas edificações lá erigidas, seria retilineamente alinhado, construindo-se no lado oposto uma estrutura que separaria a via pública do areal. Já o troço delimitado pelas Ruas do Carvalhido e de Serpa Pinto, encontrava-se em parte definido, isto é, o muro que dividia a Rua dos Banhos da praia já estava edificado, contudo, o casario existente ainda não havia sido demolido. Para o troço mais setentrional da Rua dos Banhos era previsto a sua continuação até Aver-o-Mar. Curiosa é a representação de uma figura elítica a jusante do percurso da artéria, sendo esta, talvez, a primeira projecção do Velódromo Municipal da Póvoa de Varzim, que no início da segunda década de 1900 foi inaugurado naquele local<sup>279</sup>. Por fim, aludimos à transformação do troço meridional da Rua dos Banhos, que de acordo com uma das notas, seria a obra concretizada «em seguida á que se pretende construir prontamente». A intervenção previa essencialmente o prolongamento do muro de separação entre os areais fronteiros ao Passeio Alegre e a via pública, conferindo a toda a alameda marginal uma relativa coerência visual<sup>280</sup> (ilustração 71).

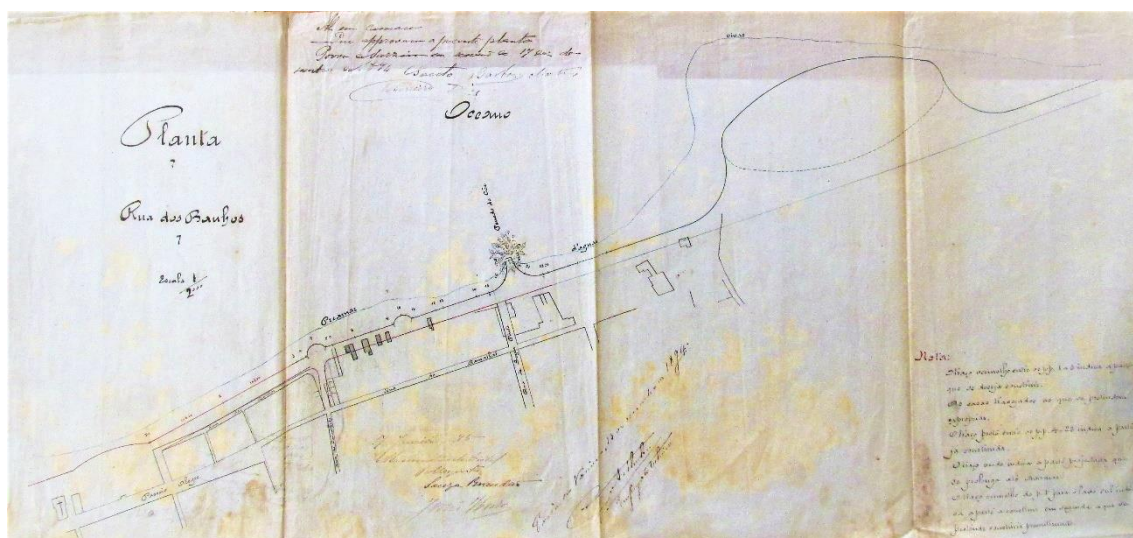


Ilustração 71 – Reprodução digital do projeto para a ampliação da Rua dos Banhos, AMPV, 1894.

<sup>279</sup> Concurso Híppico. «Estrella Povoense». Ano XXXIV, nº 2028 (28 ago. 1910), p. 2.

<sup>280</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta Rua dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1894. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(07).

Recuando um pouco até ao primeiro semestre de 1894, entre os meses de abril e de julho, destacamos a atenção dada a três ruas próximas da costa, planeando, o executivo municipal, a requalificação das mesmas. Estes arruamentos possuíam um denominador comum – existiam desde pelo menos o século XVIII – e por isso mesmo, devido à vetustez, encontravam-se, em finais de oitocentos, desenquadrados às necessidades de então. Deste modo, a Câmara providenciou o alargamento das três artérias. Em abril de 1894, o presidente notou serem infrutíferos «todos os meios amigáveis para prosseguir com o alargamento da rua da Junqueira<sup>281</sup>», sendo o governo municipal obrigado a recorrer aos «meios judiciais para coagir os proprietários que se oppunham a’quelle alargamento»<sup>282</sup> (ilustração 72). Dois meses mais tarde, a vereação reuniu com o objetivo de analisar as expropriações necessárias para o alargamento<sup>283</sup> e prolongamento<sup>284</sup> da Rua do Norte ou da Alegria<sup>285</sup> (ilustração 73), visto ser um dos locais «mais concorridos na epocha balnear»<sup>286</sup>. Por último, em julho de 1894, e «depois de convenientemente examinado e discutido», foi o «projecto para o alargamento e regularização da rua da Senra»<sup>287</sup> (ilustração 74) aprovado<sup>288</sup>. Relativamente à requalificação das Ruas da Junqueira e do Norte ou da Alegria, as obras terão sido de tal modo importantes para a

---

<sup>281</sup> NEVES, José Lopes das – [Planta da rua da Junqueira Projecto de alargamento e rectificação] [Material cartográfico]. Escala [1:250]. 1894. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(03).

<sup>282</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 23 de abril de 1894, f. 15 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 20.

<sup>283</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Planta mostrando o prolongamento e ampliação da rua do Norte e o projecto de uma nova rua] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. [1894]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(04).

<sup>284</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Projecto do prolongamento da rua do Norte e d’uma rua que ligue a Estrada Districtal nº 7 com a rua do Ramalhão e a praia entre o penedo do Cõe e a Gavivoteira] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1894]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(05).

<sup>285</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 4 de junho de 1894, f. 23 e f. 23 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 133.

<sup>286</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/11(06).

<sup>287</sup> NEVES, José Lopes das – [Projecto do alargamento e regularização da rua da Senra da Villa da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. 1894. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/12(16).

<sup>288</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 23 de julho de 1894, f. 35 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 236.

Póvoa, que na reunião de 13 de janeiro de 1896, os responsáveis municipais atribuíram um voto de louvor à vereação transata pelo «embelezamento desta praia», para o qual contribuíram o «alargamento da rua da Junqueira e parte da rua do Norte, a construção da avenida dos Banhos, na parte compreendida entre a Travessa do Passeio Alegre e a rua do Carvalho»<sup>289</sup>.

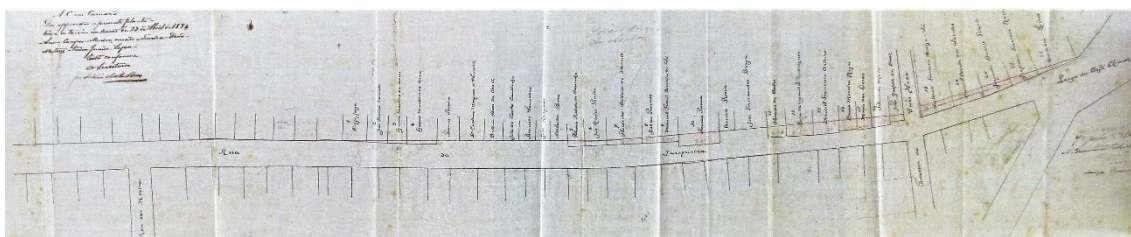


Ilustração 72 – Reprodução digital do projeto para o alinhamento da face sul da Rua da Junqueira, AMPV, 1894.

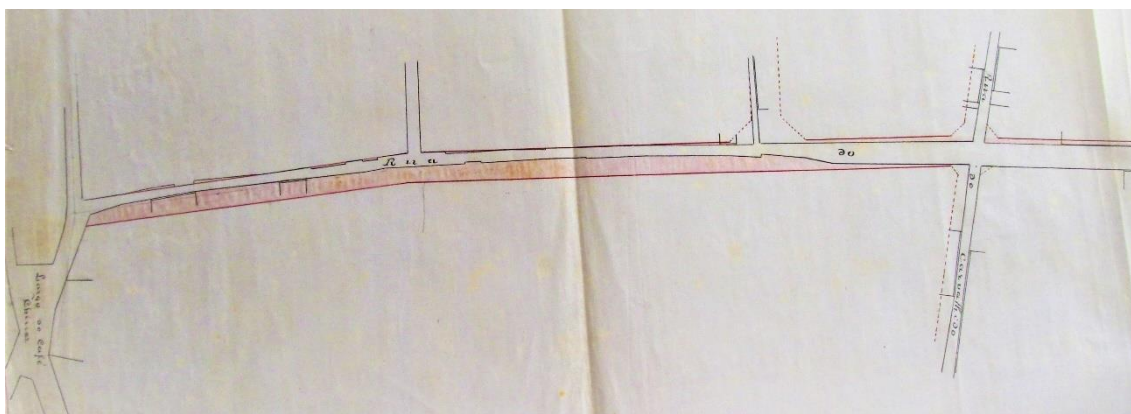


Ilustração 73 – Reprodução digital do projeto para o alargamento da Rua da Alegria ou do Norte, AMPV, [1894].

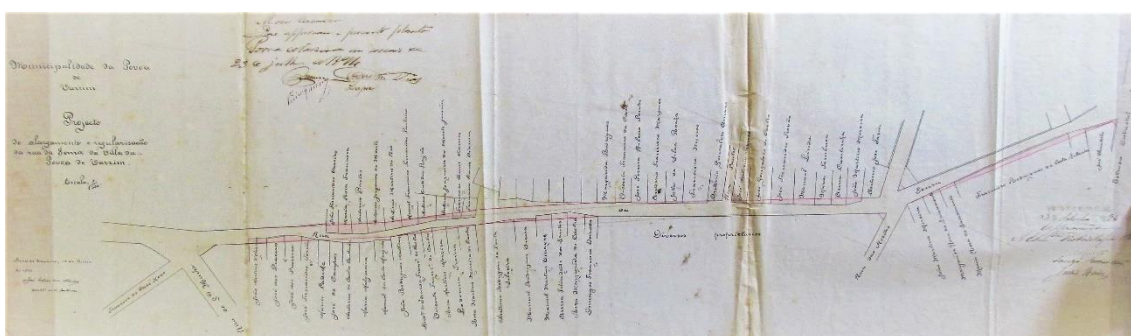


Ilustração 74 – Reprodução digital do projeto para a regularização e para o alargamento da Rua da Senra, AMPV, 1894.

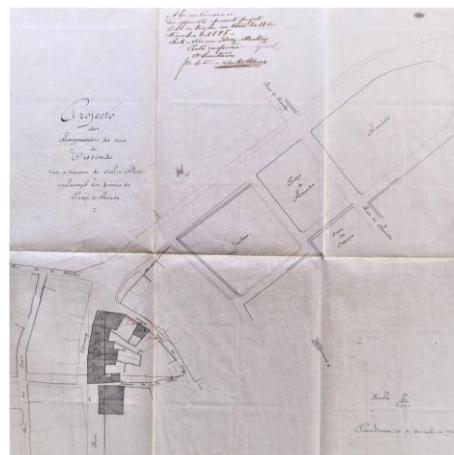
<sup>289</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 13 de janeiro de 1896, f. 96 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 21.



Um ano após terem sido postos em arrematação os lanços da Rua dos Banhos, anunciava-se, na reunião camarária de 25 de fevereiro de 1895, o parecer favorável concedido pelas instâncias superiores ao «projecto de alargamento da rua dos Banhos e respectivos muros de suporte»<sup>290</sup>, ocupando a transformação deste artéria uma grande parte dos debates camarários ao longo da última década de oitocentos.

Já em finais de 1895, as atenções da autarquia voltaram-se para a Praça do Almada, bem como para algumas ruas a nascente desta, conforme revela o «Projecto dos alargamentos da rua do Visconde, rua e travessa de Carlos Alberto e regularização dos passeios da Praça do Almada», datado de 11 de novembro<sup>291</sup> (ilustração 75). Comparando o documento com um outro de 1893<sup>292</sup> (ilustração 76), verificamos que no espaço de dois anos a aparência da Praça do Almada se alterara significativamente. Esta reconfiguração em muito se deveu à deslocalização do mercado para a Praça do Marquês de Pombal, como vimos atrás, o que permitiu a demolição da antiga estrutura, dando, assim, lugar a uma alameda. A partir de então, prestava-se o local, somente, a funções recreativas, recebendo a alameda um coreto, em 1905<sup>293</sup>.

Alguns bilhetes-postais ilustrados da época exibem diversas perspetivas do espaço, constatando-se a



*Ilustração 75 – Reprodução digital do projeto para a requalificação dos passeios da Praça do Almada, AMPV, 1895.*



*Ilustração 76 – Reprodução digital do projeto para a requalificação da parte poente da Pç. do Almada, AMPV, [1893].*

<sup>290</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 25 de fevereiro de 1895, f. 65. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>291</sup> [CRUZ, Gonçalo Artur] – [Projecto dos alargamentos da rua do Visconde rua e travessa de Carlos Alberto e regularização dos passeios da Praça do Almada] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1895. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/13(19).

<sup>292</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Planta indicando a posição a dar aos passeios projectados em volta do mercado] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1893]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(17).

<sup>293</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 168.

existência de um diversificado conjunto arbóreo nos dois extremos da praça. Todavia, a área a montante dos Paços do Concelho seria, certamente, mais apelativa para aqueles que lá passeavam, pois para além de diversos percursos pelos quais poderiam fruir, existia ainda um lago no centro do jardim.

Logo no início de 1896, a Câmara Municipal pôs em execução um dos mais debatidos e polémicos projetos urbanísticos que as vereações transatas se haviam recusado a concretizar – o da Avenida de Mouzinho de Albuquerque. O ressurgimento do plano ocorreu na sessão camarária de 3 de fevereiro de 1896, quando o presidente Caetano Marques de Oliveira anunciou «que sendo de urgente necessidade a abertura d’uma larga rua ou avenida entre o Passeio Alegre e o Largo das Dores [...] mandara levantar a planta e organizar o orçamento [...], servindo-se para isso dos estudos anteriormente feitos»<sup>294</sup>. O referido projeto, com data de 21 de janeiro de 1896, apresenta um longo arruamento, com cerca de 750 metros, cujo percurso trespassaria uma série de terrenos maioritariamente rústicos, mas também algumas edificações, estando todas as propriedades numeradas, bem como identificados os respetivos proprietários<sup>295</sup>. Naquela reunião, o presidente enumerou ainda alguns argumentos persuasórios, de entre os quais destacamos os mais esclarecedores: o primeiro, já mencionado em 1891, aquando da proposta da abertura desta artéria, dizia respeito às vantagens financeiras da obra, pois «alguns proprietarios cediam gratuitamente dos seus terrenos para a abertura desta rua»; o segundo previa «descentralizar a população existente nas antigas, estreitas e desalinhas ruas desta villa»; e o terceiro relacionava-se com as «condições locais», isto é, com o facto de a Póvoa de Varzim ser uma das mais importantes estâncias balneares do Norte de Portugal, sendo necessário «dotar esta villa com uma rua modelo», de modo a «acompanhar o progresso das praias visinhas para manter a prioridade e excellencia da sua praia», proporcionando aos «banhistas terrenos apropriados para modernas edificações».

---

<sup>294</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 3 de fevereiro de 1896, f. 99 e 99 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, pp. 114 e 115.

<sup>295</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de uma avenida que ligue o Passeio Alegre ao largo das Dôres, Extensão 750,00 m] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(12).

Os argumentos terão sido certamente convincentes, pois foram o projeto e o orçamento aprovados por unanimidade<sup>296</sup>. Porém, cerca de dois meses mais tarde, a obra conheceu o primeiro entrave – alguns proprietários dos terrenos a expropriar não aceitavam as condições impostas pelo executivo, optando o mesmo por agir judicialmente contra os oponentes<sup>297</sup>. Já em finais daquele ano, na reunião de 16 de novembro, a vereação aprimorou o projeto, corrigindo-lhe o alinhamento e a largura da via, passando esta a contabilizar 22 metros em vez dos 20 metros previstos inicialmente (ilustração 77). Esta última alteração surgiu como resposta à imposição da Comissão Distrital, que, em 13 de março de 1896, autorizou a prossecução da obra<sup>298</sup>.



*Ilustração 77 – Reprodução digital do projeto para a construção da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, AMPV, [1896]. A imagem apresenta o futuro arruamento, situado entre o Passeio Alegre (à esquerda) e o Largo das Dores (à direita).*

Com o futuro da Avenida de Mouzinho de Albuquerque traçado, a edilidade dedicou-se então à área urbana onde a alameda findaria a poente e que na época não seria mais do que um amplo areal desprovido de qualidades estéticas. Deste modo, a autarquia empreendeu um plano para aformosear a linha costeira entre o Passeio Alegre e a Rua dos Banhos, onde a futura avenida desembocasse triunfantemente. Assim, em 13 de novembro de 1896, ficava concluída a «Planta do prolongamento da rua dos Banhos até o molhe norte», sendo aprovada pela Câmara Municipal em 11 de maio, e pela Comissão Distrital em 26 de junho daquele ano. Embora o título do plano se refira somente à Rua

---

<sup>296</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 3 de fevereiro de 1896, f. 99 e 99 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, pp. 114 e 115.

<sup>297</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0039. Sessão de 6 de abril de 1896, f. 107 v. e f. 108. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 115.

<sup>298</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 16 de novembro de 1896, f. 137 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 115.



dos Banhos, este previa a transformação de dois espaços distintos – a construção do troço sul da Rua dos Banhos, e a reconfiguração do Passeio Alegre. Quanto às obras na Rua dos Banhos, ficaria o seu troço definido a nascente pela nova alameda do Passeio Alegre, e a poente pela estrutura que dividiria aquela via do areal. Tanto o topo norte, como o sul ficariam demarcados por dois miradouros semicirculares, o setentrional, enquadrado com o eixo da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, que lhe ficava perpendicular, e o meridional, contíguo ao molhe norte. No que diz respeito ao amplo terreiro do Passeio Alegre, seria então construída uma grande praça retangular, dominada por um jardim. O reconvertido Passeio Alegre ficaria, assim, definido a nascente pelo casario pré-existente, a poente pela prolongada Rua dos Banhos, a norte pela nova avenida, e a sul pelo Paredão. A proposta previa ainda a demolição de duas simbólicas construções – a Capela de S. José e a Escola Camões – erigidas na parte sul daquele logradouro<sup>299</sup> (ilustração 78).

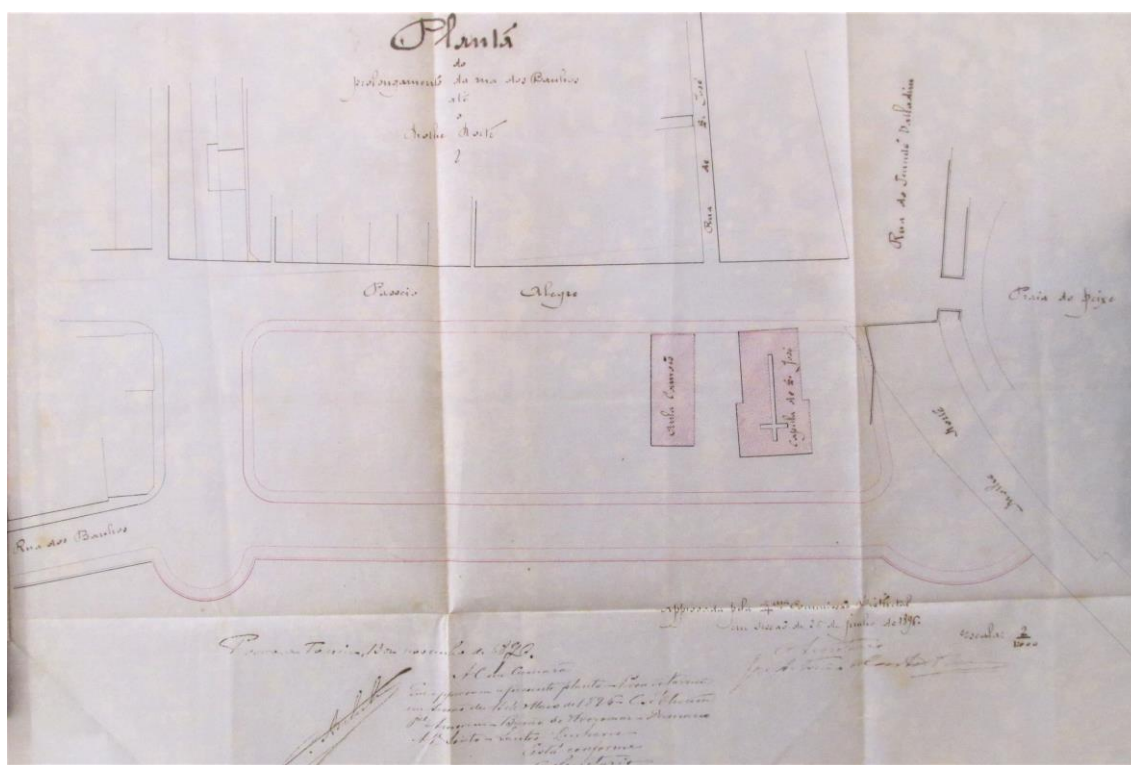
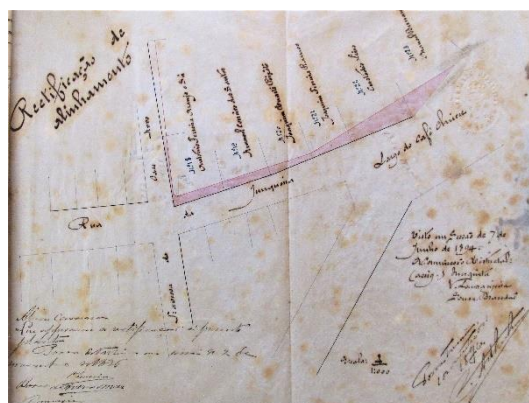


Ilustração 78 – Reprodução digital do projeto para o prolongamento da Rua dos Banhos a sul, AMPV, 1896. A imagem apresenta as alterações previstas para os areais da antiga Areosa.

<sup>299</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta do prolongamento da rua dos Banhos até o molhe norte] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(09).

Também em 1896, deliberou a edilidade, na sessão de 2 de novembro, a «Rectificação de alinhamento» pertencente à face sul do topo poente da Rua da Junqueira, obra que já havia sido autorizada pela Comissão Distrital em 7 de junho de 1894. O novo projeto não só beneficiaria a Rua da Junqueira, mas também o Largo do Café Chinês, prevendo-se a expropriação de algumas propriedades da face sul, o que lhe favoreceria o perímetro<sup>300</sup> (ilustração 79).



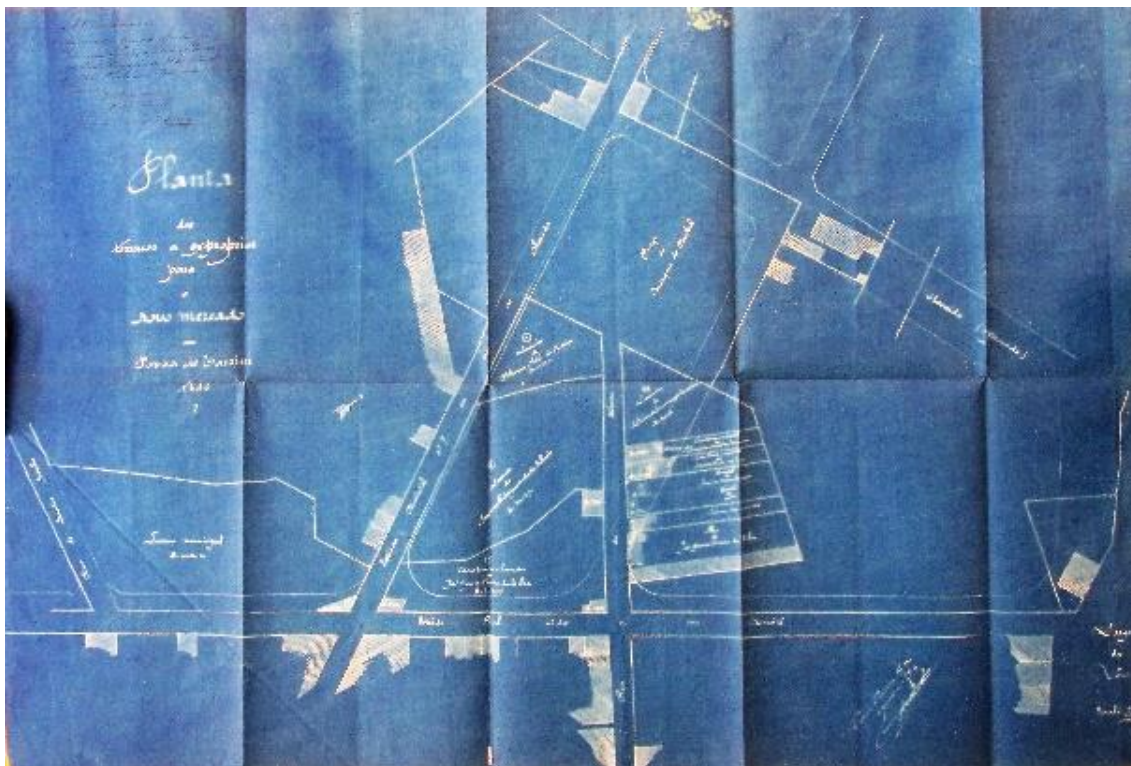
*Ilustração 79 – Reprodução digital do projeto para o alargamento do troço poente da Rua da Junqueira e do lado sul do Largo do Café Chinês, AMPV, 1896.*

Já em finais de 1896, a Câmara procurava dar resposta às «necessidades [...] futuras desta populosa villa», avaliando a construção de um novo mercado público. Depois de ponderadas diversas hipóteses, o executivo elegeu um local «limitado por duas estradas importantes e ligado à Praça do Marquez do Pombal». Assim, a acessibilidade terá sido uma das premissas para a escolha do lugar, tal «como convinha a estabelecimentos desta ordem», mas também pelo facto de «se prestar o local a novas construções». Em 21 de setembro de 1896 foram o orçamento e a «Planta dos terrenos a expropriar para o novo mercado» aprovados por unanimidade «face á urgencia da construcção do referido mercado»<sup>301</sup>. De acordo com a planificação, o novo equipamento seria construído entre a Estrada Real nº 30 ou Rua Direita, a sul, e a Estrada Distrital nº 7 ou Rua do Almada, a poente, ficando contíguo à Praça do Marquês de Pombal pelo norte. Já pelo sul, seria necessário deslocar parte do percurso da Rua da Silveira para nascente, garantindo-se uma área de implantação relativamente regular<sup>302</sup> (ilustração 80).

<sup>300</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Rectificação de alinhamento] [Material cartográfico]. Escala [4:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(06).

<sup>301</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais. CMPV-POM/04(24).

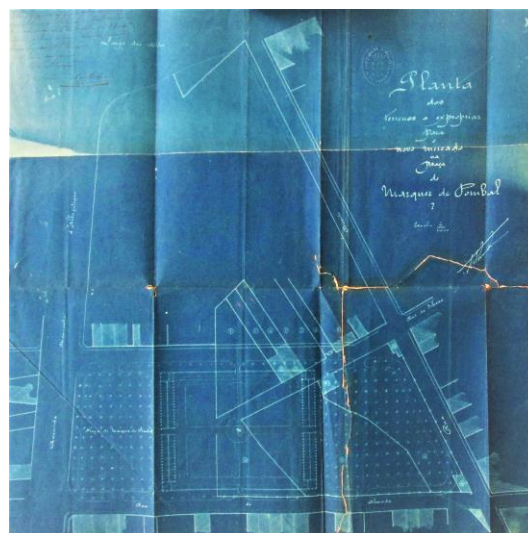
<sup>302</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta dos terrenos a expropriar para o novo mercado] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(24).



*Ilustração 80 – Reprodução digital do projeto para a ampliação da Praça do Marquês de Pombal, AMPV, [1896]. A imagem apresenta a futura praça entre duas importantes estradas – a estrada da Póvoa a Esposende, a poente, e a estrada do Porto a Valença, a sul.*

### **1.7. Entre as décadas de 1900 e de 1930 – o aprimorar da vila**

Contrariando o panorama presenciado nas décadas passadas, no início do século XX, os planos municipais para a malha urbana litorânea demonstraram-se reduzidos. Contudo, logo no arranque da centúria, o executivo empenhava-se na construção de um mercado na Praça do Marquês de Pombal. Embora ficasse a concretização da obra estabelecida em 1896, conforme vimos atrás, cerca de quatro anos mais tarde, o plano ainda não tinha avançado, procurando a vereação de então levar à vante a edificação daquele



*Ilustração 81 – Reprodução digital do projeto para a construção de um mercado na Praça do Marquês de Pombal. AMPV, [1900].*



importante equipamento. Assim, nessa data, foi executado um novo projeto denominado «Planta dos terrenos a expropriar para o novo mercado na Praça do Marquez de Pombal». Segundo a planificação, constatamos que o futuro mercado situar-se-ia na parte central da praça, adquirindo uma configuração retangular (ilustração 81). Embora o equipamento dominasse uma extensa área da praça, quer o extremo sul (ilustração 82), quer o extremo norte (ilustração 83), não receberiam qualquer volume, optando a edilidade pela arborização dos espaços<sup>303</sup>.



*Ilustração 82 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado do Mercado David Alves, BMRP, início do século XX. A imagem apresenta uma perspectiva do topo sul da Praça do Marquês de Pombal, onde é visível o edifício do mercado.*



*Ilustração 83 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado da Praça do Marquês de Pombal, col. João C. Fontes, primeiras décadas do século XX. A imagem apresenta uma perspectiva a partir do topo norte da praça, onde é visível o jardim.*

Cerca de um ano depois, ficava concluída a «Planta da Póvoa de Varzim» (ilustração 84). Embora não propusesse nenhuma alteração para a vila, esta planificação apresenta uma grande parte do território urbano da Póvoa, bem como alguns dos seus arrabaldes, sendo imprescindível para a compreensão do desenvolvimento urbano do aglomerado<sup>304</sup>.



*Ilustração 84 – Reprodução digital da «Planta da Póvoa de Varzim», arq. Gonçalo Artur Cruz, MMEHPV, 1901.*

<sup>303</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta dos terrenos a expropriar para o novo mercado na Praça do Marquez de Pombal] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. [1900]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/04(25).

<sup>304</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

Alguns anos mais tarde, a Avenida de Mouzinho de Albuquerque voltava a dominar os debates camarários, dado que, em 1903, o seu topo poente ainda não se encontrava concluído. Assim, em 3 de fevereiro, o arquiteto municipal concluía a «Planta da extremidade “poente” da Avenida Mousinho d'Albuquerque», configurando-se como um detalhe do projeto original<sup>305</sup>. Esta planificação foi concebida com o intuito de se finalizar aquela extremidade da avenida, que à data ainda não alcançara o Passeio Alegre por alguns dos proprietários da antiga Travessa do Norte se recusarem a aceitar as expropriações, ficando a questão resolvida somente em 1906<sup>306</sup>.

Poucos anos depois, a Câmara Municipal dava prosseguimento ao seu programa de melhoramentos, promovendo agora o alinhamento da Rua da Ribeira. Assim, em 1907, o arquiteto Gonçalo Artur Cruz executou o «Projecto d'alargamento da rua da Ribeira» (outrora Rua da Ponte). O plano previa a regularização da artéria, dado que ambas as faces se encontravam deformadas, produzindo o bordo nascente uma ligeira concavidade, sucedendo o inverso com as edificações do bordo poente<sup>307</sup> (ilustração 85).

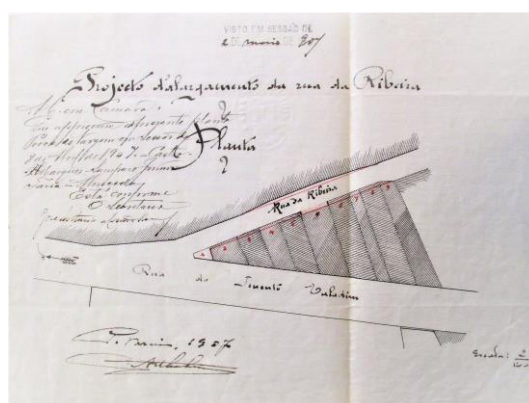


Ilustração 85 – Reprodução digital do projeto para alinhamento da R. da Ribeira, AMPV, 1907.

Se na primeira década da centúria passada, os projetos de reconfiguração urbana da Póvoa de Varzim são relativamente escassos, a partir de 1910, constatamos o empenho das sucessivas câmaras para apresentar diversas soluções de modernização da vila. Para o período em questão, e somente para a área urbana em análise, foram contabilizados mais de trinta projetos.

Logo no início do decénio, verificamos existirem cinco planos, representando um a Rua do Conselheiro Abel de Andrade, outrora Rua Formosa, enquanto os restantes quatro

<sup>305</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da extremidade «poente» da Avenida Mousinho d'Albuquerque] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1903. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(21).

<sup>306</sup> BARBOSA, Viriato – *A Póvoa de Varzim*. Porto: [s. n.], 1937, pp. 258-259.

<sup>307</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto d'alargamento da rua da Ribeira] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1907. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/13(23).

apresentam a abertura de arruamentos<sup>308</sup>. Embora os projetos que representam novas ruas tenham obtido aprovação camarária em 1911, nenhum chegou a ser de facto concretizado. Situação inversa ocorreu com o projeto para o alargamento da Rua do Conselheiro Abel de Andrade, apesar de, somente em 1918, ter sido aprovado pelo executivo municipal<sup>309</sup>.

Em 1913, a Câmara encontrava-se uma vez mais focada na reconfiguração da marginal atlântica da Póvoa de Varzim, pois datam desse ano dois projetos para a zona em questão, e que, embora distintos, articulam-se de certo modo. As planificações exibem o alargamento de parte da Rua dos Banhos e a construção de um novo arruamento a sul do anterior, fazendo-se, assim, o seu prolongamento. No projeto da Rua dos Banhos, verificamos que a intervenção se faria apenas no seu troço intermédio, entre as Ruas do Carvalhido e de Serpa Pinto<sup>310</sup>. Quanto ao plano que previa a construção de uma via marginal a sul da Rua dos Banhos, circunscreveria esta a Praia da Ribeira, que até então nunca fora alvo de uma intervenção urbanística<sup>311</sup>.

---

<sup>308</sup> No que diz respeito às quatro ruas projetadas, a primeira situar-se-ia entre a Rua do Carvalhido e a Avenida de Mouzinho de Albuquerque, encaminhando-se em linha reta até à Rua de S. Carlos. Segundo o projeto, também este arruamento seria intervencionado, tornando-se o seu topo sul, que infletia para poente, perfeitamente alinhado com a restante rua, bem como com a projetada, o que permitiria a fusão de ambas na confluência da Rua do Carvalhido, que ficar-lhes-ia perpendicular (CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de rua entre a Avenida Mousinho d’Albuquerque e a rua do Carvalhido] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1911. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/11(23)). A segunda rua seguiria a direção nascente-poente, localizando-se entre as Ruas do Norte e dos Banhos. Este arruamento seria construído sobre a antiga Viela dos Abraços, reaproveitando-se, assim, o seu percurso (CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de rua entre a rua do Norte e a dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1911. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(19)). O terceiro dos quatro projetos representa a abertura de uma pequena artéria que ligaria a Rua da Senra com a Avenida de Mouzinho de Albuquerque (CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de rua entre a da Senra e a Avenida Mousinho d’Albuquerque] [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. 1911. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(25)). Finalmente, o último projeto previa a construção de uma rua entre a Praça do Marquês de Pombal e a Rua das Lavadeiras. O plano revela também a reconfiguração do passeio fronteiro à entrada norte do Mercado David Alves, de modo a enquadrar-se com o novo arruamento que lhe ficaria perpendicular (CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de rua entre a praça do Marquez de Pombal e a do Almada] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1911. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/01(20)).

<sup>309</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto para continuação do alargamento da rua do Cons. Abel d’Andrade] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1911. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/20(17).

<sup>310</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto d’alargamento da rua dos Banhos (entre a rotunda «Carvalhido» e o penêdo do «Cõe»)] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1913. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(21).

<sup>311</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de rua á beira-mar] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1913. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/10(08).

Avançando novamente dois anos, em 1915, a Câmara Municipal preocupava-se com a aparência das propriedades fronteiras às ruas mais frequentadas pelos banhistas. Este facto torna-se evidente, pois o governo municipal decidiu notificar alguns proprietários da Rua do Almirante Reis, onde se encontrava a estação do caminho-de-ferro, com a finalidade de os alertar para a aparência das suas propriedades<sup>312</sup> (ilustração 86). Esta artéria era, portanto, o local de receção da maioria dos forasteiros chegados à Póvoa, motivo pelo qual a autarquia entendeu tornar esteticamente mais apelativo o seu conjunto edificado.

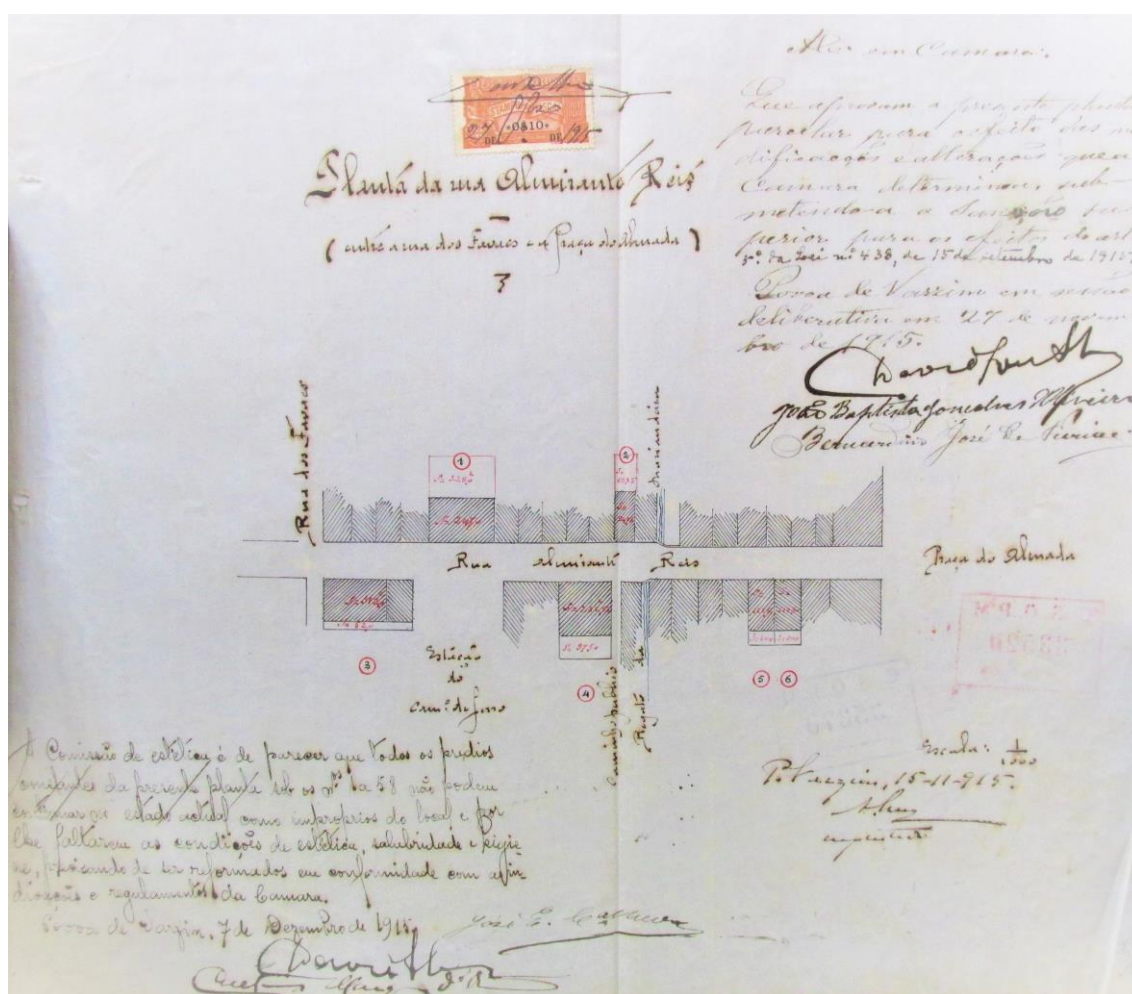


Ilustração 86 – Reprodução digital da planta da Rua do Almirante Reis, AMPV, 1915.

<sup>312</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da rua Almirante Reis (entre a rua dos Favaes e a Praça do Almada)] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1915. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/03(08).



A par deste arruamento, também teriam que ser alvo de intervenções algumas das propriedades da Rua do Pelourinho e da Rua da Junqueira (ilustração 87), e apesar de entre ambas se situar o Largo da República, podem, os dois arruamentos, ser vistos como um eixo viário contínuo, através do qual os forasteiros circulavam em direção à zona costeira<sup>313</sup>.

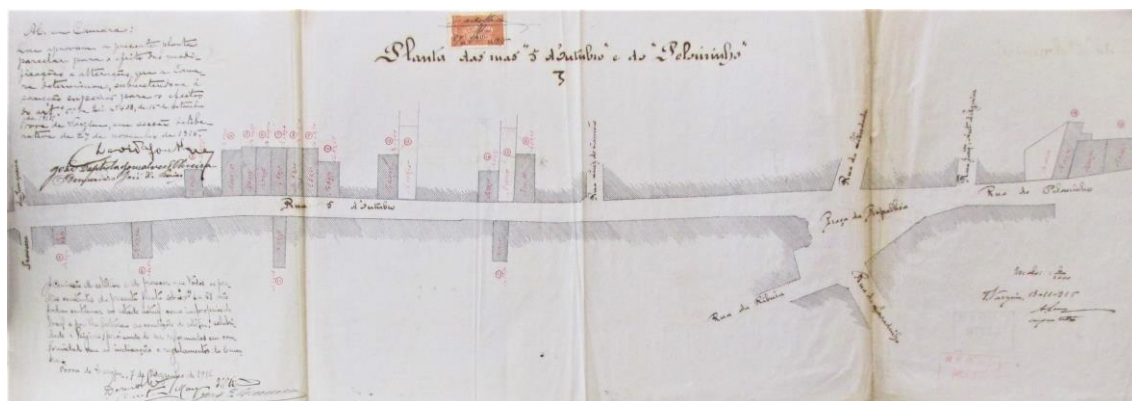


Ilustração 87 – Reprodução digital da planta das Ruas da Junqueira (à esquerda) e do Pelourinho (à direita), AMPV, 1915.

Igual função tinha a Avenida de Mouzinho de Albuquerque, outra das ruas onde as propriedades necessitavam de intervenções<sup>314</sup> (ilustração 88).



Ilustração 88 – Reprodução digital da planta da Avenida de Mouzinho de Albuquerque, situada entre o Passeio Alegre (à esquerda) e o Largo das Dores (à direita), AMPV, 1915.

<sup>313</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta das ruas «5 d’Outubro» e do «Pelourinho»] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1915. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(08).

<sup>314</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da Avenida Mousinho d’Albuquerque (entre a rua António Graça e o largo das Dôres)] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1915. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(26).

Por fim, foram também censuradas algumas das propriedades da Rua dos Banhos<sup>315</sup> e do Passeio Alegre<sup>316</sup>, os espaços mais importantes da estância (ilustrações 89 e 90).

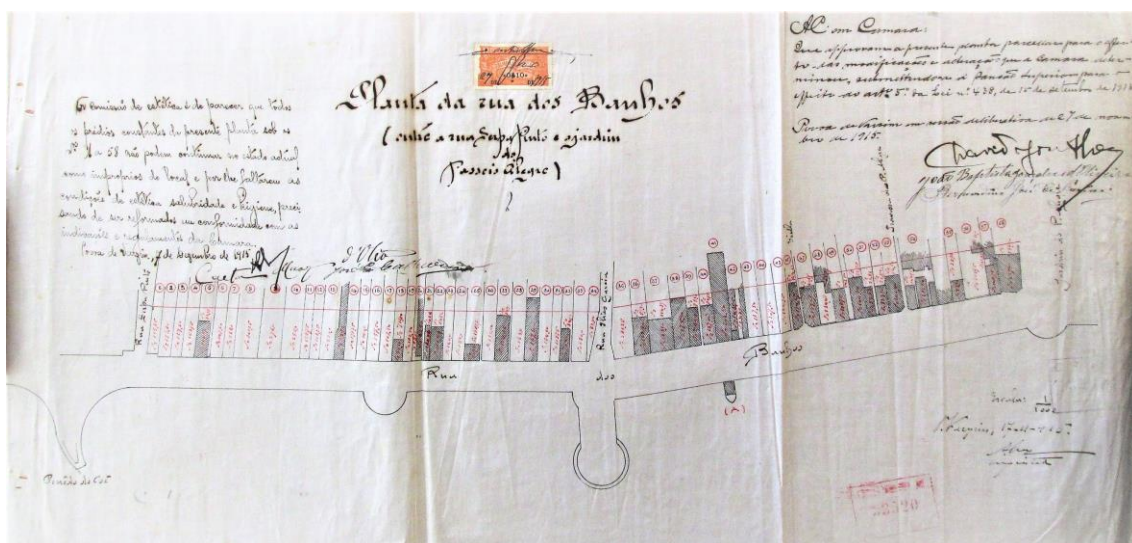


Ilustração 89 – Reprodução digital da planta da Rua dos Banhos, AMPV, 1915.

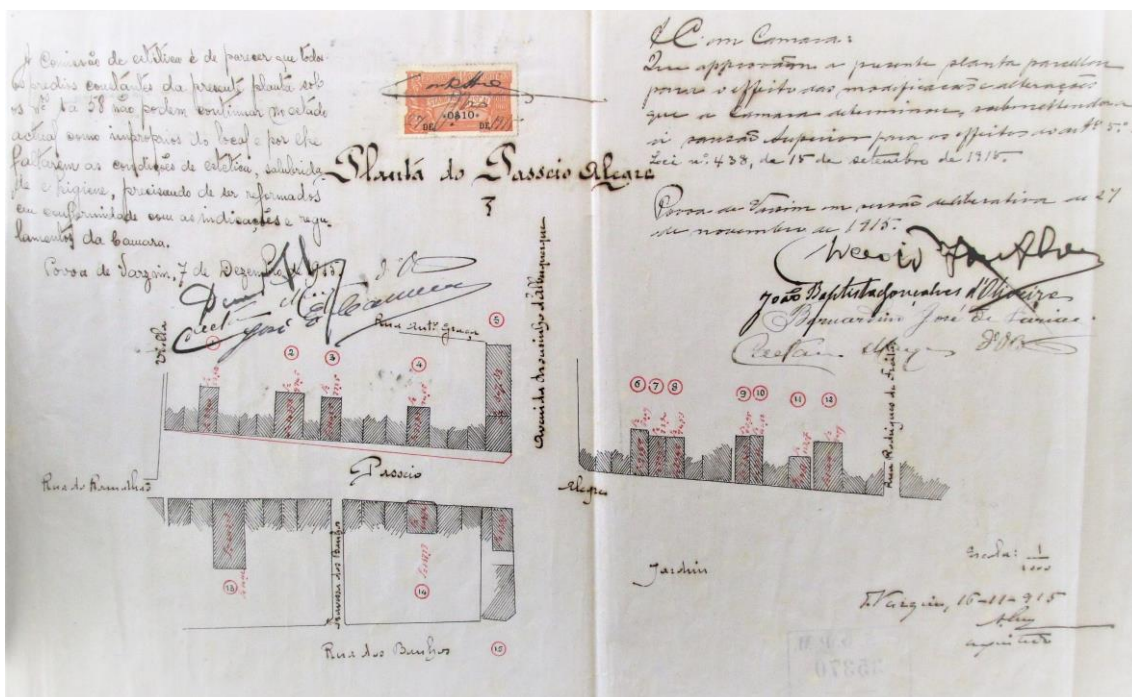


Ilustração 90 – Reprodução digital da planta do Passeio Alegre, AMPV, 1915.

<sup>315</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da rua dos Banhos (entre a rua Serpa Pinto e o jardim do Passeio Alegre)] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1915. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/09(02).

<sup>316</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta do Passeio Alegre] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1915. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/10(07).

No ano seguinte, constatamos, uma vez mais, a preocupação da Câmara Municipal em reconfigurar o tecido urbano litorâneo. Para esta data seleccionamos quatro projetos que revelam a área urbana analisada, sendo que dois refletem os ideais camarários de redesenhar a marginal atlântica entre o Passeio Alegre e o limite sul da vila, prevendo os restantes dois o enriquecimento do tecido urbano, imediatamente a montante da linha costeira.

Alcançada a definição da Rua dos Banhos nos anos anteriores, a edilidade pretendia dignificar a área litoral sul, constituída pelo Largo do Passeio Alegre e pelos extensos areais marginais à Praia da Ribeira, que findavam na fronteira da Póvoa com Vila do Conde. O projeto para o Passeio Alegre incidia sobretudo na renovação do casario fronteiro ao jardim público e conforme sugere o «Perfil longitudinal» demonstrava-se esteticamente pobre, havendo algumas construções térreas, possivelmente coevas da primitiva urbanização do local. Assim, o executivo pretendia o alinhamento de todas as propriedades, obrigando-as a recuar ligeiramente, o que propiciaria a demolição da maior parte das fachadas, fazendo-se, assim, a sua reconstrução (ilustração 91). Consequentemente, os novos alçados seguiriam as normas e os preceitos exigidos pela Comissão de Estética<sup>317</sup>.

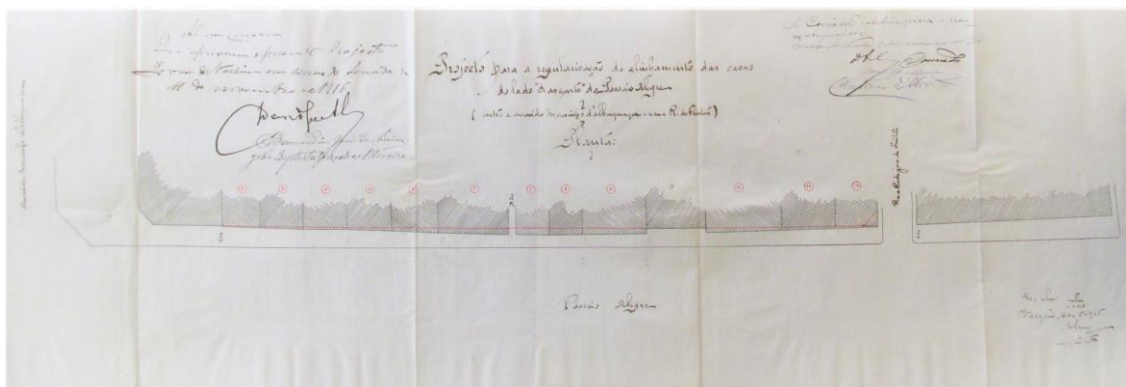


Ilustração 91 – Reprodução digital da planta do Passeio Alegre, AMPV, 1916.

O segundo projeto representa uma nova rua a ser rasgada sobre os areais da Praia da Ribeira, configurando-se como uma simplificação do plano apresentado em 1913.

<sup>317</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto para a regularização do alinhamento das casas do lado «Nascente» do Passeio Alegre (entre a avenida Mousinho d'Albuquerque e a rua Rodrigues de Freitas)] [Material cartográfico]. Escala [1:200]. 1916. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/09(12).

Conforme a planificação, algumas artérias perpendiculares à praia ficariam devidamente enquadradas na nova via marginal à costa, adquirindo esta uma configuração curvilínea de modo a adequar-se às contingências do local<sup>318</sup>.

O terceiro projeto previa a abertura de uma artéria entre a Rua de Elias Garcia e a Avenida de Mouzinho de Albuquerque, fragmentando um extenso quarteirão retangular, definido pelas duas artérias e pelas Ruas do Paulet e de António Graça<sup>319</sup>. Apesar de nos parecer uma ideia pertinente e relativamente simples, o plano camarário não avançou, sendo readaptado por uma das câmaras da segunda metade do século passado.

O último dos projetos em questão revela a Rua de Frei Sebastião, que em 1882 havia sido delineada, sendo rasgada entre as Ruas da Senra e do Carvalhido. Ora, com a construção da Avenida de Mouzinho de Albuquerque passou o seu topo sul a confluir na artéria, contudo, o seu topo setentrional não chegara ainda à Rua do Carvalhido, findando alguns metros adiante na Travessa do Carvalhido. Em 1916, a edilidade pretendia, então, executar o plano original, o que não se concretizou de imediato<sup>320</sup>.

Para a década de 1920 constatamos a escassez de projetos para a nossa área de estudo. Contudo, no arranque do decénio foi elaborado um complexo projeto – o «Plano Geral de Melhoramentos» – que efetivamente não chegou a ser materializado. Este plano, tal como o nome sugere, pretendia modernizar a malha urbana da Póvoa, sendo a sua planificação desenhada sobre a «Planta da Póvoa de Varzim», concluída, como vimos, em 1901. Assim, o Engenheiro Ezequiel de Campos, autor do plano, idealizou uma série de alterações a concretizar na vila. Apesar do investimento municipal na contratação de um reputado projetista, o plano não se concretizou, fazendo-se, posteriormente, alguns reparos na malha urbana da vila baseados na proposta de Ezequiel de Campos<sup>321</sup>.

---

<sup>318</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Plata da nova rua á beira-mar] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1916. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/10(09).

<sup>319</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de rua entre a Avenida Mousinho d'Albuquerque e a rua Elias Garcia] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1916. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(27).

<sup>320</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto do prolongamento e alargamento da rua de Frei Sebastião] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1916. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/13(06).

<sup>321</sup> FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852-1926*, pp. 261 e 262.



Precedida por um período de parcas intervenções na malha urbana da vila, em 1927, a requalificação da Avenida de Mouzinho de Albuquerque encontrava-se sobre a mesa das reuniões municipais. O objetivo principal do plano era tornar o arruamento mais apelativo, sendo o seu eixo totalmente intervencionado. Este passaria a contar com duas faixas de rodagem com 6,50 metros de largura, marginadas por dois passeios com 2 metros de largura. A grande novidade da intervenção era a construção de um amplo passeio central com 5 metros de largura, sendo este pontualmente interrompido, de modo a permitir a inversão do trânsito rodoviário. Tanto o passeio central, como os laterais, seriam revestidos com betonilha, prevendo-se ainda a renovação do conjunto arbóreo, situado, agora, na alameda central<sup>322</sup> (ilustração 92).



Ilustração 92 – Reprodução digital do projeto para a requalificação da Avenida de Mouzinho de Albuquerque. AMPV, 1927.

<sup>322</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto para a modificação do pavimento e da arborização da Avenida Mousinho d'Albuquerque] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1927. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(29).

## Capítulo 2 – Espaços urbanos de lazer e fruição social na orla costeira da Póvoa de Varzim

Na Europa muitas das estâncias balneares marítimas, se não todas, possuíam pelo menos um espaço fronteiro ao oceano dedicado fundamentalmente ao recreio lúdico-social. Ali passeavam sobretudo os veraneantes, mas também as populações locais, frequentando-os em busca de momentos de descontração<sup>323</sup>. Na Póvoa verificamos terem existido quatro locais distintos que cumpriam essa mesma função – o Paredão, o Largo do Passeio Alegre, a Rua dos Banhos e o Largo do Cego do Maio (ilustração 93).



Ilustração 93 – Reprodução digital da «Planta da Póvoa de Varzim», arq. Gonçalo Artur Cruz, MMEHPV, 1901. A imagem apresenta um pormenor da planta, onde estão representados os quatro locais mencionados – a Rua dos Banhos, o Largo do Passeio Alegre, o Largo do Cego do Maio e o Paredão (molhe norte).

Do ponto de vista do território, estes espaços eram distintos, adquirindo topónimos diversos, contudo, todos eles se articulavam, ocupando uma extensa área costeira – entre

<sup>323</sup> A título de exemplo, destacamos para o caso inglês a estância balnear de Brighton, onde quer o «the Stein», quer o «pier», proporcionavam aos veraneantes momentos de agradável deleite. Igualmente célebres eram Nice e Biarritz, estâncias francesas de vilegiatura marítima muito afamadas em toda a Europa. Para Nice destacamos três espaços inconfundíveis, a «Promenade des Anglais», a «Promenade du Paillon» e a «jetée-promenade». Biarritz certamente não lhe ficava atrás com os seus jardins e *promenades*. Na Bélgica, Ostende qualificava-se como uma das principais estâncias de veraneio, onde também havia uma vasta alameda à beira-mar. Sobre o tema ver: BRIZ, Maria da Graça – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970: Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*.



o molhe setentrional da enseada poveira, um pouco a norte da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, e o final da Rua dos Banhos. Ainda que integrados numa zona privilegiada, em momento algum foi ponderado, por parte das sucessivas vereações, um plano no qual todos estes espaços fossem alvo de uma requalificação urbana. Todavia, o perímetro compreendido pelo Largo do Passeio Alegre e pela Rua dos Banhos, foi, entre o final do século XIX e o início do século XX, simultânea e recorrentemente intervencionado, garantindo-se, assim, uma harmonia visual daqueles dois espaços.

Em termos cronológicos, os quatro locais foram sendo construídos em tempos diferentes, compassando as suas existências durante um curto espaço de tempo (nos primeiros decénios do século XX), pois, no princípio da década de 1930, foi o Largo do Cego do Maio (outrora Largo do Paredão e depois Largo do Conselheiro Campos Henriques) escolhido para a implantação do futuro Casino da Póvoa, demolindo-se, assim, o jardim lá existente.

## **2.1. O Paredão**

Na Póvoa, o primeiro local destinado à fruição social e à contemplação da paisagem marítima, bem como dos usos e costumes piscatórios, foi o Paredão (correspondente na atualidade ao molhe norte do Porto da Póvoa). Principia a sua história em 1791, quando a população da vila pediu à rainha D. Maria I a construção de «hum caes que defenda da viloencia dos temporaes» as pequenas embarcações dos pescadores poveiros, visto que, à época, era o «porto de abrigo natural»<sup>324</sup>. A obra do Paredão foi iniciada em novembro de 1793 e em 1816 ainda estava em andamento, embora fossem insignificantes os avanços. No início da década de 1820 e após um longo período de escassas intervenções, retomaram-se as obras no Paredão, encontrando-se a construção bastante danificada, talvez por não ter sido finalizada, ficando votada ao abandono e à investida das caprichosas ondas do mar<sup>325</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1826, ficava o Paredão concluído, seguindo «em direcção ao mar acompanhando o curso do Esteiro»<sup>326</sup>.

---

<sup>324</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 319.

<sup>325</sup> *Idem*, p. 321.

<sup>326</sup> *Idem*, p. 323.

Algun tempo depois de concluída, esta estrutura viu nascer uma outra funcionalidade bem diferente da inicial e para a qual tinha sido concebida – «a de passeio público»<sup>327</sup> (ilustração 94). Um dos primeiros testemunhos que nos comprova tal facto data de meados do século XIX e descreve com detalhe algumas das vivências experienciadas no Paredão: «Nem sempre os nossos passeios sejam de dia; disse uma ocasião João Machado Pinheiro a mim [D. João d’Azevedo] e a Antonio Pereira da Cunha, que o tínhamos ido procurar a sua casa: é preciso que também alguma vez gosemos do espectáculo da noite. Vejamos como a lua pratea os mares, e como vaidosa se retrata nas águas. Amigos! eia; vamos sentar-nos no paredão, e procurar alli um logar retirado. [...] E nós saímos, e fomos sentar-nos no paredão. Era uma das mais bellas noites do mez de setembro, e grande parte dos banhistas já se achavam lá reunidos. Viam-se uns sentados sobre os restos d’um mastro; passeavam outros de braço dado; e aqui se travava uma conversa animada, além se divisava um grupo silencioso; entretanto que os rapazes se reboleavam na areia, os adolescentes pareciam invejosos de não poder imitar aquelle foliar inocente, havendo um d’entre os velhos, que se dava por pago daquelle quadro com o simples gozo de fitar estrelas, e contemplar d’olhos serenos o magnifico espectáculo do firmamento»<sup>328</sup>.



Ilustração 94 – Reprodução digital de gravura da Póvoa de Varzim, *Archivo Pittoresco*, vol. XI, 1868. A imagem apresenta uma «vista da villa da Póvoa de Varzim pelo lado do poente, tirada de cima do paredão ou caes» de onde se vê o Largo de S. José (à esquerda) e a Praia da Ribeira (à direita).

Cerca de vinte anos depois, o Paredão mantinha o seu caráter lúdico, muito por conta da falta de outros espaços, sendo, em 1869, o «unico recreio e commodiade dos

<sup>327</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 323.

<sup>328</sup> D’AZEVEDO, D. João; CUNHA, António Pereira da; PINHEIRO, João Machado – *Passeios na Póvoa*. Porto: Typographia do Nacional, 1850, pp. 17 e 18. Cf. AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 323.

banhistas, e do povo desta villa»<sup>329</sup>. Testemunhos coevos ao anterior são os de D. António da Costa e de Ramalho Ortigão, que nas suas obras, ambas célebres, eternizaram o vetusto muro. O primeiro autor começa por fazer um retrato da vila em plena época balnear, descrevendo em seguida alguns rituais sociais, dos quais destacamos o «passeio no Paredão» pela tardinha<sup>330</sup>, relatando o segundo autor a mesma situação, pois após o jantar, que na época ocorria por volta das três da tarde, passeavam os veraneantes «na praia e no Paredão, que é o ponto da reunião geral»<sup>331</sup>.

Indubitável é o facto de o Paredão configurar no rol de infraestruturas e de espaços lúdicos da Póvoa oitocentista. Também noutras praias, inclusivamente estrangeiras, verificamos a existência de construções que iniciando no areal findavam mais adiante no oceano, ainda que não tivessem uma função defensiva como o Paredão. Centrando-nos nalguns exemplos europeus, em particular das estâncias inglesas e francesas que já no século XVIII manifestavam uma pujante vida balnear, identificamos dois modelos de estruturas erguidas sobre o mar. Para o caso inglês, nomeadamente para Brighton, Maria da Graça Briz destaca o que o universo anglo-saxónico denominou de «pier». Ora vejamos a interpretação que a autora faz do «muito britânico “pier”»: «pontão de madeira ou de ferro sobre o mar, onde se desenrolam as mais diversas actividades lúdicas»<sup>332</sup>. Proporcionando o passeio e a contemplação das paisagens marítimas, o «pier» também recebia «barracas, carrosséis, etc.»<sup>333</sup>. Quanto ao modelo francês, denominado «jetée» ou «jetée-promenade», a autora refere-o «equivalente ao “pier” mas sem outra função que não o passeio»<sup>334</sup>, tendo estes equipamentos existido nalgumas das mais famosas praias francesas, como por exemplo em Nice<sup>335</sup> ou em Trouville<sup>336</sup>.

Pese embora o facto de a origem do Paredão poveiro ser diferente da dos exemplares estrangeiros anteriormente mencionados, a apropriação espontânea daquela estrutura

---

<sup>329</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0029. Sessão de 20 de janeiro de 1869, f. 274 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 89.

<sup>330</sup> COSTA, D. António da – *No Minho*. Porto: Editora Educação Nacional, Lda, 1936, p. 13.

<sup>331</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, p. 53.

<sup>332</sup> BRIZ, Maria da Graça – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970*, p. 22.

<sup>333</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>334</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>335</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>336</sup> *Idem*, p. 42.

pelos seus frequentadores, atribuiu-lhe igualmente um carácter lúdico.

## 2.2. O Largo do Passeio Alegre

O Largo do Passeio Alegre, situado em frente ao oceano e contíguo ao Paredão pelo sul, foi outro dos espaços destinados ao recreio na vila da Póvoa de Varzim. O local, onde em 1870 nasceu esta alameda-passeio<sup>337</sup>, denominava-se primitivamente Rua da Areosa, datando de 1731 a sua referência mais recuada<sup>338</sup>. O arruamento era definido a nascente pela «fronteira das Cazas da rua d'Arioza»<sup>339</sup> e a poente pelos varais dos pescadores que se encontravam sobre os areais da praia da Areosa.

O domínio da Areosa, bem como do areal mais a sul, circundante à Capela de Nossa Senhora da Lapa, pertencia, pelo menos desde o segundo quartel do século XIX, à Corporação dos Pescadores. Neste local foram, assim, erguidas diversas fiadas de varais, onde a classe piscatória secava as suas redes, reservando-se a área remanescente, entre aquelas estruturas e o mar, para «a seca dos panos das embarcações, e despejos dos seus petrechos; e bem assim para estaleiro de qualquer embarcação de coberta que se queira construir»<sup>340</sup>. Esta zona da Póvoa era, portanto, contestada pelos pescadores, verificando-se ao longo do século XIX sucessivos acontecimentos geradores de grandes discussões. A primeira de todas data de 1837, quando quatro cidadãos<sup>341</sup> promoveram a edificação de um pequeno templo na Areosa<sup>342</sup>. A resposta da Corporação dos Pescadores foi imediata, opondo-se à prossecução da empreitada, pois entendia estar «na posse e gosto exclusivo das praias do Mar, ao Norte do paredão da mesma, até aos marcos que

---

<sup>337</sup> Jorge Barbosa refere a data de 26 de junho de 1871 como sendo a primeira referência ao Passeio Alegre da Póvoa de Varzim (cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 89), contudo, no decurso da investigação deparamo-nos com uma referência anterior, datada de 25 de agosto de 1870. Ver: AMPV. Arquivo da Administração do Concelho. Funções Policiais. Licenciamento e controlo de actividades económicas e divertimentos públicos. Registo das licenças expedidas. PT/AMPV/PVz/ACPV/C/C.1214. «Livro de Notas ou registo dos alvarás de licença e dos termos p.<sup>a</sup> a concessão das m.<sup>mas</sup>», f. 9 v..

<sup>338</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 88.

<sup>339</sup> *Ibidem*.

<sup>340</sup> *Ibidem*.

<sup>341</sup> Entre eles: Félix António da Silva e os Padres José Maria de Sousa Leite, Tomás Rodrigues de Sá Vieira e Francisco Gomes Morim. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 89.

<sup>342</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 89.

devedião o antigo termo desta vila, de Barcelos, para nas mesmas praias secarem as suas redes e mais aprestes de seus barcos de pesca»<sup>343</sup>. Apesar de fortemente contestada, a obra seguiu adiante, sendo a pequena capela, sob a invocação de S. José, inaugurada em 1844<sup>344</sup>.

Em meados da década de 1860, constatamos que o topónimo Areosa, prevalecente há mais de cem anos, perdera protagonismo, havendo o contágio do nome da Capela de S. José em relação à rua que lhe ficava fronteira<sup>345</sup>. Este facto poderá traduzir a importância que o pequeno templo foi adquirindo, tornando-se o principal marco topográfico do local, motivo pelo qual ter-se-ão as gentes apropriado daquele hagiotopónimo.

Em 1870, conforme referimos anteriormente, a Rua ou Largo de S. José foi rebatizado, denominando-se, a partir de então, Passeio Alegre. A renovação do topónimo não seria certamente ingénua, apelando a edibilidade aos predicados do novo nome. Em termos espaciais, naquela data, o Largo do Passeio Alegre era delimitado a nascente pelo edificado da antiga Areosa, a poente pelos areais onde ainda se encontravam os varais, a sul pelo Paredão, ao lado do qual passava o regato do Esteiro, e a norte por uma pequena viela<sup>346</sup> (ilustração 95). Como podemos verificar, há já longos anos que os areais da Areosa se encontravam sob o poder da classe piscatória, nomeadamente da Corporação Marítima de Nossa Senhora da Assunção<sup>347</sup>, mantendo-se a posse até ao final do século XIX, quando a Câmara favoreceu a requalificação do espaço, conforme veremos adiante.

---

<sup>343</sup> GRAÇA, António dos Santos – *Demanda Antiga. O Comércio da Póvoa de Varzim: Jornal Republicano e Defensor dos Interesses Locais*. Ano XI, nº 29. (31 jul. 1954), p. 1. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 89.

<sup>344</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 90.

<sup>345</sup> *Idem*, p. 88.

<sup>346</sup> Relativamente à viela, encontrámo-la representada numa planta de 1882, denominando-se «Rua dos Banhos» (cf. **[PLANTA a que se refere o requerimento de Narcisa da Silva Lopes]** [Material cartográfico]. Escala [sem escala]. [1882]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV/4063). Uma outra referência, datada de 1858, refere-a como uma travessa «muito estreita [...] que passa entre as [casas de Narcisa da Silva Lopes] da rua dos Banhos e os carreiros de varaes sitos na rua d’Arioza», permitindo, assim, a circulação entre este último arruamento e a praia. Ora, sendo a sua largura reduzida, Narcisa da Silva Lopes pediu à Câmara que levasse em conta o facto de «no tempo de banhos» transitarem pela travessa «carros, liteiras e cavalgadas», o que certamente a congestionaria. Assim, seria conveniente que «se mandasse retirar um pouco a fiada dos varaes da parte do norte de sorte que desse commodo transito, e suficiente espaço» (cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 88).

<sup>347</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 89.



Ilustração 95 – Reprodução digital de gravura do Passeio Alegre da Póvoa de Varzim, MMEHPV, posterior a 1886. A imagem apresenta uma perspectiva do Passeio Alegre a partir do seu lado norte.

Centrando-nos concretamente no Passeio Alegre – por si só topónimo sugestivo – poderemos associá-lo a um local aprazível e de áreas generosas. Antes de mais, a zona eleita para a implantação daquela alameda-passeio era espontaneamente bela, destacando-se sobretudo a paisagem marítima. Aludindo aos atrativos naturais do antigo Passeio Alegre, os mais destacáveis prender-se-iam acima de tudo com o despertar dos sentidos aquando de uma caminhada ou passeio. O da visão seria certamente um dos primeiros a ser provocado, contemplando o caminhante a vasta paisagem costeira. Seguir-se-ia a audição, seduzida pelo som das ondas, ou o olfato, avivado pelas aromáticas maresias, na maioria das vezes trazidas pelas brisas oceânicas, que seguramente refrescariam o transeunte, sobretudo nas cálidas noites de verão, muito convidativas ao passeio.

Como vimos, o Passeio Alegre da Póvoa, à semelhança do da Foz do Douro, foi construído nas cercanias do oceano, retirando-se dele singulares vantagens. Porventura, o conceito destas alamedas-passeio ter-se-á inspirado nalgumas congéneres europeias, como, por exemplo, no «the Steine», que em Brighton foi tido como o local à beira-mar mais em voga, construindo-se lá alguns dos «mais notáveis edifícios, privados ou públicos»<sup>348</sup>, ou nas *promenades* das estâncias balneares francesas, sendo a «Promenade des Anglais», em Nice, uma das mais emblemáticas<sup>349</sup>.

De acordo com o que foi referido, também na estância portuense existiu um espaço marginal ao oceano denominado Passeio Alegre, remontando a sua idealização a 1861. Esta alameda-passeio, a par da da Póvoa, ganhou primeiramente contornos concetuais, prolongando-se as obras, em ambos os casos, por um longo período. Uma das premissas

<sup>348</sup> BRIZ, Maria da Graça – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970*, pp. 21 e 22.

<sup>349</sup> *Idem*, p. 24.



fundamentais era a transformação destes locais em jardins-passeio, assim, em 1869, o Passeio Alegre da Foz recebeu um chafariz, sendo lá plantado um conjunto arbóreo no ano seguinte. Contudo, o delineamento do jardim aconteceu somente em 1888, verificando-se a sua conclusão apenas em 1892 e cerca de dez anos mais tarde foi o local enriquecido com um coreto. Este acontecimento terá, porventura, motivado a edilidade poveira a adquirir um equipamento do género em 1905<sup>350</sup>. Em 1906, o jardim da Foz recebeu uma fonte luminosa, que pouco ou nada agradou aos seus frequentadores, e, por fim, em 1908, um pavilhão «para a instalação de retretes e mictórios»<sup>351</sup>. Apesar de serem visíveis semelhanças entre as alamedas portuense e poveira, havia também alguns pontos que as diferenciavam, desde logo as prioridades autárquicas definidas para o Passeio Alegre da Póvoa. Embora seja o topónimo esclarecedor da sua funcionalidade, paradoxalmente encontravam-se no local duas edificações que lhe conferiram um caráter cívico – a Capela de S. José de Ribamar e a Escola Camões, localizada ao lado daquele templo desde 1880<sup>352</sup>. Esta realidade fundamenta-se, acima de tudo, no facto de a Póvoa de Varzim não contar apenas com uma população flutuante, sendo uma vila densamente habitada ao longo de todo o ano.

Cerca de vinte anos depois de fundado o Passeio Alegre da Póvoa, este ainda se encontrava ocupado com os «varaes da secca das redes» dos pescadores, o que de certa forma impedia a plena exploração das suas potencialidades recreativas. Assim, em 1891, a Câmara Municipal, idealizou a requalificação do espaço, incumbindo o arquiteto municipal de desenhar o projeto. Aludindo ao documento, seriam os varais transferidos para poente, construindo-se sobre o espaço vago «uma rua no prolongamento da dos Banhos e o resto do mesmo n'uma alamêda»<sup>353</sup>.

---

<sup>350</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 177.

<sup>351</sup> CARVALHO, Maria Filomena Barros de – *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*, pp. 40-43.

<sup>352</sup> A Escola Camões foi inaugurada em 10 de junho de 1880. Cf. Povo de Varzim: Festejos do Centenario de Camões. «Estrella Povoense». Ano IV, nº 174 (13 jun. 1880), p. 1; e Trecentenario de Camões. «Commercio da Povo». Ano I, nº 14 (13 jun. 1880), p. 2.

<sup>353</sup> BARBOSA, Augusto de Carvalho – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1891]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(01).

Em 1893, a edilidade preocupava-se com a ampliação e o aformoseamento do Passeio Alegre, que até então continuava somente circunscrito à antiga Rua da Areosa. Datam de 1893 e de 1894 dois projetos que previam a reconfiguração da Rua dos Banhos, encontrando-se também representado o Largo do Passeio Alegre. Ao analisarmos o primeiro projeto concluímos que o local ainda não tinha sofrido qualquer intervenção<sup>354</sup>, observando-se a mesma situação no segundo, porém, o plano de 1894 propunha algumas transformações para o Largo do Passeio Alegre, prolongando-se a Rua dos Banhos até aos areais da Areosa, delimitando-se assim o lado poente daquele logradouro<sup>355</sup>.

No início de 1896, quando a Câmara promoveu a construção de uma avenida entre os Largos das Dores e do Passeio Alegre, verificamos no seu projeto algumas alterações previstas também para aquela alameda-passeio. O seu arruamento nascente manter-se-ia, construindo-se, fronteira ao mesmo, uma praça de formato triangular, a qual ficaria definida a norte pela futura avenida e a poente pela prolongada Rua dos Banhos<sup>356</sup>.

Ainda em 1896, foi executado um outro projeto que pormenorizou as modificações idealizadas para o Passeio Alegre. Segundo a «Planta aprovada pela Ex.<sup>ma</sup> Comissão Districtal em Sessão de 26 de Junho de 1896», verificamos que sobre o areal seria construída uma praça, não de formato triangular como vimos no projeto anterior, mas retangular (ilustração 96), ficando-lhe a poente o troço sul da Rua dos Banhos, apresentando-se em parte construído. No projeto podemos ainda verificar que tanto a Capela de S. José, como a Escola Camões seriam demolidas, o que tornaria o espaço livre de qualquer edificação<sup>357</sup>.

Em 1901, ficava concluída a «Planta da Póvoa de Varzim», na qual verificamos a chegada da Avenida de Mouzinho de Albuquerque ao Largo do Passeio Alegre,

---

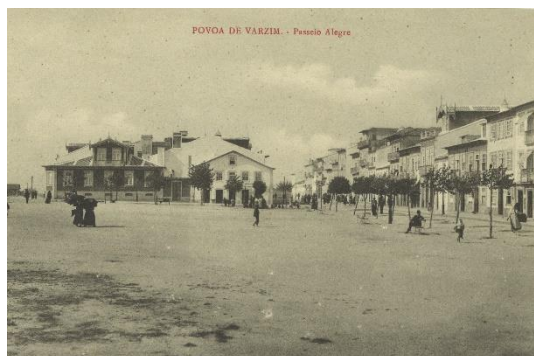
<sup>354</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Projecto do prolongamento da rua dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1893]. 2 plantas. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(03).

<sup>355</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta Rua dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. 1894. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(07).

<sup>356</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Projecto de uma avenida que ligue o Passeio Alegre ao largo das Dôres, Extensão 750 m] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/07(12).

<sup>357</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta aprovada pela Ex.<sup>ma</sup> Comissão Districtal em Sessão de 26 de Junho de 1896] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1896. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/09(09).

limitando-lhe o topo setentrional. Quanto ao largo em si, é possível constatar que quer a capela, quer a escola, ainda não haviam sido demolidas, apresentando-se, contudo, a configuração do futuro jardim. Este plantar-se-ia sobre a praça retangular, ficando a parte central desimpedida de vegetação. Esta proposta, definida por espaços cheios e vazios, permitiria a fruição controlada dos transeuntes, sugerindo-lhes diversos percursos marginados por espécies vegetais<sup>358</sup> (ilustração 97).



*Ilustração 96 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado sobre fotografia de autor desconhecido, BMRP, final do século XIX. A imagem apresenta uma perspectiva do Largo do Passeio Alegre a partir do seu lado sul.*



*Ilustração 97 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado sobre fotografia de autor desconhecido, BMRP, início do século XX. A imagem apresenta uma perspectiva do Jardim do Passeio Alegre a partir do seu lado sul.*

Em 1910, o Jardim do Passeio Alegre permanecia numa situação precária, pois, segundo a «Planta da capela de S. José», ainda não tinha sido aquele templo demolido, encontrando-se por finalizar a parte por ele ocupada<sup>359</sup>.

Apesar dos esforços camarários nos anos anteriores, em 1912 a situação permanecia inalterada, projetando-se um novo plano intitulado «Planta da capella de S. José pertencente á confraria de S. José de Ribamar desta villa da Póvoa de Varzim». No projeto, o Largo do Passeio Alegre é definido por uma praça retangular delimitada a nascente pelo casario fronteiro à Rua do Passeio Alegre, a poente pela Rua dos Banhos, a norte pela nova Avenida de Mouzinho de Albuquerque e a sul pelo arranque do

<sup>358</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

<sup>359</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da capela de S. José] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1910. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/10(03).

Paredão<sup>360</sup>. Destacamos o facto de, à data, o Jardim do Passeio Alegre se encontrar em parte concluído, pois a Capela de S. José de Ribamar impossibilitava o ajardinamento do lado sul. Quanto ao desenho do jardim, em nada se alterou relativamente ao de 1901, quando representado pela primeira vez na «Planta da Póvoa de Varzim».

Poucos anos mais tarde, davam-se por finalizadas as obras no Largo do Passeio Alegre, apresentando-se esta ampla alameda à população poveira, mas sobretudo aos forasteiros, como um dos melhores espaços ao ar-livre, sendo descrito, em 1916, da seguinte forma: «hoje está transformado num bÉlo recreio balnear, sendo um dos pontos mais lindos da nossa praia, e caminha, ovante, na senda do progrÉsso, pois vai levar uma remodelação complÉta nas habitações, que vão ser substituídas por casas modÉrnas»<sup>361</sup>.

### 2.3. A Rua dos Banhos

No início da década de 1880, a Rua dos Banhos foi adquirindo contornos urbanos, tornando-se, posteriormente, num dos locais mais frequentados pelos banhistas que na Póvoa veraneavam. Todavia, foi a partir de 1870, com a elevação de algumas arquiteturas sobre o areal, que esta artÉria foi ganhando um perímetro mais preciso<sup>362</sup>. Assim, o desenvolvimento do corpo edificado fronteiro à Praia dos Banhos terá suscitado à Câmara o interesse pelo local, reconhecendo-lhe certamente potencialidades. Jorge Barbosa refere que em 1881 a autarquia encomendou um projeto<sup>363</sup> para a ampliação da Rua dos Banhos até ao Paredão<sup>364</sup>. No entanto, no ano seguinte, a rua fronteira à Praia dos Banhos ainda não se encontrava concluída, uma vez que numa representação cartográfica datada de 1882 os seus contornos apresentam-se meramente esboçados<sup>365</sup> (ilustração 98).

---

<sup>360</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da capella de S. JosÉ pertencente á confraria de S. JosÉ de Ribamar desta villa da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [2:1000]. 1912. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/10(03).

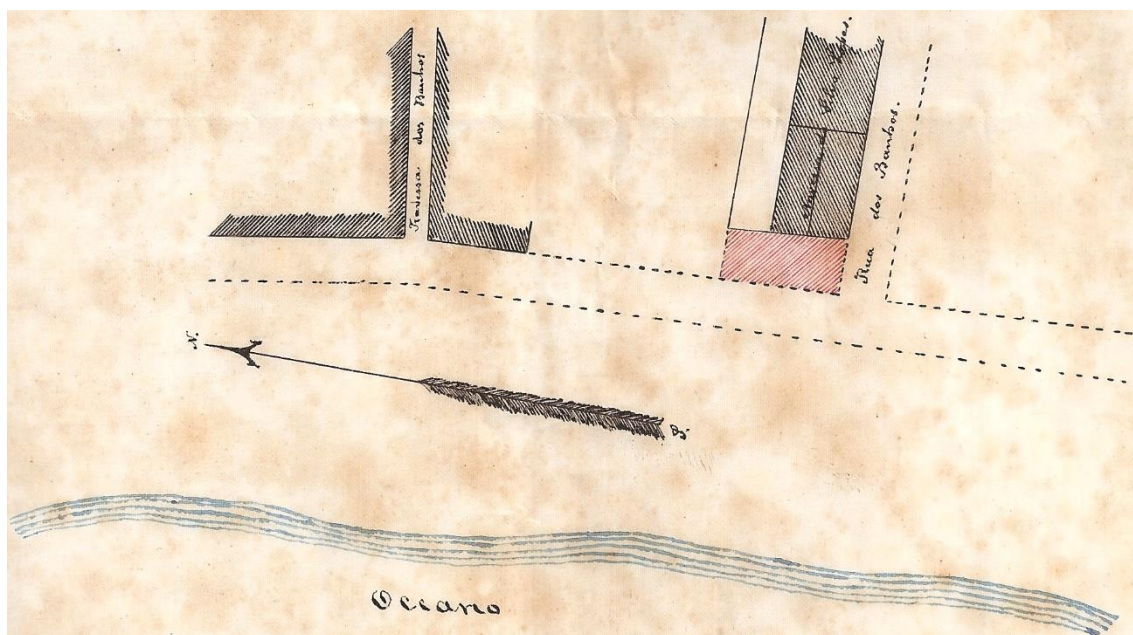
<sup>361</sup> O Passeio Alegre. «A Póvoa de Varzim». Ano V, nº 21 (10 set. 1916), p. 7.

<sup>362</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4062. Autos de 3 de junho e de 8 de julho de 1874.

<sup>363</sup> Mário Gonçalves Fernandes, que pormenorizadamente estudou a evolução urbana da Póvoa de Varzim, nada revela acerca do projeto citado por Jorge Barbosa.

<sup>364</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 131.

<sup>365</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento. CMPV/4063. Auto de 15 de maio de 1882.



*Ilustração 98 – Reprodução digital da «Planta a que se refere o requerimento de Narcisa da Silva Lopes», AMPV, [1882]. A imagem apresenta uma planta onde estão representados extratos da Rua dos Banhos (à esquerda), à época ainda em projeto, e do Largo do Passeio Alegre (à direita). Apesar de na planta se encontrar uma artéria identificada como Rua dos Banhos, esta nunca foi oficialmente assim denominada, fazendo, sim, parte do Passeio Alegre, mais precisamente do seu topo norte.*

Em 1885, numa das reuniões camarárias, foi proposta a migração do nome da Praia dos Banhos para a alameda contigua, conforme podemos verificar: «cazo não tenha ainda denominação a rua que partindo do Passeio Alegre e segue ao longo da praia de banhos, se denomine – Rua dos Banhos»<sup>366</sup>. A partir deste testemunho, é incontestável o facto de a mesma se encontrar transitável em 1885.

Alguns documentos, datados da década seguinte, comprovam a atenção que a Câmara Municipal concedeu àquele arruamento. Assim, em 1891, por ser a Rua dos Banhos uma pequena artéria, limitada a sul pelos areais do Passeio Alegre e a norte pela Travessa do Ramalhão, o executivo ponderava a sua ampliação. O plano consistia no alargamento da parte pré-existente da rua, bem como prolonga-la, quer a norte, quer a sul<sup>367</sup>.

Em 1893, ainda não se manifestara qualquer alteração no arruamento, sendo

<sup>366</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 128.

<sup>367</sup> BARBOSA, Augusto de Carvalho – [Projeto sem título] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1891]. 2 plantas. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(01).

executados outros dois projetos<sup>368</sup>. Entre ambos, optou a edilidade pelo segundo que apresentava uma ampla rua entre o Passeio Alegre e a Rua de Serpa Pinto<sup>369</sup>.

Um ano mais tarde, a Rua dos Banhos foi sendo expandida a norte, debatendo-se nalgumas reuniões camarárias as condições para a construção dos diversos lanços<sup>370</sup>. E em 1895 foi o projeto para o «alargamento da rua dos Banhos e respectivos muros de suporte» aprovado pelas entidades superiores<sup>371</sup>.

No início de 1896, a «parte compreendida entre a rotunda [do Carvalhido] e o penedo Coen» (próximo ao topo poente da Rua de Serpa Pinto) ainda se encontrava em obras, estabelecendo o presidente da Câmara um acordo com os proprietários a expropriar, para ficar a «rua [...] concluída na epocha balnear»<sup>372</sup>. Não obstante, entre maio e junho, ainda se discutia o prolongamento da Rua dos Banhos, quer em direção a sul, imiscuindo-se nos areais do Passeio Alegre, quer no sentido contrário, até Aver-o-Mar, «sendo de esperar que, no principio da proxima epocha balnear» fosse apresentado «este bello passeio aos [...] hospedes» da vila<sup>373</sup>.

Apesar de, em 1896, ter sido ponderada a ligação da Póvoa com Aver-o-Mar através de uma «estrada municipal desde a rua dos Banhos a Averomar», em 1898, esta ainda não se encontrava materializada, embora fosse o projeto votado na sessão camarária de 22 de junho de 1896<sup>374</sup>, o que se voltou a verificar na reunião de 31 de janeiro de 1898, na qual

---

<sup>368</sup> NEVES, José Lopes das – [Projecto do prolongamento da Rua dos Banhos comprehendido entre a travessa do Ramalhão e a rua Serpa Pinto] [Material cartográfico]. Escala [1:500]. [1893]. 1 planta. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMP-POM/08(02).

<sup>369</sup> [NEVES, José Lopes das] – [Projecto do prolongamento da rua dos Banhos] [Material cartográfico]. Escala [1:1000]. [1893]. 2 plantas. Acessível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal. CMPV-POM/08(03).

<sup>370</sup> Na sessão de 12 de março, foi mencionada a construção do segundo lanço, correspondente aos perfis 8 e 11 do projeto geral, sendo referidos, na reunião de 28 de março, os perfis 11 e 13 e ainda 14 e 16, deliberando-se, nessa data, a construção dos mesmos. Ver: AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 12 de março de 1894, f. 9 e sessão de 28 de março de 1894, f. 11. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>371</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 25 de fevereiro de 1895, f. 65. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 129.

<sup>372</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 13 de janeiro de 1896, f. 96 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, pp. 129 e 130.

<sup>373</sup> Rua dos Banhos. «Estrella Povoense». Ano XIX, nº 975 (9 jul. 1895), p. 1.

<sup>374</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 22 de junho de 1896, f. 120 v..



foi aprovado. Nessa data, era espectável, por parte da edilidade, que depois de concluída a Rua dos Banhos se tornasse numa «avenida de soberbo aspecto e altamente convidativa para passeio predilecto da colonia balnear»<sup>375</sup>. No derradeiro ano de oitocentos, bem como no seguinte, continuavam as obras na Rua dos Banhos, executando-se alguns trabalhos relacionados com as obras de arte e as terraplanagens. Entre 1901 e 1903, verificamos um impasse no avanço da rua em direção a Aver-o-Mar, encontrando-se a empreitada, por volta de 1903, no ponto conhecido como Alto de Martim Vaz, onde foram descobertos alguns vestígios arqueológicos do período romano<sup>376</sup>.

Apesar de na transição do século XIX para o século XX a Rua dos Banhos se encontrar em trabalhos de ampliação, o local não deixou de ser um dos palcos favoritos dos forasteiros. Alguns dos mais célebres bilhetes-postais ilustrados atestam precisamente este facto, sendo bem visíveis os largos passeios repletos de banhistas. Embora fosse o passeio ou picadeiro<sup>377</sup> (epíteto usado na época), amplo e bem pavimentado (mais uma vez aludimos às reproduções fotográficas coevas) também a faixa de rodagem, onde circulavam veículos de tração animal, nomeadamente o carro americano, e também motorizados, não raras vezes serviu de *passerelle* aos veraneantes (ilustrações 99 e 100).



*Ilustração 99 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado sobre fotografia de autor desconhecido, col. João C. Fontes, final do século XIX ou início do século XX. A imagem apresenta uma perspetiva da Rua dos Banhos a partir do seu topo sul, onde são visíveis transeuntes de aspeto elegante a passear.*



*Ilustração 100 – Reprodução digital de bilhete-postal ilustrado sobre fotografia de autor desconhecido, col. João C. Fontes, primeiras décadas do século XX. A imagem apresenta uma perspetiva da Rua dos Banhos, onde são visíveis os toldos da Praia dos Banhos e o Café Guarda-Sol, ao fundo.*

<sup>375</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara. CMPV/0038. Sessão de 31 de janeiro de 1898, f. 196 v.. Cf. BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 130.

<sup>376</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 130.

<sup>377</sup> *Idem*, p. 112.

Alcançado o aformoseamento de toda a frente marítima correspondente ao bairro balnear, a Câmara Municipal transpôs a sua atenção para outros espaços da vila, permanecendo a Rua dos Banhos inalterável durante um longo período. Contudo, em 1929, a edilidade avançou com a renovação daquele espaço, destacando-se a reconstrução do volume que dividia o picadeiro do areal entre o Paredão e a «rotunda ou palmatória» (atual Esplanada do Carvalhido). A nova estrutura foi, então, reerguida em cimento armado, contendo não só a areia da praia, mas também servindo como uma zona de descanso, configurando-se como um exemplar de mobiliário urbano.

Em 1931, foi a mencionada «rotunda ou palmatória» intervencionada, sendo a obra promovida pela Comissão de Iniciativa e Turismo<sup>378</sup>. A requalificação desta estrutura permitiu o regalo dos seus frequentadores, que passariam a usufruir de altaneiras vistas sobre o oceano, caracterizando Maria da Graça Briz «a esplanada em frente à praia» como «o lugar mais frequentado por este “beau-monde”»<sup>379</sup>.

## 2.4. O Largo do Cego do Maio

Por fim, centramo-nos no Largo do Cego do Maio, primitivamente denominado Largo do Paredão, que durante longos anos não conheceu quaisquer contornos de urbanidade. Inicialmente, era aquele local um amplo terreiro situado entre a Praia dos Banhos e a Praia do Pescado e dividido pelo curso do regato do Esteiro. A «Planta da Póvoa de Varzim», concluída em 1901, apresenta no local correspondente ao Largo do Paredão um pequeno jardim de formato triangular<sup>380</sup> (ilustração 101). Embora sejam desconhecidos os contornos que lhe deram origem, parece-nos o favorecimento estético daquela área o motivo mais plausível para a sua construção. Esse acontecimento terá sido essencialmente motivado pela canalização do Esteiro, que até então rasgava uma significativa parte da vila, proporcionando o melhoramento a reconstrução da Rua do Esteiro, que depois das obras foi rebatizada Rua do Tenente Valadim<sup>381</sup>. A construção

---

<sup>378</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 112.

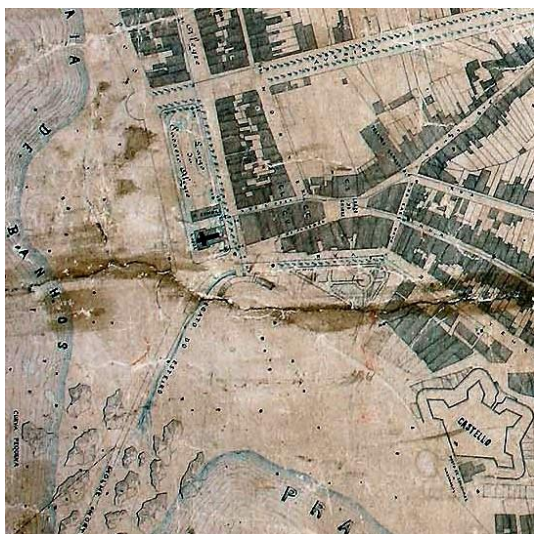
<sup>379</sup> BRIZ, Maria da Graça – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970*, p. 22.

<sup>380</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – *[Planta da Póvoa de Varzim]* [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

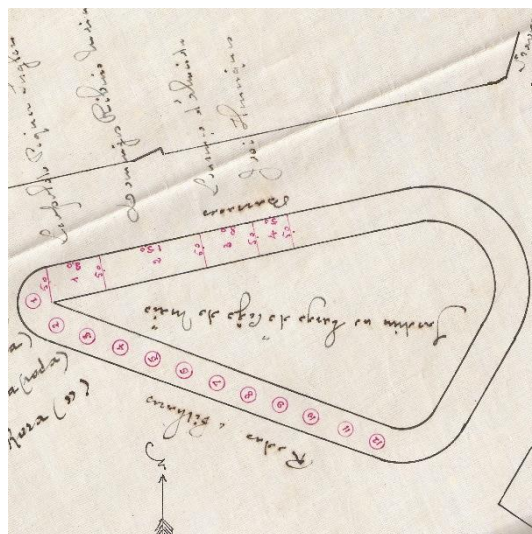
<sup>381</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV, p. 259.

deste jardim terá sido levada em conta pela Câmara Municipal como a solução mais adequada, pois resolvia uma questão difícil – conferir dignidade a uma área esconsa. Assim, o jardim adquiriu um formato triangular, de modo a articular-se com o casario que lhe ficava tanto a norte como a sul, voltando-se o seu lado sudoeste desafogadamente para o oceano<sup>382</sup>.

O local ganhou rapidamente destaque, recebendo diversos equipamentos lúdicos, como teatros ambulantes, animatógrafos, circos de cavalinhos, entre outros<sup>383</sup>. Uma planificação do espaço datada de 1915 corrobora os factos atrás narrados, tendo a mesma servido para estudar e patentear as condições exigidas à conceção de pequenas porções de terreno destinadas à implantação de barracas, rodas e bilhares, durante a época balnear. Segundo o documento, verificamos que os divertimentos se situavam sobre a margem circundante ao jardim, ficando as rodas e os bilhares do lado norte e as barracas na margem oposta<sup>384</sup> (ilustração 102).



*Ilustração 101 – Reprodução digital da «Planta da Póvoa de Varzim», arq. Gonçalo Artur Cruz, MMEHPV, 1901. A imagem apresenta um pormenor da planta, onde está representado o jardim do Largo do Cego do Maio (ao centro).*



*Ilustração 102 – Digitalização da «Planta dos terrenos do Largo do Cego do Maio destinados a barracas», AMPV, 1915. A imagem apresenta a planta do jardim que serviu para o loteamento dos espaços destinados aos diversos divertimentos.*

<sup>382</sup> CRUZ, Gonçalo Artur – [Planta da Póvoa de Varzim] [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

<sup>383</sup> BARBOSA, Viriato – A Póvoa de Varzim. Porto: [s. n.], 1937, pp. 203-204.

<sup>384</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/74(11).

Em meados da década de 1920, foi o local do jardim eleito para a construção de um dos primeiros equipamentos desportivos da Póvoa, inaugurando-se em 28 de agosto de 1925 um campo de ténis<sup>385</sup>. Também neste local se improvisou, durante um curto período de tempo, um campo de futebol onde se disputavam partidas<sup>386</sup>.

A modernidade concedeu à Póvoa a edificação de um casino, iniciando-se a sua história em 1930, data em que o jardim e o complexo desportivo foram demolidos, pois foi este local o escolhido para a construção do monumental Casino da Póvoa<sup>387</sup>.

---

<sup>385</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 237.

<sup>386</sup> *Ibidem*.

<sup>387</sup> *Ibidem*.

### Capítulo 3 – Os equipamentos de apoio aos veraneantes

O estudo dos equipamentos da Póvoa balnear baseou-se, sobretudo, nos processos de obras particulares, concedendo esses documentos informações inéditas. Conforme mencionamos na parte introdutória deste trabalho, foram compulsados mais de setecentos processos, dos quais apenas uma parte foi aplicada na concretização deste terceiro Capítulo, como veremos.

Contudo, o recurso a todos os processos de obras particulares, possibilitou-nos ensaiar, se bem que sucintamente, uma faceta do panorama arquitetónico da povoação, sendo os resultados apresentados do ponto de vista estatístico através de mapas temáticos<sup>388</sup>. Estes foram executados com base numa planificação atual da cidade, à qual adicionamos uma camada de tonalidade amarela que identifica o edificado existente no princípio do século XX na então vila da Póvoa, sendo a informação retirada da «Planta da Póvoa de Varzim» datada de 1901.

O primeiro dos três mapas temáticos revela o ritmo construtivo da Póvoa, quer no tempo, quer no espaço estudados (ilustração 103). Na representação constam círculos, traduzindo as suas dimensões o número de projetos associado aos diferentes arruamentos, variando os valores entre 1 e 79. No que diz respeito ao seu conteúdo, este reflete o número de processos existentes por décadas, encontrando-se os círculos divididos até ao máximo de seis partes, correspondentes a todos os decénios entre 1871 e 1930.

Constatamos, ao analisarmos o conjunto de documentos por décadas, que a de 1870 foi onde se produziu um maior número de projetos, totalizando 176. Já nos dois decénios seguintes verificamos uma quebra no volume de projetos, sendo dirigidos à Câmara 115 na de 1880 e 110 na seguinte. Contudo, no início do novo século, notamos um ligeiro aumento face aos dois decénios anteriores, perfazendo um total de 139 projetos, facto que seria contrariado na década de 1910, onde o número decaiu para 100, o valor mais baixo de todo o período analisado. Por fim, para a década de 1920 selecionamos 125 projetos, sendo este o terceiro decénio com o valor mais elevado.

---

<sup>388</sup> Para a concretização desta parte do trabalho recorreremos ao Serviço de Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo responsável pelo departamento o Dr. Miguel Nogueira.



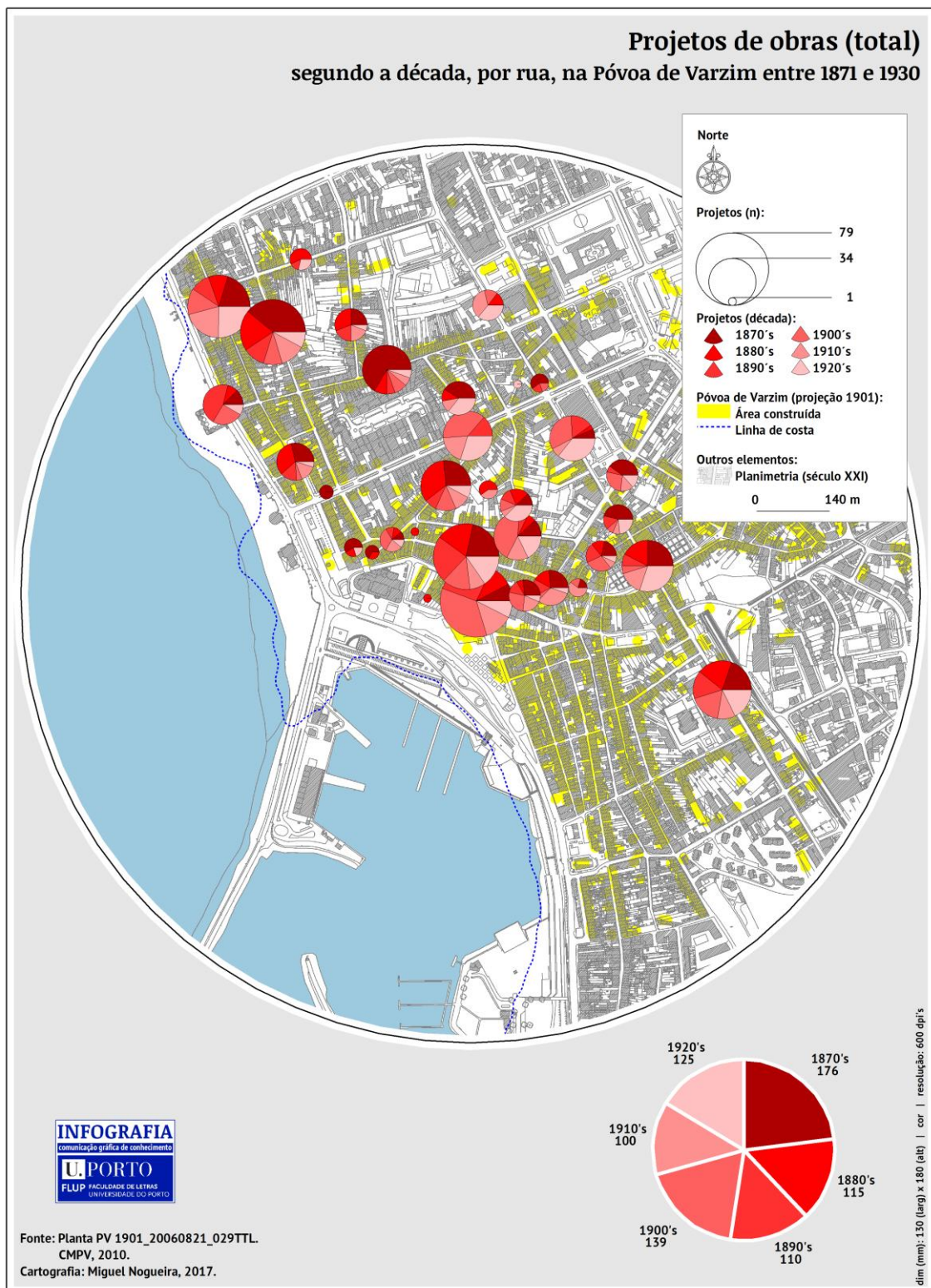


Ilustração 103 – Representação gráfica da evolução arquitetónica da Póvoa no tempo e no espaço estudados.

O segundo mapa temático apresenta informações referentes aos autores dos projetos estudados (ilustração 104). Tal como no esquema gráfico anterior, a dimensão dos círculos reflete o número de projetos associados a cada um dos arruamentos, aludindo o seu conteúdo aos diversos autores identificados. Esta análise possibilitou-nos constatar a existência de dois indivíduos que marcaram o período investigado. Encontram-se associados ao primeiro projetista identificado, o arquiteto Manuel Fortunato de Oliveira Mota, 180 projetos realizados entre 1872 e 1883. O segundo autor merecedor de destaque foi o arquiteto Gonçalo Artur Cruz que superou o anterior no volume de propostas desenhadas, assinando 340 projetos entre 1895 e 1928. Também outros indivíduos assinaram alguns projetos, porém, o volume de documentos associado a cada um deles é pouco expressivo. Por esse motivo, foram identificados na representação gráfica como «Outros Autores», sendo os seus nomes revelados nas fichas do Volume de Anexos. A estes correspondem 245 projetos, pese embora o facto de também aqui serem contabilizados documentos não assinados. Alguns projetos cuja autoria é incógnita foram realizados durante o período de atividade dos arquitetos Manuel Fortunato de Oliveira Mota e Gonçalo Artur Cruz, e apesar de haver similitudes entre esses desenhos e os demais daqueles projetistas, foram contabilizados como sendo de «Outros Autores».

Por fim, no terceiro mapa temático revelamos o local exato de algumas arquiteturas cujos projetos foram analisados (ilustração 105). Encontram-se na citada representação diversos pontos que sugerem os espaços das ruas onde presumimos terem sido levantadas as construções associadas a determinados projetos. O método utilizado para a georreferenciação das arquiteturas na malha urbana da Póvoa baseou-se, sobretudo, nas plantas topográficas existentes nalguns processos de obras particulares, facto que nos simplificou a tarefa. Nos processos onde não existia essa riqueza iconográfica foi preponderante o trabalho de confrontação entre os modelos originais e as edificações ainda existentes ou representadas em elementos iconográficos para determinarmos a localização das arquiteturas.

Conforme referimos, o estudo dos equipamentos da Póvoa balnear teve como motivo condutor os processos de obras particulares, tendo sido determinante a identificação e a análise dos mais de setecentos documentos para a concretização dos pontos que de seguida desenvolvemos.

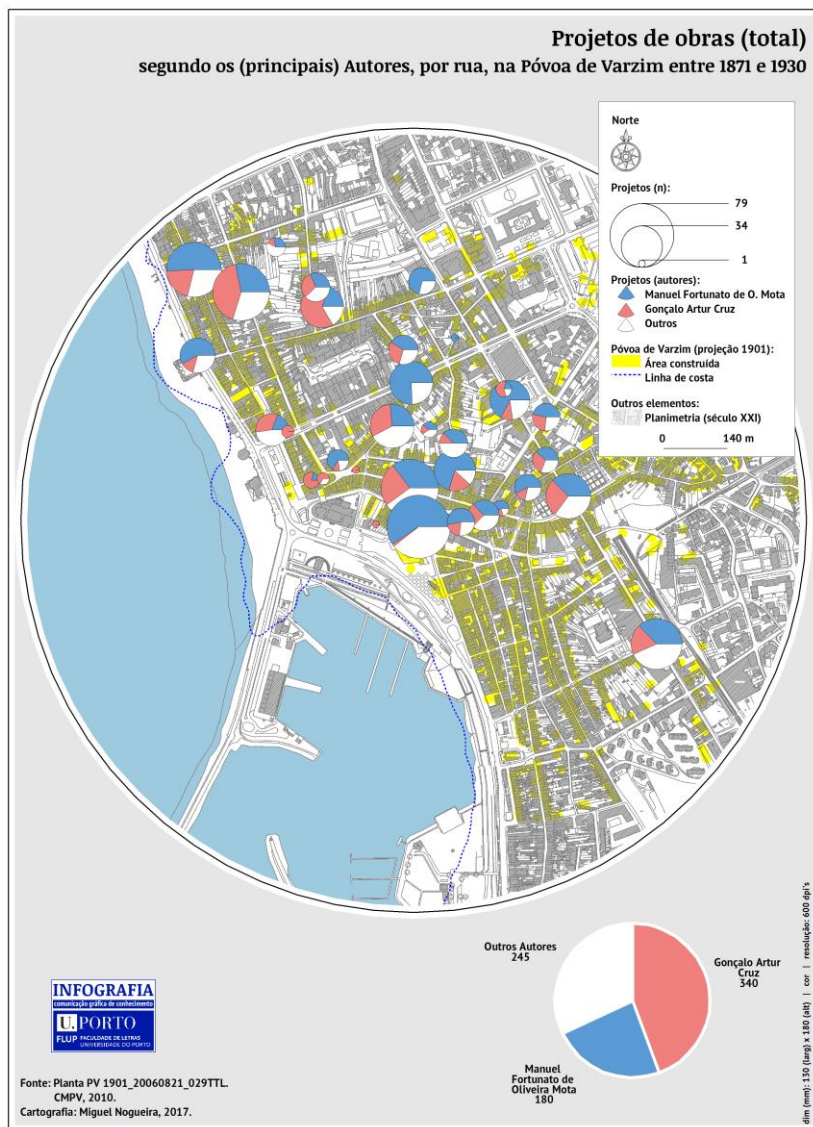


Ilustração 104 – Representação gráfica dos diferentes autores responsáveis pela evolução arquitetónica da Póvoa entre 1871 e 1930.

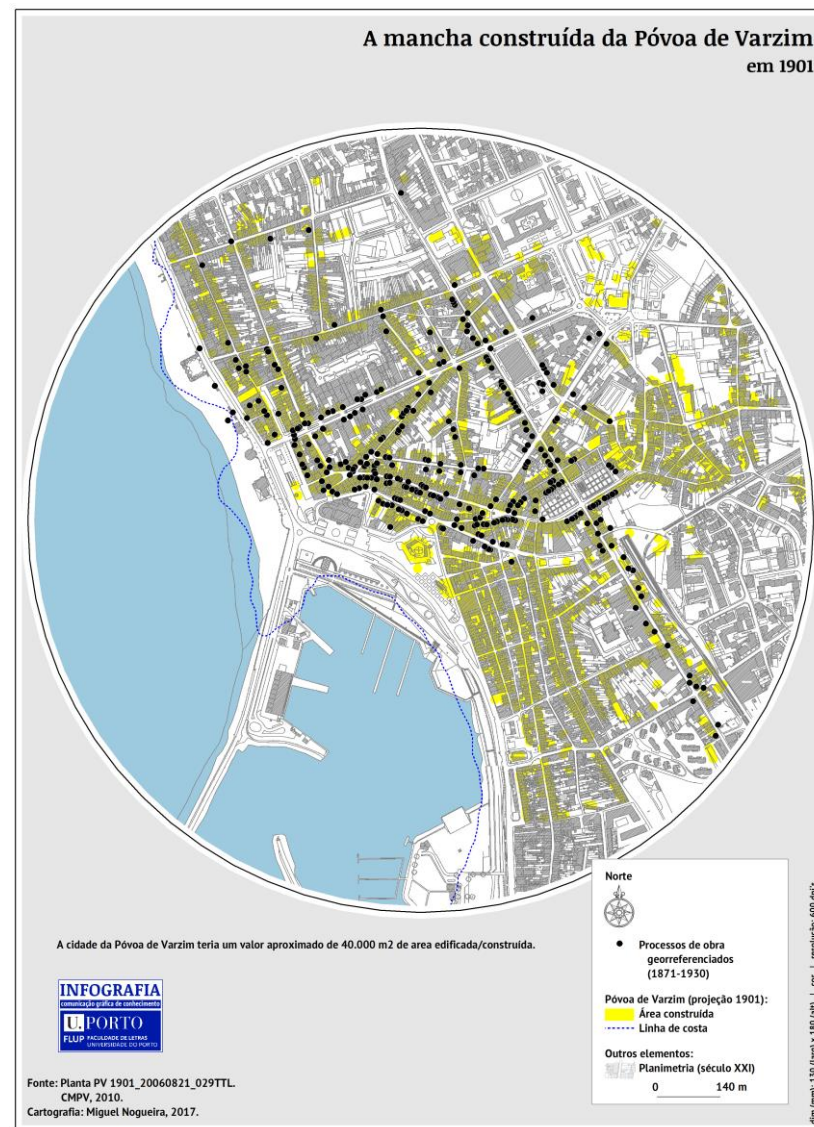


Ilustração 105 – Representação gráfica dos projetos de obras particulares georreferenciáveis na malha urbana da Póvoa.



### 3.1. Os hotéis

Ao longo do século XIX, muitas foram as casas de hóspedes fundadas na Póvoa. A gama variava entre grandes hotéis, celebrizados ao ilustrarem bilhetes-postais, até insignificantes estalagens ou hospedarias. Contudo, se alguns destes estabelecimentos alcançaram o século XX, muitos outros não resistiram à passagem do tempo, encerrando as portas nas primeiras décadas do século passado.

Segundo os livros de registo das licenças expedidas pela Câmara Municipal<sup>389</sup>, foi possível verificar que, entre 1856 e 1908, muitas foram as casas de hóspedes em atividade na Póvoa de Varzim (ver tabela 1). Até ao ano de 1869, todos os estabelecimentos hoteleiros inscritos obtiveram a classificação de estalagem e hospedaria e nenhum foi identificado com um nome. A partir dessa data, alguns registos passaram a incluir a designação do estabelecimento, sendo por norma o nome precedido pelo termo *hotel*, muito embora continuassem a ser classificados como estalagem e hospedaria. Assim, em 1870, foram registados sete estabelecimentos, dos quais quatro eram hotéis, nomeadamente o *do Signal*, o *Central*, o *Portuense* e o *Brachareense*.

Data de 1872 a primeira vez em que uma unidade hoteleira obteve a classificação de *hotel*, apesar de não ter sido identificada. Nos restantes quatro registos desse ano constam estabelecimentos qualificados como estalagem e hospedaria, embora um se denominasse *Hotel Brachareense*. Quanto ao estabelecimento inscrito como *hotel*, apenas foi referido o nome do seu proprietário – Francisco José de Campos. Este indivíduo surgiu alguns anos mais tarde como proprietário do *Hotel Povoense*, o que nos leva a crer que o hotel registado em 1872 seja precisamente o *Povoense*.

Somente nos registos de 1893 há uma clara concordância em relação à categoria do estabelecimento e a sua designação, constando seis hotéis inscritos, entre eles: o *Lealdade*, o *Aura Campista*, o *do Signal*, o *Almada*, o *Luso Brasileiro* e o *Estrella do Norte*. A par dos hotéis foram inscritas outras seis casas de hóspedes, todas classificadas como estalagem ou pousada. Um facto interessante é o de em 1892 os supracitados hotéis

---

<sup>389</sup> Embora sejam preciosas fontes no que respeita à existência de estabelecimentos hoteleiros na Póvoa, os livros de registo das licenças expedidas devem ser analisados com certa cautela, pois a classificação e a designação dos estabelecimentos varia consoante o ano de inscrição. Também pesa o facto de haver grandes lacunas cronológicas, sendo as décadas de 1860 e de 1880 as mais incompletas.

terem sido qualificados como estalagens, havendo, a partir de 1893, uma diferenciação entre as diversas casas de hóspedes poveiras.

A coerência entre a classificação e a designação dos estabelecimentos manteve-se até 1899, verificando-se em 1900 uma reviravolta na conformidade até então alcançada. Nesse ano o *Hotel Estrella do Norte* foi qualificado como hospedaria, apesar de anteriormente constar como hotel. Contudo, no ano seguinte o mesmo estabelecimento retomou a classificação anterior.

Em 1902, os registos demonstraram-se novamente dissonantes no que se refere à classificação e designação, sendo categorizados como hospedarias. Das seis unidades hoteleiras registadas nesse ano, apenas o *Hotel Lealdade* foi classificado como hotel.

Nome da casa de hóspedes	Ruas onde se estabeleceu	Primeira referência	Última referência
Hospedaria de Ana Joaquina de Freitas	Rua da Amadinha	1856	1857
Hospedaria de Francisco Luís Alves da Silva	Praça do Almada	1856	1860
Hospedaria de Agostinho José Martins	Rua dos Gaios e Travessa de S. Sebastião	1856	1873
Hospedaria de António Luís Alves da Silva	Rua da Ponte e Largo de S. Roque	1856	1873
Hotel Bracarense	Rua do Norte	1856	1873
Hospedaria de Domingos José Pereira	Rua do Norte	1856	1858
Hospedaria de Manuel José Cardoso	Rua do Norte e Rua da Ponte	1858	1859
Hospedaria de Josefa Maria da Conceição	Rua da Amadinha	1858	1860
Hotel do Signal	Rua das Lavadeiras	1870	1902
Hotel Central	Rua da Junqueira	1870	1873
Hotel Portuense	Largo do Pelourinho	1870	1870
Hospedaria de Inácio da Costa Giestas	Praça do Almada	1870	1872
Hospedaria de António Ribeiro de Araújo	Rua da Junqueira, Largo do Café Chinês e Rua do Príncipe	1871	1897
Hotel Povoense	Largo do Pelourinho	1872	1886
Hotel Novo Portuense	Rua de Santos Minho	1892	1892
Hotel de Itália	[Rua do Almada]	1873	1873
Hospedaria de Custódia Maria	Rua da Junqueira	1878	1878
Hotel Almada	Praça do Almada	1892	1893
Hotel Luso-Brasileiro	Rua de S. José	1892	1902
Hotel Aura Campista	Largo de S. Roque	1892	1901
Hotel Lealdade	Rua do Príncipe	1892	1903
Hospedaria de Luís Peixoto de Magalhães	Rua da Junqueira	1892	1892
Hotel Peninsular	Largo de S. Roque	1892	1892
Hotel Estrela do Norte	Rua do Norte e Passeio Alegre	1892	1901
Hospedaria de Joaquim José Gomes Carvalho	Praça do Almada	1893	1893
Hospedaria de Luís Gomes da Costa Pereira	Largo de S. Roque	1893	1893
Hospedaria de Paulo Simão	Rua Direita	1893	1893
Hospedaria de Manuel José da Silva Arcos	Praça do Almada	1893	1893
Hotel Universal	Largo do Pelourinho	1900	1902

Tabela 1 – Relação das unidades hoteleiras inscritas nos livros de registos das licenças expedidas. Nos cinco livros analisados foram contabilizadas todas as casas de hóspedes registadas entre 1856 e 1908

Relativamente à localização dos estabelecimentos hoteleiros, a investigadora Ana Maria Ferreira é da opinião que de uma forma geral «os hotéis tinham e continuam a ter tendência para se situar nos centros históricos das cidades»<sup>390</sup>. Apesar deste facto se verificar nalgumas cidades, como, por exemplo, em Lisboa, Madrid ou Londres, na Póvoa oitocentista era comum as casas de hóspedes localizarem-se a jusante do casco velho, à

<sup>390</sup> FERREIRA, Ana Maria – Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Nº 21/22 (2014), p. 357.

época uma zona em franca expansão. Assim, em 1856, ano em que foram registados os primeiros estabelecimentos hoteleiros, das seis casas inscritas, duas encontravam-se no núcleo antigo. As restantes quatro situavam-se a poente do centro histórico, ficando uma delas na charneira entre as duas zonas, precisamente na Praça do Almada, e as restantes três relativamente próximas da zona costeira – uma na Rua da Ponte e duas na Rua do Norte<sup>391</sup> (atuais Ruas da Alegria e de António Graça).

Aliás, as casas de hóspedes poveiras foram desocupando o núcleo tradicional da vila, implantando-se na maioria dos casos nas proximidades da praia, ou em ruas onde predominava o comércio e consequentemente o trânsito humano. Este aspeto prende-se com o facto de a Póvoa de Varzim não ter sido uma vila convencional, mas sim uma vila balnear, sendo a praia durante o verão e o outono a principal atração. A maioria dos hotéis poveiros localizava-se então em locais estratégicos, por onde naturalmente circulavam os forasteiros.

Tal como refere Ana Maria Ferreira, «à medida que os meios de transporte evoluíram os hotéis revelaram propensão para acompanhar a localização dos terminais»<sup>392</sup>. No caso da Póvoa este facto é perfeitamente aplicável, pois o viajante ao sair da estação do caminho-de-ferro, na então Rua do Príncipe (atual Rua do Almirante Reis), deparava-se imediatamente com vários hotéis que pontuavam o percurso entre a estação e a Praia dos Banhos. Assim, somente no troço norte da Rua do Príncipe (atual Rua do Almirante Reis) localizavam-se três unidades hoteleiras – o Hotel Lealdade<sup>393</sup>, o Hotel Aliança, posteriormente instalado na Rua da Junqueira, e o Hotel Almada, ficando este último no cunhal da referida rua com a Praça do Almada. A jusante do Hotel Almada, e já no limite daquela praça, localizava-se o Hotel Universal que desafogadamente se ergueu entre três artérias (a Rua dos Ferreiros, a nascente, a Rua do Pelourinho, a norte, e a Rua da Bandeira, a poente). Seguindo a direção do mar, o forasteiro deparava-se com o Largo de São Roque (atual Praça da República), onde existia uma famosa casa de

---

<sup>391</sup> Foi esta rua posteriormente dividida, denominando-se a parte norte Rua de António Graça e a parte sul Rua da Alegria.

<sup>392</sup> FERREIRA, Ana Maria – Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Nº 21/22 (2014), p. 357.

<sup>393</sup> Posteriormente renomeado Grande Hotel Moderno.



hóspedes – o Hotel Aura Campista<sup>394</sup>. No seguimento do referido largo, encontrava-se a Rua da Junqueira, na qual se estabeleceram alguns hotéis e estalagens de menor relevância, cuja fama não perdurou no tempo. Contudo, no final desta artéria e logo após o Largo do Rego (atual Largo do Dr. David Alves) situava-se o Hotel Luso-Brasileiro, que se estabeleceu no cunhal da Rua do Norte ou da Alegria (atuais Ruas da Alegria e de António Graça) com a Travessa do Passeio Alegre (atual Rua dos Cafés).

Deste modo, os grandes hotéis, aqueles que ofereciam mais e melhores condições aos forasteiros, afirmaram-se através das suas arquiteturas, que por serem relevantes e significativamente imponentes cativavam os hóspedes. Estes estabelecimentos, tal como já foi referido, localizavam-se à face das principais e mais movimentadas artérias da vila, confrontando, na maioria dos casos, pelo menos dois dos seus alçados com a via pública. Assim, os terrenos situados nos ângulos das ruas foram os eleitos para neles se edificarem as casas de hóspedes, possibilitando também a integração de mais vãos nas fachadas, o que permitiria a entrada de luz direta a um maior número de compartimentos.

Para o estudo arquitetónico destes estabelecimentos socorremo-nos dos projetos de obras particulares que nos concederam algumas informações adicionais. Todavia, se na Póvoa de Varzim existiram diversos hotéis, como já tivemos oportunidade de referir, os projetos a si associados acabaram por se demonstrar escassos, representando apenas ampliações. Um dos primeiros projetos de obras particulares<sup>395</sup> associado a uma unidade hoteleira diz respeito a um dos mais antigos e celebres hotéis da Póvoa – o Luso-Brasileiro. Em 1906, Ana Margarida da Silva requereu à Câmara Municipal licença para «levantar um terceiro andar na casa que possui, onde está instalado o “Hotel Luso-Brasileiro” com frente para as ruas do Norte e S. José».

Apesar de a obra não ter sido concretizada, por motivos que desconhecemos, esta intenção aponta para o facto de ser o Hotel Luso-Brasileiro, nos primeiros anos do século XX, bastante concorrido, valendo certamente o investimento da requerente. Esta hipótese fundamenta-se, assim, na pertença ampliação do hotel, que segundo o projeto receberia cerca de oito quartos. Apesar de a planta não especificar qual a utilidade destinada aos diferentes cómodos, pressupõe-se pelas dimensões de cada um deles, que quase todos

---

<sup>394</sup> Posteriormente renomeado Hotel Europa.

<sup>395</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-172).

serviriam de aposentos para hóspedes. Relativamente aos dois alçados principais do edifício, constatamos que o autor do projeto procurou coadunar a feição do novo piso com a dos pré-existentes, pois tanto o número de vãos, como as suas configurações corresponderiam aos dos pavimentos inferiores<sup>396</sup>.

Situação semelhante à do Hotel Luso-Brasileiro foi verificada para o Grande Hotel Moderno<sup>397</sup>. Em 1908, José Bento Otero requereu à Câmara Municipal a construção de «um segundo andar» no seu imóvel localizado na Rua do Príncipe (atual Rua do Almirante Reis). Segundo a planta<sup>398</sup> anexada ao requerimento, apuramos que o novo pavimento continha quinze quartos, dos quais nove possuíam pelo menos uma janela voltada para o exterior. Quanto aos seis cômodos remanescentes, seriam todos ventilados e iluminados com luz natural através de «caixilhos com chapas de vidro no telhado». Ao nível dos alçados, apesar de a edificação possuir dois voltados para a via pública, apenas um foi contemplado no projeto. Segundo o seu desenho, constatamos que o novo piso mimetizou o subsequente, havendo somente uma ligeira discordância em relação aos vãos de peitoril, sendo relativamente maiores, motivo pelo qual receberam guarnições de ferro<sup>399</sup>.

O último dos projetos respeitante a hotéis data de 1916, referindo-se este ao edifício do Grande Hotel que durante alguns anos ocupou o grande prédio de gaveto entre a Praça do Almada e a Rua do Almirante Reis. Naquele ano, Caetano Marques de Oliveira entregou nos Paços do Conselho um requerimento com o objetivo de «ampliar o seu predio, que possui na Praça do Almada, n.º 45». Também este projeto<sup>400</sup>, a par dos dois já citados, apresenta a construção de mais um pavimento sobre os subsequentes. Outro aspeto comum aos três exemplos analisados é o facto de entre os volumes projetados e os pré-existentes existir uma clara coerência arquitetónica. Ao nível da planta do novo pavimento observamos que o Grande Hotel ganharia mais cinco quartos, com a

---

<sup>396</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/02(42).

<sup>397</sup> Em 1912 o Grande Hotel Moderno pertencia à firma Oteros & Lourenço. Ver: LANDOLT, Cândido Augusto – Almanaque da Póvoa para 1912: Histórico, descritivo, ilustrado, litterario e annunciador. Póvoa de Varzim: «A Propaganda», Ano III ([1912]), p. 106.

<sup>398</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-106).

<sup>399</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/02(134).

<sup>400</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-025).

particularidade de todos possuírem aberturas para o exterior. O projeto contém ainda uma curiosidade, encontrando-se na planificação do novo pavimento uma comunicação interna com o prédio contíguo, que também fazia parte do hotel<sup>401</sup>. Em julho de 1917, terminavam as obras no edifício do Grande Hotel, sendo o estabelecimento inaugurado nesse mês<sup>402</sup>.

### 3.2. As casas de aluguer

Certo é o facto de que os primeiros forasteiros a frequentar a praia da Póvoa de Varzim o faziam por questões terapêuticas. No século XVIII, estes acomodavam-se em casas particulares, pagando um montante pelo usufruto de um cómodo ou da habitação. Foi deste modo que os monges de São Martinho de Tibães se instalaram<sup>403</sup>, e seguramente assim foi com muitos outros banhistas. Ainda na atualidade esta prática persiste, surgindo, durante os meses de verão, diversos anúncios com referência ao aluguer de quartos e de residências.

Os *Livros de Maneios* são fontes privilegiadas no que toca a este tema, referindo o de 1808 os «lucros das casas pelo tempo de Banhos». Nesta época os forasteiros serviam-se principalmente de três ruas: a da Junqueira, a da Areosa e a da Senra<sup>404</sup>, pois muitos dos arruamentos que posteriormente integrariam o bairro balnear ainda não existiam nessa época, ficando os banhistas confinados a uma área restrita e não muito próxima da praia.

Ramalho Ortigão aquando da sua passagem pela Póvoa de Varzim, cerca de 1875, tomou conhecimento deste género de negócio, referindo que «as rendas das casas variam, segundo as commodidades que proporcionam, desde a quantia de 200 a 2\$000 reis»<sup>405</sup>. Uma década mais tarde J. Gama abordou igualmente o tema, relatando que na vila havia

---

<sup>401</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/72(27).

<sup>402</sup> GRAÇA, António dos Santos – Grande Hotel: A sua inauguração. O Comercio da Povo de Varzim: Semanário do Partido Republicano Português. Ano XIV, nº 27 (15 jul. 1917), p.2.

<sup>403</sup> SMITH, Robert C. – *Os Banhos de Mar na Póvoa de Varzim no Século XVIII*, pp. 239-244.

<sup>404</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. VI, p. 88.

<sup>405</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, p. 62.

«casas d'aluguel em diversas condições, accessíveis ás bolsas menos abastadas»<sup>406</sup>. Já na primeira década do século XX, Joaquim Leitão foi minucioso na descrição das casas de arrendamento poveiras, mencionando que as havia «para alugar ao mez, casas com mobília, louças, roupa de cama, desde 500 reis a 3000 reis por dia, conforme o luxo», havendo para «além d'estas, [...] casas para todos os preços ínfimos»<sup>407</sup>. Prossegue o autor, referindo que «apesar de haver muita centena de casas n'essas condições, a concorrência torna-as raras»<sup>408</sup>. Segundo Leitão, a prática de alugar casa seria transversal aos vários extratos sociais. No fim do mês de outubro, os banhistas ditos cosmopolitas retornavam aos seus lares, dando então lugar aos forasteiros da província, que faziam da terra o seu sustento. Nessa altura a Póvoa «faz[ia] aos seus predios d'aluguer o que uma dona de casa arranjada faz ás suas gavêtas: esvasia-las, [...] para as tornar a encher... com o resto do norte do paiz, a que chega agora a vez de veranejar, depois de medido o vinho e contados os carros de pão»<sup>409</sup>.

Apesar das várias descrições, não se conhece especificamente o modelo arquitetónico deste tipo de casas. Naturalmente muitas seriam residências particulares que durante a época estival abriam as suas portas para albergar banhistas, incrementando os rendimentos dos seus proprietários. Certamente algumas casas foram propositadamente construídas com o intuito de hospedar banhistas, não sendo, todavia, consideradas unidades hoteleiras.

Entre todos os projetos de obras particulares analisados nenhum refere explicitamente a construção de casas destinadas ao arrendamento. Contudo, algumas erigidas nas proximidades da praia apresentavam uma curiosa configuração, possuindo um grande número de quartos. Este facto poderá indiciar que as casas em questão serviriam o propósito de hospedar banhistas.

Um projeto<sup>410</sup> que reflete bem este tipo de construção data de 1906. De acordo com o requerimento que o acompanhou, foi possível verificar que Custódio Gonçalves Duque

---

<sup>406</sup> GAMA, J. – *Guia Portatil do Viajante em Portugal*, p. 200.

<sup>407</sup> Através deste testemunho é possível constatar a inflação no preço dos arrendamentos, se os compararmos com os descritos por Ramalho Ortigão.

<sup>408</sup> [LEITÃO, Joaquim] – *Povoa de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal*, p. 21.

<sup>409</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>410</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-208).

Varzim pretendia edificar um imóvel na Rua dos Banhos, onde era residente. A nova construção seria erigida num lote confrontante a poente com a referida rua e a nascente com a Rua do Ramalhão, onde se erguia uma outra casa do requerente. Deste modo, Custódio Gonçalves Duque Varzim possuía três imóveis nas proximidades da orla costeira, dois deles na primeira linha da praia e um na segunda. Os factos narrados levam-nos a crer que este indivíduo arrendaria pelo menos uma das suas três casas, podendo afigurar-se como um investidor deste ramo de negócio.

Quanto ao projeto da edificação, datado de 22 de janeiro de 1906, este apresenta o alçado principal e duas plantas, uma do piso térreo e outra do superior. Conforme sugerem os desenhos, esta edificação seria bifamiliar, uma vez que possuía entradas independentes, contendo ambos os pisos cozinhas e salas, bem como compartimentos exteriores destinados às latrinas. A habitação térrea compreendia uma sala, uma cozinha e uma arrecadação, uma despensa e ainda cinco quartos, um deles voltado para a Rua dos Banhos. Já a morada do piso superior comportava uma ampla sala de estar que confrontava com a referida rua, uma sala de jantar e uma cozinha, confinando ambos os compartimentos com o logradouro e ainda uma despensa e seis quartos que ocupavam o miolo da habitação<sup>411</sup>.

### 3.3. Os cafés e as confeitarias

Os cafés e confeitarias<sup>412</sup> ainda hoje são espaços fulcrais das vivências estivais. Na Póvoa de Varzim existiram muitos estabelecimentos deste género, destacando-se o *Café David*, mais tarde denominado *Café Suíço*, o *Café Luso-Brasileiro* que se instalou no piso térreo onde funcionou o hotel homónimo, o *Café Universal*, o *Café Chinês* (ilustração 106) e o *Bar da Praia*, comumente designado *Guarda Sol*, o único dos cinco estabelecimentos ainda hoje em atividade.

---

<sup>411</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/02(137).

<sup>412</sup> O recurso aos projetos de obras particulares para o estudo arquitetónico dos cafés e confeitarias tornar-se-ia infrutífero, dada a inexistência de documentação. Este facto justifica-se, pois, na maioria dos casos, estes estabelecimentos não se constituíam como um edifício único e isolado, estando localizados nos «baixos» das edificações. Contudo, o edifício do Café Chinês foi propositadamente construído para o acolher, mas o seu projeto não foi localizado no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim.



A altura de maior concorrência dos cafés seria certamente ao final do dia, quando ficavam plenos. «Homens, senhoras, banhistas de todas as classes, viajantes de todas as procedências, ocupam todos os bancos, aglomeram-se em volta de todas as mesas»<sup>413</sup>, recorda-nos Ramalho Ortigão.

Muitos destes emblemáticos estabelecimentos abriam as suas portas apenas durante a época balnear, dedicando-se quase exclusivamente a receber os veraneantes. Os seus interiores eram, por norma, bastante cuidados, destacando-se o do *Café Chinês*, que tal como o nome sugere, possuía uma rica decoração ao gosto oriental, onde imperavam ricas pinturas, candelabros, estatuetas, entre outros elementos (ilustração 107), que fizeram deste café o mais concorrido da vila. O *Café David*, posteriormente *Café Suisso*, também primava pela excelência, dispondo de um amplo jardim na parte posterior, onde em tempos existiu um coreto<sup>414</sup>.



*Ilustração 106 – Reprodução fotográfica do Café Chinês, MMEHPV, início do século XX.*



*Ilustração 107 – Reprodução fotográfica do interior do Chinês, MMEHPV, final do século XIX ou início do XX*

Para além de fornecerem refeições aos banhistas, alguns destes cafés tinham também muito presente a vertente lúdica, proporcionando aos clientes concertos cantados ou instrumentais animados por bailarinas, preenchendo, assim, as suas noites de verão. Ramalho Ortigão terá presenciado alguns desses eventos aquando da sua passagem pela Póvoa, descrevendo a experiência do seguinte modo: «harpas e rebecas organizam um concerto. Uma mulher hespanhola ou italiana, com um prato de estanho, sollicita com um sorriso os donativos da assembleia. Um baritono de longos cabellos, penteados para traz

<sup>413</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, p. 51.

<sup>414</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III, p. 169.

das orelhas, infatigável berrador, com a mão na abertura do collete, a fronte alta, o olhar intrepido, entôa uma romansa»<sup>415</sup>.

O jogo era outro atrativo dos cafés, não passando despercebido, apesar de proibido, conforme nos revela Ramalho Ortigão, que na Póvoa vivenciou o ambiente em torno de uma sala dedicada àquele entretenimento. Ora vejamos:

*Em todos os cafés ha um compartimento suplementar em que se joga o monte ou a roleta; em um d'elles passa-se da sala do bufete ao jardim, onde se acha a roleta installada n'um bonito pavilhão.*

*Na Póvoa, assim como em Espinho, na Foz, na Figueira, em todas as grandes praias, a concorrência em volta do panno verde é das mais curiosamente variadas. Homens de todas as condições sociaes, proprietarios, funcionarios publicos, capitalistas, professores, litteratos, militares com os seus uniformes, sacerdotes com as suas corôas. Como o jogo é prohibido, como a casa da tavolagem se considera secreta, como ha uma entrada mysteriosa, cada um se julga ao abrigo da notoriedade e todo o mundo joga. Os caixeiros imaginam que não serão ahi vistos pelos seus patrões, os filhos que não encontrarão lá os seus pães, os devedores remissos que estarão livres dos fornecedores implacaveis, os amanuenses que não darão com os chefes de secretaria, os jovens tenentes que estarão a coberto do olhar reprehensivo e severo dos commandantes dos corpos. Depois, lá dentro, se os inesperados encontros se effectuam, como geralmente succede, a cumplicidade n'um delicto commum estabelece uma indulgencia reciproca*<sup>416</sup>.

Os cafés eram de tal modo importantes para a Póvoa de Varzim que em 1921 o então vereador José Luís da Costa requereu à Câmara Municipal a proibição do trânsito automóvel na Rua de Rodrigues de Freitas (atual Rua dos Cafés). Esta intenção previa sobretudo terminar com o «ruído [que] perturba[va] a audição dos concertos musicais que nos cafés daquela rua se realizavam»<sup>417</sup>.

### 3.4. Os teatros

De um modo geral o Teatro obteve desde sempre uma grande receptividade dentro dos diversos grupos sociais, sendo apreciado quer pelas elites, quer por aqueles que ocuparam as franjas da sociedade. Poderemos, então, afirmar que a arte da representação é uma das manifestações de cultura mais transversal e democrática. Irene Vaquinhas vai mais longe, referindo que do ponto de vista arquitetónico tendem a reger-se os edifícios concebidos com funcionalidades relacionadas com o Teatro por «cânones estéticos»

---

<sup>415</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, pp. 51 e 52.

<sup>416</sup> *Idem*, p. 52.

<sup>417</sup> BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I, p. 170.

reconhecíveis sobretudo pela burguesia<sup>418</sup>.

Na Póvoa de Varzim, constatamos que as demonstrações teatrais são usuais desde pelo menos os finais do século XVIII. Em agosto de 1793, em plena época balnear, foram promovidos vários espetáculos do género com a finalidade de celebrar o nascimento da «Serenissima Princeza da Beira». O programa dos festejos, entre diversas manifestações lúdicas, contemplou variadas encenações teatrais. A primeira ocorreu no dia 24, exibindo-se uma ópera italiana num «Theatro que se tinha construido ao lado da Praça dos touros». As festividades prolongaram-se por mais três dias, subindo ao palco no dia 25 uma «outra Opera Italiana» e no dia 26 «hum Comedia Portugueza», findando as celebrações em 27 de agosto com «hum pequena Peça Italiana» e «mais tres Comedias Portuguezas»<sup>419</sup>.

Apesar da excecionalidade dos atos teatrais de 1793, veremos que posteriormente muitos foram os espetáculos do género ocorridos na estância. Logo na centúria seguinte, pelo «tempo de banhos» de 1806, apresentavam-se espetáculos ao público «nas Cazas da Apozentadoria», onde «se fizera hum teatro»<sup>420</sup>, embora o edifício dos Paços do Concelho (ilustração 108) ainda não tivesse sido inaugurado<sup>421</sup>. Verificamos também que, alguns anos depois, se apresentou na Póvoa um «theatro ambulante, com actores castelhanos, que davam as recitas n’uma tenda de lona»<sup>422</sup>.



*Ilustração 108 – Reprodução fotográfica do edifício dos Paços do Concelho da Póvoa, fotografia do autor, 2016.*

Se numa primeira fase, tinham as companhias itinerantes que montar os seus equipamentos para receber o público, futuramente, as representações teatrais ocorreriam sob outro contexto. Assim, alguns anos mais tarde, já na década de 1870, constatamos

<sup>418</sup> VAQUINHAS, Irene – Apontamentos para a História do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz (1884-1895). *Arquipélago – História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Vols. XIV-XV, 2ª série (2010-2011), p. 116.

<sup>419</sup> Lisboa: 26 d’Outubro. «Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa». Nº XLIII. (26 out. 1793).

<sup>420</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 721.

<sup>421</sup> *Idem*, pp. 329 e 330.

<sup>422</sup> AMORIM, Francisco Gomes de – *Garrett: Memórias Biographicas*, Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, pp. 143 e 144.

que na Póvoa foram fundados diversos teatros. Pese embora o facto de todos se estabelecerem em estruturas de madeira, havia agora uma certa perenidade nas edificações. A primeira construção deste género terá adotado o nome do famoso escritor português João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854)<sup>423</sup>, que, no final da década de 1810 ou no início da seguinte, estanciou na Póvoa de Varzim com a família<sup>424</sup>. O Teatro Almeida Garrett, apelidado por um periódico poveiro de «Garrett de páu»<sup>425</sup>, terá sido edificado na Rua do Almada (atual Rua de Paulo Barreto), funcionando desde pelo menos 1873<sup>426</sup>.

No início da «estação de banhos» de 1876, foi propositadamente construído «outro barracão-theatro», situando-se este «na Rua da Junqueira»<sup>427</sup> (ilustração 109), para acolher uma companhia dramática que nesse ano não conseguira alugar o Teatro Almeida Garrett, pois uma congénere havia-se antecipado. O esforço seria certamente compensado, uma vez que o periódico poveiro, *A Comarca*, considerou aquela companhia «uma das melhores». A questão



*Ilustração 109 – Reprodução fotográfica do local onde se encontrava edificado o Teatro Sá da Bandeira, fotografia do autor, 2016.*

foi solucionada com a criação de uma comissão que ficou incumbida de «edificar outro barracão-theatro»<sup>428</sup>, constituindo-se interiormente «com frisas, uma ordem de camarotes e uma plateia regular»<sup>429</sup>. Em setembro de 1876, já estaria o Teatro Sá da Bandeira em funcionamento, uma vez que

<sup>423</sup> MONTEIRO, Ofélia Paiva – Garrett (Almeida). In BERNARDES, José Augusto Cardoso, dir. – *Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Verbo, 1997, p. 780.

<sup>424</sup> AMORIM, Francisco Gomes de – *Garrett: Memórias Biográficas*, Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 140.

<sup>425</sup> O milagre. «O Grillo: Jornal Satyrico e Noticioso». Ano I, nº 27 (24 out. 1875), p. 3.

<sup>426</sup> BARBOSA, Viriato – *A Póvoa de Varzim (Ensaio da História desta Vila)*. 2ª ed.. Póvoa de Varzim: [s. n.], 1972, p. 207.

<sup>427</sup> Na verdade, a nova casa de espetáculos foi erguida num terreno entre o Largo do Rego, localizado no fim da Junqueira, e a Rua da Alegria.

<sup>428</sup> Novo teatro. «A Comarca». Ano I, nº 25 (2 jul. 1876), p. 2.

<sup>429</sup> GAMA, J. – *Guia Portatil do Viajante em Portugal e Itinerarios das Viagens Circulatorias em Hespanha e França*, p. 200.

nessa data «subiu á scena [...] o drama em 3 actos – O coração d’um soldado – e a chistosa zarzuela em 1 acto – D. Esdrujulo e a Bailarina»<sup>430</sup>.

Verificamos, também, que por volta de 1876 foi construído um outro teatro, pois em julho desse ano deu entrada na Câmara Municipal um requerimento para a construção de um «Theatro de Madeira» no Largo de São José (atual Largo do Passeio Alegre), próximo à Capela de São José de Ribamar. O edifício seria erigido em terrenos municipais, ficando o proprietário, Joaquim Quaresma Júnior, sujeito ao pagamento de uma renda. O projeto<sup>431</sup>, anexado ao requerimento datado de 7 de julho de 1876, contempla apenas o alçado principal do edifício, que seria rasgado por três vãos que permitiriam o acesso ao interior da casa de espetáculos, sendo o central ligeiramente mais largo e encimado por um óculo. Sobre os vãos laterais ficariam duas cartelas, onde seria inscrito o nome do estabelecimento – «Theatro Povoense»<sup>432</sup> (ilustração 110).

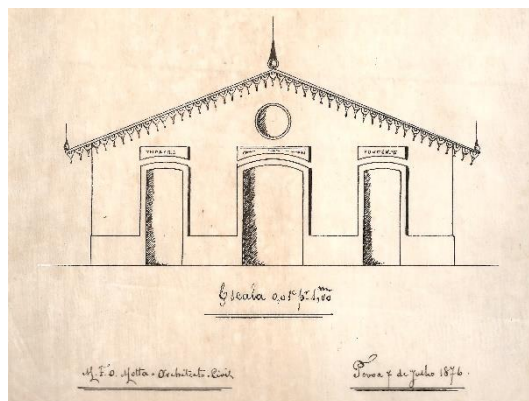


Ilustração 110 – Digitalização do projeto do Teatro Povoense, AMPV, 1876.

Após longos anos de representações teatrais em edificações com características provisórias, dava-se, em 1889, um importante acontecimento que viria a transformar a situação cultural da vila. Nesse ano, Felisbina Amélia Pinheiro da Conceição Alves requereu, à Câmara Municipal, autorização para «edificar uma casa [...] na [...] rua da Senra em frente da rua dos Santos Minho». Apesar de o documento não se referir à construção de um teatro, através do projeto<sup>433</sup> que o acompanha, notamos similitudes existentes entre o desenho e o alçado principal do ainda existente Garrett<sup>434</sup>. Atentando ao projeto que precedeu a edificação, constatamos a existência de algumas diferenças entre o previsto e o executado, manifestando-se as alterações sobretudo ao nível dos dois

<sup>430</sup> Theatros. «A Comarca». Ano I, nº 35 (17 set. 1876), p. 2.

<sup>431</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-584)..

<sup>432</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/46(104).

<sup>433</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-361).

<sup>434</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4051. Auto de 1 de abril de 1889.



corpos laterais, que na planificação se apresentam mais elevados, bem como cobertos por telhados de formato piramidal (ilustração 111). A configuração destes volumes poderá, eventualmente, ter sido alterada durante a empreitada, substituindo-se os remates *apalaçados* por ameias, o que conferiu à construção uma aparência mais *acastelada*.



*Ilustração 111 – Digitalização do projeto do Teatro Garrett, AMPV, 1890.*



*Ilustração 112 – Reprodução fotográfica do alçado frontal do Teatro Garrett, fotografia do autor, 2016.*



*Ilustração 113 – Reprodução fotográfica do alçado frontal do Teatro Garrett, fotografia do autor, 2016. Na imagem é visível o edifício após as obras de reconstrução.*

Contudo, na generalidade, as diferenças são subtis, desenvolvendo-se o edifício do Teatro Garrett a partir de um corpo central: no piso térreo três vãos permitem o acesso ao interior, correspondendo-lhes no andar superior janelas de peitoril encimadas por um frontão triangular. Ladeiam este corpo dois outros intermédios, abrindo-se no piso térreo dois vãos de entrada encimados por duas janelas de sacada. O edifício é horizontalmente rematado por dois corpos, inspirando-se o seu desenho nas grandes torres senhoriais, muito por conta das ameias que os encimam (ilustrações 112 e 113). Apesar de



relativamente extensa, esta arquitetura caracteriza-se pelo dinamismo dos corpos que compreendem diferentes dimensões, bem como dos vãos que variam em número, forma e dimensão.

Pouco mais de um ano após Felisbina Amélia da Conceição Pinheiro Alves ter posto em ação o levantamento de um teatro, ficava concluído o seu edifício, aguardando a sua proprietária «propostas de qualquer companhia»<sup>435</sup>.

O palco do Garrett estreou-se em agosto de 1890<sup>436</sup>, ocupando-se pela primeira vez os oito «camarotes de frente» e os quinze «lateraes», assim como as dez frisas, as «185 cadeiras [...] e 300 geraes»<sup>437</sup>. A emblemática construção tornou-se seguramente uma referência do pequeno aglomerado urbano da Póvoa, pois o local onde se encontra implantado, não raras vezes, foi denominado Largo do Teatro<sup>438</sup> (ilustração 114).



Ilustração 114 – Reprodução digital da «Planta da Póvoa de Varzim», arq. Gonçalo Artur Cruz, MMEHPV, 1901. A imagem apresenta um pormenor da planta, onde está representado o Teatro Garrett.

Uma vintena de anos passada após a abertura do Garrett, inaugurava na Póvoa uma nova casa de espetáculos<sup>439</sup>. A sua construção deverá ter sido relativamente rápida, dado que, em abril daquele ano – cerca de quatro meses antes de abrir portas – José Leite da

<sup>435</sup> Theatro. «Estrella Povoense». Ano XIV, nº 20 (6 jul. 1890), p. 2.

<sup>436</sup> O Teatro Garrett foi inaugurado em 15 de agosto de 1890. Ver: Theatro. «A Independencia». Ano IX, nº 443 (17 ago. 1890), p. 1.

<sup>437</sup> [LEITÃO, Joaquim] – *Póvoa de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal*, p. 34.

<sup>438</sup> Castro Bicho. «Ala Arriba: revista mensal de propaganda da praia de banhos da Póvoa de Varzim». Ano I, nº 1 (dez. 1927), p. 1.

<sup>439</sup> Salão-Theatro. «O Commercio da Póvoa de Varzim». Ano VII, nº 36 (4 ago. 1910), p. 3.

Cunha Júnior e José Luís da Costa remeteram um requerimento à Câmara, solicitando a construção de «um Salão-Theatro, sito na rua de Santos Minho, contiguo ao quartel dos Bombeiros Voluntarios». O projeto<sup>440</sup> que lhe deu origem, sobremaneira mais completo do que o que vimos para o Garrett, é constituído por diversas peças desenhadas, entre as quais: cortes,



*Ilustração 115 – Digitalização do projeto do Salão-Theatro, AMPV, 1910.*

plantas e alçados. Observando-se o desenho do alçado frontal, constatamos a existência de um corpo central mais elevado do que os laterais, no qual se abre um grande vão rematado por um arco de volta perfeita. Cada um dos corpos laterais é rasgado por uma abertura, fazendo-se a partir de ambas o acesso ao interior do edifício (ilustração



*Ilustração 116 – Reprodução fotográfica do alçado frontal do antigo Salão Teatro, fotografia do autor, 2016.*

115). Se a fachada é ainda hoje reconhecível relativamente à sua projeção (ilustração 116), o mesmo não acontece com o espaço interior do antigo *Salão-Theatro*, visto que sofreu sucessivas alterações em função dos diferentes usos por que passou a edificação. Assim, as plantas do projeto são fundamentais para conhecer a morfologia interna da outrora casa de espetáculos, revelando a existência de uma ampla plateia no piso térreo (ilustração 117), encimada por um pequeno balcão (ilustração 118)<sup>441</sup>. Embora tenha o emblemático edifício persistido até à atualidade, este não serve mais o propósito para o qual foi erigido.

<sup>440</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-698).

<sup>441</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/24(45).

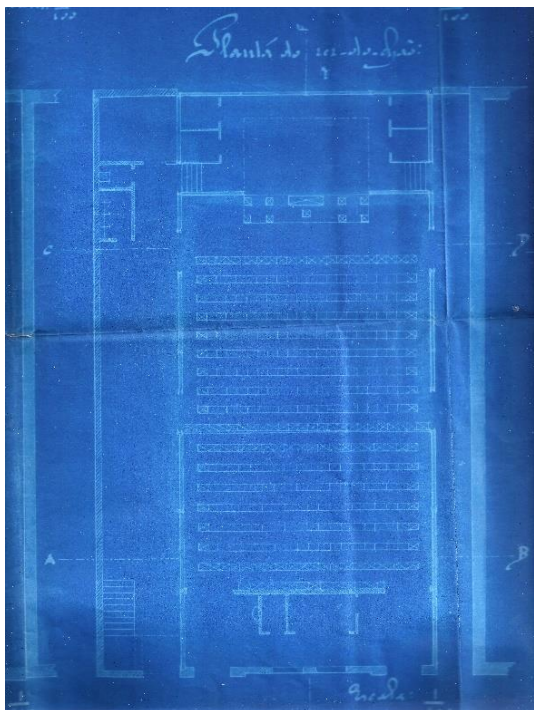


Ilustração 117 – Digitalização da planta da plateia do Salão-Teatro, AMPV, 1910.



Ilustração 118 – Digitalização da planta do balcão do Salão-Teatro, AMPV, 1910.

### 3.5. Os estabelecimentos de banhos quentes

Os estabelecimentos de banhos quentes constituíam mais um dos atrativos da Póvoa de Varzim, enquanto estância de veraneio. Os *banhos quentes*, nome pelo qual eram comumente designados, estavam vocacionados para receber forasteiros que, acima de tudo, procuravam tratar as suas enfermidades. Os banhos que recorriam a água salgada aquecida terão sido os primeiros a constituírem esta modalidade de negócio. Aliás, a prática de *banhos quentes* na Póvoa remonta pelo menos ao último quartel de setecentos, pois nessa época alguns monges de Tibães recorreram a esta prática. Quando o banho não ocorria no mar, era-o feito em casa, uma vez que os religiosos desembolsaram várias maquias, quer para o pagamento de uma «mulher q. conduzia agoa do mar», quer para a compra de «lenha [...] p.<sup>a</sup> se aquestar a agoa do banho»<sup>442</sup>.

<sup>442</sup> SMITH, Robert C. – *Os Banhos de Mar na Póvoa de Varzim no Século XVIII*, p. 242.

Ao longo de oitocentos, muitos foram os estabelecimentos de banhos quentes fundados na vila poveira. Todos nasceram nas proximidades da orla costeira, sendo esta uma das suas principais idiossincrasias. Esta característica é empiricamente compreensível, pois havia a necessidade de se aprovisionarem rápida e facilmente com água do mar. Originalmente, os *banhos quentes* recorriam ao trabalho braçal para se abastecerem com água salgada, e só mais tarde, quando surgiram meios inovadores, é que a prática foi substituída. A proximidade destes estabelecimentos à praia não se prendia somente com questões práticas, garantindo-se, assim, a sua frequência, uma vez que se encontravam estrategicamente expostos ao seu público-alvo – os banhistas. Muitos vinham até à Póvoa para curar, tratar ou atenuar as enfermidades diagnosticadas pelos médicos que prescreviam o tipo de banho mais adequado para cada maleita<sup>443</sup>. Por exemplo, «[os] reumathismos, [a] frouxidão de nervos, [as] nevralgias, [o] amollecimento de espinha, [as] ataxias, [as] paralyrias, [as] affecções nervosas, &&» eram algumas das moléstias contra as quais se acreditava poderem os banhos atuar<sup>444</sup>. A sazonalidade era outro dos aspetos comuns a este tipo de estabelecimentos. Conforme referem alguns periódicos poveiros, os *banhos quentes* abriam portas no dia 1 de junho, cessando a atividade nos últimos dias do ano<sup>445</sup>.

Um dos primeiros estabelecimentos de banhos quentes a funcionar na Póvoa terá sido o de Joaquim Martins do Rio, coadjuvado pelo filho Francisco. Esta casa encontrava-se aberta em 1838 e ocupava uma das edificações da Rua da Junqueira<sup>446</sup>, topónimo que na época abrangia a atual Rua do Paredão<sup>447</sup>.

Mais tarde, já na segunda metade do século XIX, o número de referências aos *banhos quentes* é significativamente superior, sendo os periódicos locais um dos maiores responsáveis pela difusão destes estabelecimentos. Em 1872, uma pequena nota publicada na *Gazeta da Povoia de Varzim* revelou-nos alguns dados curiosos. O texto refere que

---

<sup>443</sup> Casa Ocenea: praia de banhos da Povoia de Varzim. «O Liberal». Ano XX, nº 983 (12 jul. 1914), p. 4.

<sup>444</sup> Casa Oceania: Grande Estabelecimento Balnear. «Estrella Povoense». Ano XXX, nº 1565 (16 set. 1906), p. 4.

<sup>445</sup> Casa Oceania: Grande Estabelecimento Balnear. «Estrella Povoense». Ano XXX, nº 1565 (16 set. 1906), p. 4 e Casa Ocenea: praia de banhos da Povoia de Varzim. «O Liberal». Ano XX, nº 983 (12 jul. 1914), p. 4.

<sup>446</sup> AMORIM, Manuel – Camilo e Sena Freitas. *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim: CMPV. Vol. XXVIII, nº 2 (1991), p. 297.

<sup>447</sup> AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra*, p. 136.



António Azevedo de Magalhães, engenheiro das obras públicas de Braga, havia executado uma planta para a construção de um estabelecimento de banhos quentes na Póvoa. Contudo, é muito provável que o plano não tenha sido materializado, sendo o futuro da obra vaticinado pelo redator, que em tom de desabafo escreveu – «pena é que esse primoroso trabalho não chegue a ver a luz da realidade»<sup>448</sup>. No mês seguinte, o mesmo autor retomou o assunto, noticiando que «só por meio d’uma companhia se poderá emprender, porque nos parece que o orçamento será um pouco elevado para as forças d’um só individuo». Como vimos, seria o plano demasiadamente ambicioso, afirmando os que o viram ser «obra prima neste genero»<sup>449</sup>.

Sem embargo, entre as décadas de 1870 e de 1880, inauguraram na Póvoa de Varzim alguns estabelecimentos de banhos quentes, embora se desconheçam os seus nomes, bem como os seus proprietários. Por exemplo, em 1872, abria portas, na Rua do Norte, um novo estabelecimento de banhos quentes, merecendo, segundo a *Gazeta da Povia de Varzim*, «a primazia a todos os outros, pela limpeza e promptidão dos banhos» que poderiam ser «quentes, frios, e chuva, de agoa doce e salgada»<sup>450</sup>. Já na década seguinte, mais precisamente em 1886, foi publicado, no semanário *Estrella Povoense*, um texto assinado por Victorino Barros, um médico da Régua. O autor refere a abertura de um estabelecimento de banhos quentes na Rua do Ramalhão, que, de acordo com o mesmo, muito era necessário à vila, pois «os que até aqui havia, alem de muito insufficientes, eram demasiadamente sordidos e repellentes até; na verdade eram a vergonha da Povia»<sup>451</sup>.

Se alguns destes estabelecimentos ainda cedo fecharam as portas, não perpetuando a sua história, houve outros que se notabilizaram, contribuindo para o sucesso da Póvoa enquanto estância de vilegiatura.

No Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim foram encontrados seis projetos de obras particulares, que representam algumas das edificações onde se estabeleceram os mais famosos *banhos quentes* da vila. Certos documentos para além de referirem a função

---

<sup>448</sup> Noticias Diversas. «Gazeta da Povia de Varzim». Ano III, nº 200 (18 fev. 1872), p. 3.

<sup>449</sup> Noticias Diversas. «Gazeta da Povia de Varzim». Ano III, nº 202 (3 mar. 1872), p. 3.

<sup>450</sup> Banhos Quentes. «Gazeta da Povia de Varzim». Ano III, nº 230 (15 set. 1872), p. 3.

<sup>451</sup> Felicito, e congratulo-me. «Estrella Povoense». Ano X, nº 528 (15 ago. 1886), p. 1.



para a qual se destinavam as futuras construções, também demonstram como se organizavam interiormente estes estabelecimentos.

A Casa Lusitana foi um dos estabelecimentos de banhos quentes mais famosos da Póvoa de Varzim. Embora desconheçamos a sua origem, sabemos que em dezembro de 1886 o seu proprietário, António da Costa Marques, entregou um requerimento na Câmara Municipal, solicitando autorização para edificar uma casa destinada a «um estabelecimento de banhos quentes». Consta no referido documento que a construção implementar-se-ia entre as Ruas do Paredão, a norte, e do Cais Novo (atual Rua do Tenente Valadim), a sul.

Lamentavelmente, as peças desenhadas<sup>452</sup>, anexadas ao requerimento, contemplam apenas os alçados, não havendo nenhuma planta que indique a disposição dos compartimentos internos. Segundo o projeto, o edifício possuía apenas um piso, pressupondo-se que fosse uno entre os dois arruamentos<sup>453</sup>. O alçado da Rua do Cais Novo (atual Rua do Tenente Valadim) seria rasgado por um vão central que permitia o acesso ao interior, e dois laterais de iluminação, sendo as suas molduras constituídas por cilhares com a mesma forma, mas com diferentes dimensões. Configuração semelhante apresentam as pedras dos cunhais, havendo uma clara concordância entre as diversas guarnições pétreas da construção. A fachada seria rematada por uma dinâmica platibanda, onde tanto a parte central, como os ângulos são visivelmente acentuados em termos volumétricos. O alçado voltado para a Rua do Paredão, comparativamente mais simples do que o anteriormente descrito, seria também rasgado por três vãos: o central de formato semicircular, que permitia o acesso ao interior, e dois laterais de verga reta. As molduras dos vãos concediam, certamente, à fachada uma acentuada plasticidade, muito por conta da diversidade das formas e da demarcação dos volumes. Rematavam a edificação um friso e uma cornija, encimadas por uma platibanda retilínea<sup>454</sup>.

---

<sup>452</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-728).

<sup>453</sup> Segundo a «Planta da Póvoa de Varzim» de 1901, o lote que julgamos corresponder a este estabelecimento, situado entre as Ruas do Paredão e do Cais Novo, era ocupado por uma construção una. Cf. CRUZ, Gonçalo Artur – [\[Planta da Póvoa de Varzim\]](#) [Material cartográfico]. Escala [1:2000]. 1901. 1 planta. Acessível no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal.

<sup>454</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria. CMPV/4051. Auto de 14 de fevereiro de 1887.

Cerca de três décadas mais tarde, mais precisamente em 1917, José da Costa Marques, o agora proprietário da Casa Lusitana, endereçou à Câmara Municipal um requerimento acompanhado de um projeto<sup>455</sup> que previa a edificação de um «estabelecimento de banhos quentes e duches, com um andar [...] destinado á sua habitação». O novo balneário seria edificado no Passeio Alegre, confrontando a parte posterior da propriedade com a Rua da Alegria, ambos locais privilegiados do bairro balnear. Ao contrário do que se verificou no projeto anterior, este é bastante mais completo, possuindo várias peças desenhadas que revelam curiosos dados sobre o funcionamento do estabelecimento.

A partir do projeto, constatamos, no piso térreo, a existência de dois vestíbulos, o da direita respeitante à residência e o da esquerda ao balneário. Seguia-se a este último uma sala de espera e dois corredores laterais, que concediam acesso às restantes dependências. Situava-se entre ambos uma ilha constituída por seis pares de cabines, totalizando doze compartimentos, onde ocorriam os banhos de imersão. Através dos cortes do projeto verifica-se a presença de vidraças na parte superior das cabines, possibilitando a entrada de luz natural proveniente das vastas claraboias da cobertura. À ilha das cabines seguia-se uma outra, mas destinada ao duche. Esta possuía dez compartimentos, onde os utentes podiam equipar-se para o banho, funcionando também como uma barreira visual dessa área. Sucedião à zona do duche duas divisões relacionados com o funcionamento do balneário: o escritório e a casa das caldeiras, ambas confrontantes com a parte posterior da construção, possuindo cada compartimento um vão de iluminação voltado para o logradouro.

No que ao pavimento superior diz respeito, importa somente mencionar a sua curiosa volumetria, demonstrando-se significativamente menor do que a do piso térreo. Esta solução prender-se-á certamente com o facto de terem sido incorporadas claraboias na cobertura do balneário, o que permitia a entrada de luz direta, bem como a ventilação das instalações, garantindo, deste modo, um ambiente higiénico e salubre<sup>456</sup>.

---

<sup>455</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-596).

<sup>456</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/74(09).

A Casa Oceânia foi mais um dos célebres balneários da Póvoa de Varzim, rivalizando, certamente, com a congénere Lusitana. A sua existência remonta a 1890, pois, nessa data havia sido «recentemente construído» na «antiga casa do Guerra». O estabelecimento pertencia então a Manuel Gonçalves de Castro Lopes, implantando-se num longo lote entre a Rua do Ramalhão (atual Rua de Latino Coelho), a nascente, e a Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos), a poente<sup>457</sup>. Na época, confrontava o alçado da Rua dos Banhos com o areal, baseando-se este facto numa reprodução fotográfica que perpetuou a primitiva construção. Se comparado com a Casa Lusitana este estabelecimento retiraria maiores vantagens pela sua localização, pois situava-se «no ponto mais central do extenso bairro dos banhistas e tão próximo da praia de banhos». Os serviços prestados pela Oceânia atraíram também muitos fregueses, disponibilizando-lhes uma panóplia de banhos, como por exemplo: «quentes, salgados, doces, de chuva e de assento», cuja a água vinha diretamente do oceano através «d’uma excelente bomba hidráulica»<sup>458</sup>.

Em 1896, Manuel Gonçalves de Castro Lopes requereu à Câmara a ampliação do seu estabelecimento. De acordo com o requerimento, o proprietário da Casa Oceânia pretendia substituir um projeto entregue em maio de 1895, do qual desconhecemos a existência. Sabemos, porém, que o mesmo previa a ampliação da parte posterior da casa, que confrontava com a Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos). De acordo com a fotografia anteriormente citada foi possível verificar que a Casa Oceânia se encontrava estabelecida numa pequena edificação térrea cuja fachada era composta por um vão de entrada, ladeado por dois vãos de iluminação, possuindo a cobertura uma trapeira. O projeto<sup>459</sup> de 1896 previa, assim, a ampliação da pequena construção, adicionando-lhe mais um piso que seria rasgado por duas janelas de sacada, bem como uma nova dependência contígua ao lado sul da edificação. Os novos volumes foram adequadamente desenhados, ressaltando-se a harmonia arquitetónica da construção<sup>460</sup>.

---

<sup>457</sup> Póvoa de Varzim: Banhos Quentes. «Estrella Povoense». Ano XIV, nº 22 (20 jul. 1890), p. 4.

<sup>458</sup> *Ibidem*.

<sup>459</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-196).

<sup>460</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/02(38).

Na década seguinte, mais precisamente em 1904, Manuel Gonçalves de Castro Lopes pretendia agora reconstruir o seu estabelecimento confrontante com a Rua do Ramalhão (atual Rua de Latino Coelho), remetendo à Câmara um requerimento acompanhado de um projeto<sup>461</sup>. Passando à análise das peças desenhadas, é possível verificar que a nova construção seria composta por dois pisos: o térreo, exclusivamente dedicado aos *banhos quentes*, e o superior: destinado à residência de Manuel Gonçalves de Castro Lopes. Assim, no pavimento inferior ficaria uma sala de espera e um compartimento para banhos, à esquerda, seguindo-se um longo corredor que permitia o acesso a oito cabines de banho e a dois compartimentos de duches, recebendo estes luz direta.

Ao nível do alçado principal, que apresenta um desenho significativamente elaborado, este possuía no piso térreo três vãos, o central de acesso ao interior e os laterais de iluminação. No piso superior correspondiam-lhes outros três, sendo todos abrangidos por uma sacada apoiada por quatro mísulas. A construção demarcava-se das tradicionais arquiteturas correntes através de certos pormenores, como por exemplo, as molduras dos vãos que foram cuidadosamente desenhadas. Estes elementos eram constituídos por ombreiras encimadas por pequenos capitéis que recebiam padieiras semicirculares, sendo as suas pedras de fecho esculpidas. Também os cunhais que limitam horizontalmente a construção adquiriram uma configuração pouco comum, sendo compostos por vários cilhares sobrepostos de formato irregular, resultando uma superfície semelhante ao aparelho rusticado. O telhado também assumiu um desenho elaborado, avançando sobre a via pública, pendendo, quer das margens, quer do ângulo, dois travejamentos que se intercetavam<sup>462</sup>.

Em 1913, a viúva de Castro Lopes, Maria das Dores da Conceição Lopes, pediu autorização à Câmara Municipal para edificar uma pequena casa destinada a acolher a sucursal do seu estabelecimento de banhos quentes. Conforme indicam o requerimento e o projeto<sup>463</sup>, o estabelecimento situava-se na Rua de Latino Coelho (outroza Rua do

---

<sup>461</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-471).

<sup>462</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/02(92).

<sup>463</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-487).

Ramalhão), tal como a sua matriz. A construção desta sucursal poderá ser um indicador de que a frequência destes estabelecimentos seria bastante concorrida, uma vez que este era o terceiro do género pertencente à família Castro Lopes. A nova edificação, ao contrário da anteriormente citada, foi projetada exclusivamente para receber utentes em busca de banhos terapêuticos. A partir do projeto, foi possível verificar que o balneário se organizava interiormente em torno de um longo corredor que atravessava o edifício em toda a sua extensão, ficando à esquerda uma sala de espera e quatro cabines de banho, e à direita outras seis. No exterior da construção, e contíguos ao tardoz, ficavam ainda a casa da caldeira e uma casa de banho.

Relativamente ao desenho do alçado principal, este era rasgado por três vãos, sendo o central de acesso ao interior e os dois laterais de iluminação, sob os quais ficavam duas gateiras que permitiam o arejamento da câmara-de-ar que se estendia pela parte inferior da construção. A pequena casa era ainda rematada por uma elaborada platibanda<sup>464</sup>, que, de certa forma, engrandecia a singela construção<sup>465</sup>.

No início do século XX, a Póvoa viu nascer mais um estabelecimento de banhos quentes – o Balneário Povoense. De acordo com uma notícia publicada no periódico *Estrella Povoense*, em julho de 1914, Francisco Manuel Pinheiro acabava de «dotar esta praia com um novo e magnífico balneario», localizado na Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos). Segundo a mesma fonte, o proprietário do Povoense havia «passado a sua vida [...] n'aquella industria de banhos»<sup>466</sup>. De facto, não seria este o primeiro estabelecimento de banhos pertencente a Francisco Manuel Pinheiro, dado que, cerca de dez anos antes, solicitara à Câmara a reconstrução da sua habitação. Por si só, o requerimento nada nos revela acerca dos *banhos quentes*, mas o projeto<sup>467</sup> tornou-se fundamental para a sua identificação. Conforme o documento, o novo edifício encontrava-se implantado num lote estreito confrontante com as Ruas do Tenente Valadim e do Paredão. Contudo, os dois alçados divergiam quanto ao número de

---

<sup>464</sup> É interessante verificar que a parte central foi projetada para receber o nome do estabelecimento, funcionando como um painel publicitário no qual estaria escrito: «Sucursal da Casa Oceania».

<sup>465</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/73(19).

<sup>466</sup> Novo balneario. «Estrella Povoense». Ano XXXIV, 2ª série, nº 2089 (26 jul. 1914), p. 2.

<sup>467</sup> Ver Volume de Anexos (ficha PO-770).



pavimentos, tendo o da Rua do Tenente Valadim dois pisos e o da outra somente um. Ainda assim o desenho dos alçados nada sugere sobre a funcionalidade do espaço, sendo este aspeto somente aclarado pela planta do piso térreo. Esta revelou-nos um interior curioso – uma sala de espera, dois quartos (provavelmente para banhos de imersão) e uma área de duches entre quatro cabines. Ao nível do piso superior, encontramos os compartimentos convencionais de uma habitação – uma sala, uma cozinha e dois quartos<sup>468</sup>.

Conforme já referimos, em 1914, Francisco Manuel Pinheiro estabeleceu-se numa nova edificação na Rua dos Banhos (atual Avenida dos Banhos). Contudo, nada sabemos acerca da origem desta construção, pois ignorámos o paradeiro do seu projeto, ficando deste modo incompleta a história deste estabelecimento.

As informações mais relevantes sobre o Balneário Povoense foram retiradas de alguns periódicos poveiros, nomeadamente o *Estrella Povoense* que refere o seu horário de funcionamento – das 5:00 às 16:00, bem como algumas características do seu interior – «onze banheiras de azulejo e uma de ferro esmaltado». Os serviços disponibilizados por este balneário variavam entre «banhos quentes – salgados e doces, banhos de imersão e duches»<sup>469</sup>, vindo a água salgada diretamente do mar, tal como acontecia com os outros estabelecimentos do género, com recurso a um motor de três cavalos de potência «de fabrico inglês». Também a «tribuna de banhos de duche» era de origem estrangeira, sendo «montada pela conhecida empresa inglesa J. Minchim J.<sup>or</sup>»<sup>470</sup>. Deste modo, podemos concluir que o Balneário Povoense foi construído com recurso a modernos engenhos, configurando-se, a par do Lusitana e do Oceânia, como um estabelecimento modelo.

---

<sup>468</sup> AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares. CMPV-POP/02(94).

<sup>469</sup> Novo balneario. «Estrella Povoense». Ano XXXIV, 2ª série, nº 2089 (26 jul. 1914), p. 2.

<sup>470</sup> *Ibidem*.

## Conclusão

Na contemporaneidade a Póvoa de Varzim figura no rol das mais concorridas estâncias balneares marítimas portuguesas, sendo o mar, desde pelo menos o século XVIII, um poderoso catalisador da presença humana.

Foi sensivelmente a partir de meados de oitocentos que a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim iniciou um périplo no que respeita à urbanização do seu território litorâneo, pretendendo alcançar o pleno aformoseamento da orla costeira.

Numa primeira fase, a Câmara procurou dar resposta ao crescente aumento de veraneantes que à vila vinham estanciar, promovendo, junto do Governo Central, a melhoria dos acessos. Estas iniciativas terão sido, certamente, onerosas para os cofres municipais, condicionando as hipóteses de desenvolvimento interno da vila.

Contudo, mais tarde, constatamos a existência de uma campanha de expansão territorial, onde o zona norte da vila foi tida como favorável. Assim, diversos arruamentos foram sendo rasgados sobre áreas nunca antes urbanizadas, seguindo-se sempre a lógica de articular o núcleo mais antigo da Póvoa com a linha da costa. Os percursos das novas ruas seguiam agora retilineamente, embora algumas tenham sido traçadas demasiadamente estreitas. Décadas depois, notamos a preocupação das câmaras em solucionar esta questão, promovendo a ampliação de alguns desses arruamentos.

Mais tarde, as sucessivas vereações procuraram requalificar o tradicional bairro balnear, garantindo-se o contentamento daqueles que o frequentavam. Assim, foram projetadas modificações para as artérias mais antigas. Por consequência, ocorreram muitas expropriações, despendendo, a Câmara, uma significativa parte dos seus orçamentos com elas. A par da renovação urbana, estas intervenções motivaram também a requalificação do tecido edificado da vila, fazendo-se, nalguns casos, somente a reconstrução da fachada do edifício encurtado, reaproveitando, os seus proprietários, a restante estrutura.

Posteriormente, os debates camarários focavam-se principalmente na faixa litoral. Assim, a Rua dos Banhos e o Passeio Alegre foram sofrendo sucessivas alterações ao longo das últimas décadas do século XIX. Também nesta época foi rasgada a Avenida de

Mouzinho de Albuquerque, pensada propositadamente para satisfazer os veraneantes.

Devido à grande e rápida expansão da zona litorânea, a comunidade piscatória foi abandonando a área da Junqueira, acomodando-se no Bairro da Lapa ou no novo Bairro Norte, enquadrando ambos o bairro balnear. Apesar de constituírem universos distintos, as gentes do mar foram fundamentais para o desenvolvimento da Póvoa enquanto estância de veraneio, vendo os forasteiros neles, a segurança necessária para enfrentarem as terapêuticas águas do mar.

O desenvolvimento territorial da vila, impulsionou a edificação de diversas arquiteturas, pontuando estas a malha urbana da Póvoa. Assim, os novos ou renovados arruamentos foram sendo ocupados com aprimoradas edificações, algumas erigidas para satisfazerem funções estritamente comerciais, onde se estabeleceram hotéis, cafés, teatros e balneários. Estes espaços, onde certamente imperou o bulício, foram para muitos banhistas palco de excepcionais vivências. Deste modo, muito contribuiu o fulgurante comércio para o sucesso da Póvoa enquanto estância de veraneio, salientando-se sobretudo os estabelecimentos dedicados aos forasteiros.

## Referências bibliográficas

*ALA Arriba: revista mensal de propaganda da praia de banhos da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim.

AMORIM, Francisco Gomes de – *Garrett – Memórias Biographicas*, Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

AMORIM, Manuel – *Camilo e Sena Freitas*. «Póvoa de Varzim Boletim Cultural», vol. XXVIII, n.º 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1991.

AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o mar, ganhar a terra: construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2004.

ARANHA, Pedro W. de Brito – *Archivo Pittoresco: Semanario Illustrado*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1868.

ARANHA, Pedro W. de Brito – *Memórias Historico-Estatísticas de algumas Villas e Povoações de Portugal*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1883.

AZEVEDO, D. João de; CUNHA, António Pereira da; PINHEIRO, João Machado – *Passeios na Póvoa*. Porto: Typographia do Nacional, 1850.

BARBOSA, Fernando – *O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII: As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*. «Póvoa de Varzim Boletim Cultural». Vol. I, nº 2. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1958.

BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. I. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1970.

BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. II. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1973.

BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. III. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1975.

BARBOSA, Jorge – *Toponímia da Póvoa de Varzim*. Vol. IV. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1980.

BARBOSA, Viriato Ferreira – *A Póvoa de Varzim; Ensaio da história desta vila*. Porto: [s. n.], 1937.

BARBOSA, Viriato Ferreira – *A Póvoa de Varzim (Ensaio da História desta Vila)*. 2ª ed.. [s. l.]: [s. n.], 1972.

BRIZ, Maria da Graça – *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970: Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2003 (2 volumes).

CARVALHO, Maria Filomena Barros de – *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1997 (2 volumes).

CASTRO, D. João de – *Jornadas no Minho: Impressões, aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionais*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, L.da, 1906.

*COISAS e Loisas: Revista quinzenal de critica alegre e mordente ás coisas politicas e não politicas da Povia de Varzim e Villa do Conde*. Póvoa de Varzim.

*COMARCA (A)*. Póvoa de Varzim.

*COMÉRCIO da Póvoa de Varzim: Jornal Republicano e Defensor dos Interesses Locais (O)*. Póvoa de Varzim.

*COMERCIO da Póvoa de Varzim: Semanario do Partido Republicano Português e o de maior circulação neste concelho (O)*. Póvoa de Varzim.

*COMÉRCIO do Porto (O)*. Porto.

*COMMERCIO da Povia*. Póvoa de Varzim.

*COMMERCIO do Porto (O)*. Porto.

COSTA, D. António da – *No Minho*. Porto: Editora Educação Nacional, Lda, 1936.

*ECCO Povoense (O)*. Póvoa de Varzim.

*ESTRELLA Povoense*. Póvoa de Varzim.

FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852-1926*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2002 (2 volumes).

FERREIRA, Ana Maria A. P. – *Os hotéis de Lisboa no contexto das políticas e das culturas urbanas do século XIX*. «Revista Turismo e Desenvolvimento», n.º 21/22. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2014. ISSN 1645-9261.

GAMA, J. – *Guia Portatil do Viajante em Portugal e Itinerarios das Viagens Circulatorias em Hespanha e França*. 2ª ed. Porto: Typographia Occidental, 1886.

*GAZETA da Povia de Varzim*. Póvoa de Varzim.

*GAZETA de Lisboa*. Lisboa.

GESTEIRA, Padre José Joaquim Martins – *Memorias Historicas da Villa da Povia de Varzim*. Porto: Tipografia de J. J. Gonçalves Basto, 1851.

*GRILLO (O)*. Póvoa de Varzim.

*INDEPENDENCIA (A)*. Póvoa de Varzim.

*INTRANSIGENTE: Semanario independente (O)*. Póvoa de Varzim.

LANDOLT, Cândido Augusto – *Carteira-Guia do Banhista na Povia de Varzim*. Póvoa de Varzim: Typographia d'A Independencia, [1891].

LANDOLT, Cândido Augusto – *Almanaque da Póvoa para 1912: Historico, descriptivo, illustrado, litterario e annunciador*. Póvoa de Varzim: «A Propaganda», [1912].

LANDOLT, Cândido Augusto – *Folk-Lore Varzino*. Póvoa de Varzim: [s. n.], 1915.

LANDOLT, João Augusto – *A Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim: Tipografia Moderna, 1911-1917.



LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico, e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal*. Vol. VII. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1876.

[LEITÃO, Joaquim] – *Póvoa de Varzim: Separata do Guia das Praias, Thermas, Estancias e Sanatorios de Portugal*. Porto: Francisco Coimbra & C.<sup>a</sup>, [1907].

*LIBERAL (O)*. Póvoa de Varzim.

*NORMA: Semanario Republicano Independente (A)*. Póvoa de Varzim.

MATOS, Rui Manuel C. de Campos – *A Arquitetura do Turismo Terapêutico – Madeira e Canárias, 1800-1914*. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, Teoria e História apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa em 2016.

MONTEIRO, Ofélia Paiva – *Garrett (Almeida)*. In BERNARDES, José Augusto Cardoso, dir. – *Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Verbo, 1997.

*MOSQUITO*. Póvoa de Varzim.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal, 1876.

*POVEIRO (O)*. Póvoa de Varzim.

*PROGRESSO: Semanario do P. R. P. em Povia de Varzim (O)*. Póvoa de Varzim.

«*PROPAGANDA*» – *da Povia de Varzim (A)*. Póvoa de Varzim.

SMITH, Robert C. – *Os Banhos de Mar na Póvoa de Varzim no Século XVIII*. «Póvoa de Varzim Boletim Cultural», vol. IV, n.º 1. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1965.

TORRES, Carlos Manitto – *A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário*. «Gazeta dos Caminhos de Ferro», ano LXXI, n.º 1686. Lisboa: [s. n.], 1958.

VAQUINHAS, Irene – *Apontamentos para a História do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz (1884-1895)*. «Arquipélago – História», 2ª série, vols. XIV-XV (2010-2011). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2011.

VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pittoresco*. Vol. II. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1887.

## **Fontes Documentais**

### **Arquivo Distrital do Porto**

ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de Nª Sra. da Conceição. Registos de Batismos. 1793-1824. [Disponível no Arquivo Distrital do Porto, Porto, Portugal].

ADP. Paróquia da Póvoa de Varzim. Freguesia de Nª Sra. da Conceição. Registos de Óbitos. 1777-1851. [Disponível no Arquivo Distrital do Porto, Porto, Portugal].

### **Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim**

AMPV. Arquivo da Administração do Concelho. Funções Policiais. Licenciamento e controlo de actividades económicas e divertimentos públicos. Registo das licenças expedidas: Livros 1-5, 1856-1908. [Disponível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal].

AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Alinhamento: caixas 4062-4064. [Disponível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal].

AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Toponímia e Numeração Policial. Autos de Vistoria: caixas 4049-4051. [Disponível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal].

AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Obras. Edificações Municipais. Projectos de Obras Municipais: caixas 1-20, 1859-1930. [Disponível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal].

AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Órgãos do Município. Câmara Municipal. Actas da Câmara: 1870-1930. [Disponível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal].

AMPV. Arquivo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Urbanismo. Obras Particulares. Projetos de Obras Particulares: caixas 1-199, 1871-1930. [Disponível no Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Portugal].